

JÚLIA ÁVILA FRANZONI

**FUNÇÕES E FORMAS DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO: CIRCUITO
INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E OS ESPAÇOS MARGINAIS**

**Monografia apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Direito, Curso de Direito, do Setor de Ciências
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aldacy Rachid
Coutinho**

CURITIBA

2008

*Ofereço este trabalho à Tejuieira
e a Pejurama e, claro, aos seus
progenitores*

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio de inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

(Ítalo Calvino, Cidades invisíveis)

RESUMO

Este trabalho tem como proposta mirar para realidade urbana brasileira com o objetivo de desvelar opacidades, materializadas, neste estudo, no circuito inferior da economia urbana e na economia informal – dinâmicas integrantes dos espaços marginais. Para serem demonstrados o esforço a ser empreendido é instrumentalizado por um resgate histórico, que intenta recuperar a concepção que conforma nosso presente, a fim de alargá-la. São traçadas linhas gerais sobre as relações entre a cidade, os modos de produção e a formação econômica social, para no cotejo de suas dinâmicas, refletir como se comporta o fenômeno urbano. Em seguida, tenta-se identificar qual a racionalidade predominante na atuação dos sujeitos que interagem nesse contexto e de que forma contribuem para reforçá-lo. São utilizadas como ferramentas de re-compreensão, a divisão social do trabalho e a satelitização. A partir delas reflete-se sobre conceitos muitas vezes tratados de maneira “monolítica”, o subdesenvolvimento e o neoliberalismo. A intenção é trazê-los para o discurso epistemológico que insere o processo de urbanização dos países latino-americanos na perspectiva pós-colonial. A ausência de causa e efeito determinante entre a industrialização e o crescimento urbano, é, nesse trabalho, a principal diferença que permite re-compreender a particularidade do circuito inferior da economia urbana nesses países, o elevado setor terciário nas cidades e a importância do mercado informal. A marginalidade urbana representa um aspecto da migração do mercado de trabalho da hierarquia da desigualdade (opressor/oprimido) para hierarquia da exclusão (opressor/não-incluído).

Palavras chaves: cidade; urbanização; divisão social do trabalho; circuito inferior da economia urbana; mercado informal e espaços marginais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	01
CAPÍTULO 1. O URBANISMO COMO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E OS EFEITOS INDESEJÁVEIS DO MERCADO DE TROCA	04
1.1 O urbanismo, modo de produção e formação econômica social. Contribuições de David Harvey e Milton Santos.....	04
1.1.1 Categorias marxistas de compreensão do fenômeno urbano: modos de produção e formações econômico-social.....	04
1.1.2 A cidade como espaço reprodutor dos modos de produção.....	11
1.1.3 Urbanismo dependente e concentração geográfica do excedente: a criação de exterioridades.....	14
1.2 O mercado de troca e os efeitos indesejáveis. A irracionalização do racional na visão de Franz Hinkelammert.....	17
CAPÍTULO 2. REMINISCÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: TRADUZIR PARA RECONHECER	22
2.1 Epistemologia do Sul: Boaventura e a justiça entre os conhecimentos.....	22
2.2 Urbanização sob a ótica da divisão social do trabalho e o fenômeno da satelitização.....	24
2.3 Palavras gordas: subdesenvolvimento e neoliberalismo.....	30
2.3.1 Natências do subdesenvolvimento.....	30
2.3.2 Natências do neoliberalismo.....	39
2.4 A peculiaridade dos países latino-americanos: o descompasso entre industrialização e urbanização na visão de Avelãs Nunes.....	44
3. CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E OS HOMENS-LIXO	54
3.1 Os circuitos da economia urbana na visão de Milton Santos. Circuito inferior e terciarização.....	54
3.2 Mercado de trabalho, sistema de exclusão e o refúgio humano.....	72
3.3 Breve análise do relatório Economia Urbana Informal do IBGE.....	81
3.3.1 Principais características do setor informal.....	83
3.3.2 Particularidades dos empreendimentos informais.....	84
3.3.3 Quem são as pessoas ocupadas no setor informal.....	89
3.3.4 Os proprietários de empresas do setor informal.....	91
3.4 Apontamentos finais.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

APRESENTAÇÃO

A proposta do presente trabalho é mirar para realidade urbana brasileira com o objetivo de desvelar opacidades, materializadas, neste estudo, no circuito inferior da economia urbana e na economia informal. Adotou-se o conceito de circuito inferior da economia urbana do geógrafo brasileiro Milton Santos que remete ao que outros autores denominam de marginalidade urbana, combinando tanto setores pré como não capitalistas com mecanismos capitalistas de produção, distribuição e consumo. Em um mesmo momento e contexto histórico do sistema de acumulação capitalista se conjugam figuras não capitalistas, principalmente nos países subdesenvolvidos, que sofrem o impacto da satelitização, e por isso, ao invés de exercerem resistência ao processo dominador, são a ele subordinados. Tanto a satelitização quanto o circuito inferior da economia urbana serão objetos deste presente estudo, sendo tratados respectivamente no segundo e terceiro capítulos.

Para serem demonstrados, ainda que sucintamente, o esforço a ser empreendido deverá ser instrumentalizado por um resgate histórico, que tentará recuperar a concepção que conforma nosso presente, a fim de alargá-la. O conhecimento, a forma de produzi-lo e o pensar sobre o momento presente não necessitam recuperar, mas sim, serem recuperados pela perspectiva que reconheça, ao longo de nossa história, nossas diferenças. Isso significa que o que hoje se crê deve atuar de maneira mais passiva do que ativa nas suas relações com a história, evitando exercer projeções homogeneizantes para o passado, que silenciem nossas particularidades. São essas marcas heterogenias do percorrer histórico da urbanização brasileira que evidenciam e auxiliam uma compreensão mais ampla e capaz de visualizar nossa realidade pondo a nu problemas mais relevantes.

Ao partir dessa preocupação, este estudo buscará traçar linhas gerais sobre as relações entre a cidade, os modos de produção e a formação econômica social, para no cotejo de suas dinâmicas, refletir como se comporta o fenômeno urbano. Em seguida, tentará identificar qual a racionalidade predominante na atuação dos sujeitos que interagem nesse contexto e de que forma contribuem para reforçá-lo. O capítulo inicial tem fins apenas elucidativos, servindo como um aparato para, neste trabalho, toda vez que se pensar a cidade, os modos de produção em conflito, as formas econômicas sociais e, também, a racionalidade de seus sujeitos, já estejam traçados seus significantes e significados principais.

Após essa primeira etapa demarcadora do objeto de estudo, o comportamento do fenômeno urbano e a racionalidade de seus sujeitos, o trabalho se afunilará, na medida em

que se preocupa com as diferenças da urbanização dos países da América Latina, em especial do Brasil. Por esse motivo, pretende-se desenvolver, na linha de Boaventura do Sousa Santos, um conhecimento que “traduza” nossas particularidades para o presente. Ainda com essa finalidade epistemológica, serão utilizadas como ferramentas de re-compreensão do contexto desses países, a divisão social do trabalho e a satelitização, na medida em que se inserem nessa estratégia, sendo capazes, de mais facilmente, identificar as diferenças. Pontuados os meios, o estudo em seguida tentará, a partir dessas ferramentas já apontadas, pensar novamente sobre conceitos muitas vezes tratados de maneira “monolítica”, o subdesenvolvimento e o neoliberalismo. Partindo-se principalmente dos trabalhos de Celso Furtado e Franz Hinkelammert, pretende-se, ainda que precariamente, recuperar algumas reminiscências. A intenção é trazer esses conceitos para esse discurso epistemológico que insere o processo de urbanização dos países latino-americanos na perspectiva pós-colonial; pois, mais uma vez, é dessa maneira que o presente trabalho concebe a possibilidade de se “olhar” para o momento atual, na busca de transformá-lo.

A intenção não é diferenciar subdesenvolvimento, desenvolvimento dependente, países atrasados, Terceiro Mundo e países pobres. Essas expressões são tratadas neste trabalho como se tivessem significados aproximados, mesmo que carregadas de ideologias por vezes distintas. Isso será feito, porque o objetivo principal não é encontrar um termo adequado, mas sim caracterizar o que distingue esses países, no bojo da formação histórica do processo capitalista na região.

Feito isso, será possível destacar uma primeira peculiaridade dos países latino-americanos; o descompasso entre o crescimento industrial e a urbanização. Optou-se no presente trabalho desenvolver uma breve reflexão, nas linhas do estudo elaborado por António José Avelãs Nunes, na sua obra *Industrialização e Desenvolvimento. A Economia Política do “modelo brasileiro de desenvolvimento”*, em destaque para as fases posteriores e incluindo a política do milagre brasileiro. Muito embora, inclusive demonstrado claramente pelo autor, exista uma linha de continuidade subjacente a todo esse modelo de desenvolvimento, pautado por uma contínua reatualização de mecanismos de acumulação de rendimentos e desigual distribuição de renda, este trabalho apostou na tentativa de elucidar a peculiaridade da urbanização brasileira, que não se deu a reboque da industrialização, partindo de momentos históricos mais próximos. A percepção dessa não vinculação entre industrialização e crescimento urbano (ausência de causa e efeito determinante entre esses fenômenos), é, nesse trabalho, a principal diferença que permitirá, em seguida, re-compreender a particularidade do

circuito inferior da economia urbana nesses países, o elevado setor terciário nas cidades e a importância do mercado informal.

A parte final dessa monografia pretende protagonizar o “encontro” dos temas tratados anteriormente a fim de favorecer a compreensão do circuito inferior da economia urbana e suas relações, também no contexto de algumas conjunturas apontadas, com a migração do mercado de trabalho do antigo sistema da hierarquia da desigualdade (opressor/oprimido) para a hierarquia da exclusão (opressor/excluído). Para tanto serão trazidos breves apontamentos do estudo que Milton Santos realizou sobre os circuitos da economia urbana, notadamente seu circuito inferior como setor demonstrativo da realidade a qual estão inseridos os países subdesenvolvidos. Em seguida serão abordadas as reflexões de Boaventura de Sousa Santos e de Zygmunt Bauman, que apontam para direcionamento do momento atual para criação de exclusões e vidas desperdiçadas. Por último, será feita uma breve análise do mais recente relatório do IBGE sobre economia urbana informal.

1. O URBANISMO COMO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E OS EFEITOS INDESEJÁVEIS DO MERCADO DE TROCA

1.1 O urbanismo, modo de produção e formação econômica social. Contribuições de David Harvey e Milton Santos

Os conceitos que serão trazidos na primeira parte deste trabalho têm a importância de destacar, a partir da confrontação entre eles, o aspecto comportamental da cidade. A fim de determinar ao que se refere quando se pensa a cidade é necessário vislumbrar as dinâmicas que lhe dão entorno e materialidade. Para tanto, foi pensada uma divisão apenas esquemática, no intuito de favorecer a compreensão e o desenrolar mais leve do conteúdo. A proposta é (i) apontar as categorias marxistas de análise, (ii) identificar a partir da interação entre elas como se comporta a cidade e (iii) demonstrar, ainda que precariamente, como resultado dessas relações, a cadência entre um urbanismo dependente e a concentração geográfica do excedente e seu efeito na produção de exterioridades urbanas.

1.1.1 Categorias marxistas de compreensão do fenômeno urbano: modos de produção e formações econômico-social

A cidade é um ambiente em que se reproduzem processos sociais e espaciais. É socialmente produzida, adquirindo passividade histórica aos fenômenos geográficos e também às práticas de uma dada sociedade. Nesse sentido, é possível afirmar que sua dinâmica e seus resultados espaciais respondem a intervenções humanas. A cidade seria, dessa forma, a representação espacial, num dado momento, do conteúdo de uma sociedade.

Sendo representação a cidade poderia ser considerada apenas como um *locus* passivo de influências, temporalmente atrelada à realidade social e a maneira de se organizar da sociedade. Para se refletir sobre essa cidade, pensando-a como matéria e reflexo de processos sociais historicamente construídos, o olhar deve ser deslocado para o *modo* de se produzir e reproduzir essa organização social materializada na cidade. Sobre essas balizas, David Harvey delimita sua conceituação de urbanismo, afirmando que ele pode ser encarado

como uma forma particular ou padronizada do processo social, sendo que este se desenvolve num meio espacial estruturado, criado pelo homem¹.

Milton Santos também trouxe a análise geográfica para o campo da dialética entre os processos sociais e espaciais. Acreditava que somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local poderia servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem². Por isso que, o espaço, ele mesmo, é social³.

O movimento estabelecido entre essas duas dinâmicas, espaciais e sociais, denotam uma relação de aproximação entre o urbanismo, os modos de produção e a integração econômica.

A necessidade de sobrevivência e auto-suficiência dos seres humanos indica que um determinado grupo possui um modo de produção e um modo de organização social⁴ que devem ser eficazes na obtenção, produção e distribuição de quantias suficientes de bens materiais e serviços⁵. Relacionada essa constatação com o critério estabelecido por Marx e Engels como o derradeiro elemento determinante na história, a *produção e a reprodução da vida real*⁶, se pode perceber que os meios que determinado grupo social elegem para satisfazê-lo, indicam os modos de produção dominantes que pautam a vida e sua reprodução.

Dessa forma, o estudo das organizações sociais e seu modo de produção, deve ser pensando através da maneira como tal grupo concebia a produção e a reprodução da vida real, como “modo material da existência”.

Ao explicitar que o processo capitalista de produção é forma historicamente determinada pelo processo social de produção, Marx afirma:

¹ HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. Pág. 168.

² SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005. Pág. 22.

³ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 22. Ainda, acrescenta Milton Santos que a categoria mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço é a que o conceba como “formação econômica, social e espacial”; sendo uma categoria que diz respeito à evolução diferencial das sociedades, em seu quadro próprio e em relação com as forças externas, tendo como base da explicação a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.

⁴ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 166. No prefácio de *Uma Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx apresenta o que ele chama de princípio condutor de todos seus estudos. Para garantir a sobrevivência da sociedade os homens são forçados, “independentemente de suas vontades, a entrar em relação entre si”. A forma dessas relações deve estar adaptada ao estágio particular de desenvolvimento da capacidade produtiva. Marx então continua: “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, o fundamento real sobre o qual se levanta uma superestrutura jurídica, política e à qual correspondem formas definidas de consciência social. Não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas é sua existência social que determina sua consciência” (pág. 167).

⁵ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 168.

⁶ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 169. Nesse sentido ver DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação – na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, Vozes, 2000, e HINKELAMMERT, Franz Josef. *Crítica à razão utópica*. Tradução: Álvaro Cunha; revisão H. Dalbosco. São Paulo: ed. Paulinas, 1988.

esse processo abrange a produção das condições materiais da vida humana e ao mesmo tempo é o processo que se desenvolve dentro de relações de produção específicas, histórico-econômicas, produzindo e reproduzindo essas relações de produção e, por conseguinte, os agentes desse processo, no contexto deles: as condições materiais de existência e as relações recíprocas, isto é, a forma econômica particular de sociedade que lhes corresponde. É que o conjunto das relações que os agentes da produção, produzindo dentro delas, mantém entre si e com a natureza constitui justamente a sociedade, considerada em sua estrutura econômica. Como todos os anteriores, o processo capitalista de produção se efetua em certas condições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida. Aquelas condições e estas relações são, de um lado, requisitos prévios, e, do outro, resultados e criações do processo capitalista de produção; este as produz e reproduz⁷.

Milton Santos elabora uma distinção entre modo de produção⁸ e formação econômica e social; o modo de produção seria o gênero cujas formações sociais seriam as espécies; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e semente, a “formação econômica espacial” seria a possibilidade realizada⁹. Isso ocorre pois para o conjunto formador do *modo de produção* é satisfativo pensar em potencial, carecendo sua existência - mesmo que conceitual- de concretização empírica. Já a noção de “formação econômica social” é indissociável do concreto representado por uma sociedade historicamente determinada¹⁰.

Os modos de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada e, portanto, desse ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção¹¹. As diferenças entre lugares seriam, dessa maneira, o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares; daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando a especificidade dos lugares.

Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos¹². A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço; e a história da formação social é aquela da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de

⁷ MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista. Vol. VI, 3ª Ed. Tradução: Reginaldo Santana. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1980. Pág. 846.

⁸ Quando Milton Santos utiliza-se da expressão modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles, para o autor, têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se, assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer fator (ver pág. 32).

⁹ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 26 e 27.

¹⁰ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 27.

¹¹ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 28.

¹² SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 29.

produção, da sua complexidade sobre seu território espacial¹³. A formação social seria, nesse sentido, uma das respostas possíveis advindas da interação entre modo de produção e integração social, materializada, num dado momento, no espaço.

Ao trabalhar o processo social desencadeador da vida humana nas cidades, Harvey também elege o “modo de produção” como o elemento determinante para explicação desse fenômeno. Este autor analisa o modo de produção através da sua relação com aqueles elementos, atividades e relações sociais que são necessários para produzir e reproduzir a vida real. Nesse sentido pondera que “cada sociedade desejará produzir uma fusão de elementos, uma mistura particular de atividade e um padrão particular de relações sociais. Todas essas, quando tomadas em conjunto, e na medida em que contribuem para a produção e reprodução da vida real constituem o modo de produção”¹⁴.

Nesse compasso, a sobrevivência de uma sociedade explicita a perpetuação de um dado modo de produção¹⁵. O modo de produção deve criar as condições para sua própria perpetuação: a reprodução dessas condições torna-se tão importante como a própria produção¹⁶. Isso significa a perpetuação das forças políticas, jurídicas e outras que são consistentes com a base econômica, assim como a perpetuação das várias relações (como a divisão do trabalho, por exemplo) no interior da própria base econômica¹⁷.

Harvey acrescenta ainda, que diferentes formas de produção podem ser encontradas no mesmo modo, e formas similares podem ser encontradas em modos diferentes¹⁸. Isso implica que uma época histórica não é domínio exclusivo de um modo de produção, mesmo que um modo particular possa ser claramente dominante. A sociedade sempre contém dentro de si, potencialmente, modos de produção conflitantes¹⁹. Dessa forma, muitas das características de uma dada época histórica podem ser percebidas através do estudo da dinâmica conflitante de distintos modos de produção. É no interior desses conflitos que surge a importância das forças superestruturais, como a política e a jurídica, com uma

¹³ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 29.

¹⁴ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 171. Ainda sobre a definição de modo de produção, Harvey afirma, conforme Marx, que há três elementos básicos, e eles permanecem constantes de sociedade a sociedade. Eles são: (i) o objeto de trabalho (as matérias-primas existentes na natureza); (ii) os meios de trabalho (as ferramentas, o equipamento, o capital fixos etc, construídos pelo trabalho anterior); e (iii) a força de trabalho. Esses três elementos devem ser tomados juntos em um padrão de atividade que molda os produtos e serviços necessários para produzir e reproduzir a vida real. A base social que coordena a atividade individual na produção consiste de relações sociais: estas podem variar muito tanto com o mecanismo de coordenação (que pode ser diferente de sociedade para sociedade) como de acordo com modo de produção. As relações sociais formam a estrutura social que é mantida através das forças políticas, jurídicas e outras (págs. 170 e 171).

¹⁵ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 172.

¹⁶ MARX, Karl. *O Capital...* Pág. 940.

¹⁷ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 172.

¹⁸ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 173.

¹⁹ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 173.

tarefa conservadora frente ao *status quo*, evitando transformações tanto na base econômica da sociedade como também nas relações sociais que dela derivam.

Ao construir relações entre o urbanismo como forma social, a cidade como forma construída e o modo dominante de produção, Harvey encara a cidade como fruto do contexto de um dado modo de produção o que permite atribuí-la o adjetivo “construída”. Segundo explica:

O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica de atividade, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante. A cidade e o urbanismo podem, por isso, funcionar para estabilizar um modo de produção particular (ambos podem ajudar criar condições para autopreservação desse modo). Mas a cidade pode, também, ser o lugar das contradições acumuladas e ser, por isso, o berço provável do novo modo de produção. Historicamente, a cidade parece ter funcionado variadamente como um pivô em torno do qual um dado modo de produção se organiza, como centro de revolução contra a ordem estabelecida, e como centro de poder e privilégio (contra o qual se revolta)²⁰.

Nesse sentido, o urbanismo seria o objeto central para alargar a compreensão das relações sociais na base econômica da sociedade, assim como para compreensão de outros elementos habitantes da superestrutura, tais como os políticos, os ideológicos e os jurídicos²¹. O urbanismo como forma social, representa um tipo de vida, uma maneira em que se dá a experiência do cotidiano das pessoas, assim como de suas atividades e de suas instituições. Esse tipo de vida está estreitamente intrincado com o domínio de um determinado modo de produção, e, exatamente por isso, a análise do urbanismo pode permitir uma maior abertura para o seu conhecimento e reflexão crítica. O problema principal, portanto, é elucidar qual a natureza das relações existentes entre a forma o funcionamento do urbanismo e o modo de produção dominante.

O ponto de partida para o Harvey são os requisitos metodológicos oriundos do conceito de modo de produção de Marx, representantes de modos de integração econômica. Os três conceitos utilizados são: reciprocidade, redistribuição e mercado de troca. Dessa forma, seria possível caracterizar as sociedades de acordo com o grau de penetração do mercado na atividade humana, as relações às quais a reciprocidade está ligada; a extensão em que a atividade redistributiva pode ser observada, e a maneira pela qual os três modos

²⁰ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 174.

²¹ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 175. Interessante acrescentar que o autor coloca que, como qualquer forma social, o urbanismo pode exibir considerável variedade de formas no interior de um modo de produção dominante. Segundo considera: parece razoável supor que um modo de produção dominante se caracteriza por uma forma dominante de urbanismo e, talvez, por certa homogeneidade na forma construída da cidade (p. 175).

funcionam juntos para chegar àquela coordenação superior de atividade sobre a qual a sobrevivência da sociedade como um todo se apóia²².

O primeiro elemento, a reciprocidade²³, seria incompatível com a forma social do urbanismo, na medida em que a ela é imprescindível a existência de grupos simétricos na estrutura social²⁴. Tais grupos não permitem a concentração do produto social necessário ao urbanismo. Já o modo de integração redistributiva²⁵, seria possível dentro de uma sociedade ordenada, pois em ambas está presente o elemento da hierarquia. Há que existir uma hierarquia significativa na estrutura social a fim de que o urbanismo se desenvolva e é justamente no interior dessa dimensão hierárquica que atua a redistribuição.

O mercado de troca seria delimitado como modo de integração econômica no qual os mercados de preço fixo operam para coordenar as atividades. Esse “preço fixo” é aquele estabelecido pela relação de antagonismo existente entre os partícipes da relação de troca, que tem como centro da permuta o valor de troca muito mais do que o valor de uso; por isso pode-se afirmar que está dirigida ao preço e ao lucro potenciais.

Percebe-se, a partir dessa concepção do processo de circulação determinante das trocas, que a integração através dos mercados de preço fixo é característica do modo de produção capitalista; ela encoraja a divisão do trabalho e a especialização geográfica da produção e, através da competição, ela estimula o impulso para adoção de novas tecnologias e a organização de um espaço econômico razoavelmente eficiente²⁶.

Dessa maneira, esse modo de integração tende sempre estimular a reprodução ampliada. Todavia, há que se levar em conta que o mercado de troca repousa na produção de escassez, elemento que permite o funcionamento do sistema de preço fixo. A escassez é constantemente produzida a fim de criar a grande relevância do valor de troca. Assim, o mercado de troca depende da constante criação da escassez.

Dada essa importância da produção da escassez, como instrumento mantenedor de um padrão de circulação produtor de riqueza concentrada, diversas instituições sociais são destinadas a reproduzir as condições de escassez às quais os mercados de preço fixo estão ligados²⁷. Como resultado, a estratificação, como forma social e o mercado de troca, como modo de integração econômica, estão relacionados de modo bastante específico, porque o

²² HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 177.

²³ Para Harvey a reciprocidade envolve a transferência de bens, favores e serviços, entre indivíduos de um dado grupo de acordo com certos costumes sociais bem definidos (págs. 177 e 178).

²⁴ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 179.

²⁵ A redistribuição envolve, para Harvey, um fluxo de bens (ou em alguns casos direitos sobre a produção) para sustentar as atividades de uma elite (pág. 179).

²⁶ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 181.

²⁷ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 181.

acesso diferencial aos recursos essenciais para garantir a vida permite a organização social da escassez na própria base econômica²⁸.

Isso quer dizer que ao experimentarem de forma distinta os acessos aos recursos mantenedores das necessidades humanas fundamentais, os indivíduos estimulam a reprodução da escassez, na medida em que tornam “verdadeiras” as ausências forjadas pelo mercado de troca. Mesmo sendo a escassez produzida e forjada pelo sistema de circulação do modo de integração econômica do mercado de troca, quando ela é vivenciada pelo indivíduo, sob a forma de privação de algo essencial à produção e a reprodução de sua vida material, ela se torna real e concreta, e dessa forma, passível de utilização articuladora do próprio sistema. As instituições políticas, o Direito dessa sociedade, muitas ideologias, agem assim, no intuito de conservar a produção dessa escassez.

O mercado de troca produz, ainda, uma dependência material do indivíduo, que transforma o valor, mais do que o uso, num fim em si mesmo. Nesse mercado, o valor torna-se função do domínio sobre recursos obtidos através de atos de troca. O valor de troca, expresso nos preços, é uma quantidade abstrata determinada através do funcionamento de um sistema de mercado fundado no dinheiro como medida do valor²⁹. O que interessa, portanto, é o quanto vale e o quanto posso ganhar e acrescentar de ganho numa próxima venda, e não o porquê de trocar, o como trocar e quando.

A pretensa conduta racional de realizar trocas, ao eleger o valor como um fim em si mesmo, inaugura a irracionalidade dessa “ação calculada”, ensejadora de efeitos indesejáveis como a exacerbação da pobreza e os impactos ambientais. É a racionalidade da (exclusiva) eficiência econômica. Trata-se de um mecanismo destruidor, pois não traz qualquer garantia de integração do sujeito nas relações de trabalho e no espaço urbano e gera um desequilíbrio ecológico que cresce exponencialmente. Muitos são efeitos não-intencionais inerentes ao mercado. O subdesenvolvimento econômico é decorrência disto. Conforme discorre Franz Hinkelammert, a despeito deste quadro não ter autores imediatos, esta destruição tem responsáveis humanos, “a responsabilidade de deixar e continuar deixando atuar o automatismo de mercado”³⁰.

Outra modificação trazida por esse modo de integração econômica foi a objetivação da natureza pelo homem, a partir do momento em que este passou a se considerar como o centro irradiador de significado e importância de todas as outras coisas. Essa prática

²⁸ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 181.

²⁹ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 182.

³⁰ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 270.

resulta na contradição do processo racional de produção capitalista, materializada nos efeitos indesejáveis do sistema, como as crises ambientais³¹.

A fim de vencer essas contradições criadas por ele mesmo, o mercado de troca requer instituições políticas e jurídicas específicas capazes de garantir o sucesso desse modo de integração econômica. Conforme pontua Harvey: visto que as sociedades estratificadas que operam através do mercado de troca são dinâmicas e expansionistas, devemos esperar que contradições surjam, o que suscita ajustamentos internos ou novas formas de expansão³².

1.1.2 A cidade como espaço reprodutor dos modos de produção

A realização prática de um dos momentos da produção supõe um local próprio, diferente para cada processo ou fração do processo; o local torna-se assim, a cada momento histórico, dotado de uma significação particular³³. Dessa forma, cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total, da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar³⁴.

Nesse sentido, só seria possível valorar uma dada realidade geográfica, através da maneira como se dá a realização do modo de produção *na e pela* formação social³⁵ e compreender que atrelada às particularidades do seu processo histórico está a descontinuidade a ele inerente, e a continuidade do modo de produção. Na forma como conclui Milton Santos:

a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço. A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem diretamente da formação social atual, e também das formações econômicas sociais permanentes³⁶.

³¹ HINKELAMMERT, Franz. *El proceso actual de globalización y los derechos humanos*. In: HERRERA FLORES, Joaquín et al. **El Vuelo de Anteo: Derechos Humanos y Crítica de la Razón Liberal**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2000.

³² HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 184.

³³ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 30.

³⁴ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 31.

³⁵ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 31. Milton Santos continua: “as modificações do papel das formas-conteúdo – ou simplesmente da função cedida à forma pelo conteúdo – são subordinadas, e até determinadas, pelo modo de produção tal como ele se realiza *na e pela* formação social. Assim, o movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura. Às defasagens da evolução das variáveis particulares opõe-se a simultaneidade de seu funcionamento no interior de um movimento global, que é o da sociedade” (pág. 31).

³⁶ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 32.

Essa perspectiva se torna ainda mais relevante se for levado em conta o caso dos países subdesenvolvidos, na medida em que o enfoque espaço-temporal seria o que melhor permitiria apreender a heterogeneidade estruturante desses países e compreender a maneira como, em cada lugar, articularam-se variáveis ligadas a diferentes tempos históricos.

A redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço³⁷. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formas econômicas e sociais. O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se a ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos³⁸. E ao mesmo tempo é irradiador de influência na evolução de outras estruturas sociais, sendo, por isso, um elemento essencial da totalidade social e de seus movimentos.

Tendo em vista as análises já elaboradas, torna-se possível pontuar o que Harvey enxerga como a articulação entre a cidade e o excedente. A relação entre o urbanismo e o modo de integração econômica reside na capacidade deste produzir e concentrar geograficamente o produto social excedente³⁹ sob o qual se constrói ou se forma a cidade⁴⁰. Esse excedente pode ser concebido como o resultado que se tem após se extrair daquilo que foi produzido o conteúdo das necessidades aptas a satisfazer os indivíduos da sociedade; o que sobra disso é o excedente.

Todavia, essas *necessidades* são sujeitas à variação conforme o modo de produção vigente numa sociedade determinada, sendo, inclusive, a sua consciência produzida por esse modo. Isso implica que o nível de necessidade varia, sendo determinado sempre em relação e contingente ao modo de produção prevalente⁴¹.

³⁷ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 32.

³⁸ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 33.

³⁹ Harvey entende excedente social como forma de representar uma dada quantidade de recursos materiais existentes acima dos requisitos de subsistência dessa sociedade. Eles podem ser igualados aos requisitos biológicos mínimos, mas como o próprio autor pondera, essa limitação é insatisfatória porque o nível de subsistência é invariavelmente cultural e não se baseia nos requisitos das espécies biológicas uniformes (pág. 186).

⁴⁰ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 185.

⁴¹ Com uma abordagem diferenciada sobre a satisfação das necessidades, o economista chileno Max-Neef corajosamente estabelece em sua proposta de desenvolvimento, que as necessidades humanas fundamentais dificilmente variam na história, sofrendo transformação apenas o modo de satisfazer essas necessidades. Nesse sentido, o modo de produção estaria atrelado àquilo que a sociedade elege como “satisfatores” das necessidades,

Na lição de Harvey:

Um excedente operatório de alguma espécie é necessário para sobrevivência da sociedade a longo prazo, porque nenhuma sociedade é bastante para ter condições de calcular exatamente o que serão suas necessidades e circunstâncias futuras. A maioria das sociedades coloca, por isso, de lado algo além e acima do que é preciso para atender às necessidades imediatas. Como as sociedades mudam, assim também a quantidade de produto material colocado à parte muda como os propósitos nesse sentido. A definição do que é ou não é excedente é, por isso, contingente às condições sociais de produção na sociedade⁴².

Esse conceito de excedente relaciona-se diretamente com o de mais-valia. Numa economia capitalista, a mais-valia é uma quantidade medida em termos de valor de troca ou dinheiro, podendo ser igualada à extração de força de trabalho excedente⁴³. Na forma que exemplifica Harvey: uma parte do dia dos trabalhadores destina-se a produzir mais-valia e uma parte dela é alocada para produzir o equivalente de tudo o que eles precisam para manter e reproduzir a força de trabalho⁴⁴. Dessa associação de trabalho excedente com aquela força de trabalho gasta pelo trabalhador para agregar algo a mais faz surgir o conceito marxista de um excedente alienado e do trabalho alienado⁴⁵

A extração de força de trabalho excedente não dá necessariamente origem ao urbanismo: o urbanismo jaz na concentração de uma quantidade significativa de produto social excedente em um ponto do espaço, e é praticamente impossível o excedente social ser extraído e ainda permanecer disperso⁴⁶. Com isso, essa forma social que é o urbanismo, muito mais que existir como causa criadora desse produto social excedente, aparece como um artifício facilitador da dinâmica de sua produção, uma vez que possibilitava agregar, em pontos específicos do espaço esse “algo a mais”. Aliado a isso, a característica do modo de integração do mercado de troca, de sempre visar a perpetuação da produção da riqueza,

devendo estes, portanto, serem os principais alvos da reflexão. Os satisfatores poderiam ser, por exemplo, as instituições experimentadas no modo de produção vigente, e a análise no que diz respeito às necessidades, pensar como essas instituições atuam na satisfação dessas necessidades. Sua obra: MAX-NEEF, Manfred. *Desarrollo a Escala Humana. Uma opción para el futuro*. Development Dialogue, CEPUR: Fundación Dag Hammarskjöld. 1986.

⁴² HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 187. Ainda sobre a conceituação de excedente, coloca Harvey: cada modo de produção e cada modo de organização social têm implícito em si uma definição particular de excedente. Desde que a sociedade, invariavelmente, contém diferentes modos de produção em conflito entre si ocorre também um conflito correspondente quanto à definição social de excedente. Por essa razão, o conceito de excedente tem conteúdo ideológico e significado político. Aqueles que apropriam produto excedente para benefício próprio irão elaborar meios de persuadir os que contribuem para que as atividades e funções dos apropriadores sejam inestimáveis, necessárias e benéficas à sobrevivência da sociedade (pág. 187).

⁴³ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 192.

⁴⁴ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 192.

⁴⁵ Ver *O Capital*, vol. I, págs. 217, 235, 512. Importa destacar que conforme assevera Marx não foi o capital o inventor do trabalho excedente, ele existe em todos os modos de produção onde subjaz antagonismo entre aqueles que detêm os meios de produção e os que deles dependem.

⁴⁶ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 194.

incentiva a própria concentração espacial de uma sociedade, pois ela é, por si só, instrumento dimensionador dessa produção.

Dessa forma, a cidade, apresenta uma função no desenvolvimento do modo de integração do mercado de troca. Ela funciona como um lugar de disposição de produto excedente⁴⁷. Por isso é que pode ser interpretada parcialmente como um campo destinado a produzir demanda efetiva, sendo um palco onde os atores tem sempre novas necessidades.

1.1.3 Urbanismo dependente e concentração geográfica do excedente: a criação de exterioridades

As condições que habilitam a transformação da reciprocidade em redistribuição foram cruciais para emergência do urbanismo, elas foram o instrumento de concentração do produto excedente em poucas mãos e poucos lugares⁴⁸. A emergência do urbanismo e a apropriação de um produto social excedente estiveram inextricavelmente relacionadas. Nas condições do capitalismo (mercado de troca) se segue que o urbanismo nessas sociedades pode ser analisado em termos de criação, apropriação e circulação de mais-valia; nesse sentido, “o urbanismo deve ser estudado como modo de produção capitalista”⁴⁹.

Tendo em vista que a mais-valia acumulada, numa economia capitalista, é em grande parte destinada a trabalhar para criar quantidades cada vez maiores de mais-valia, sua intensidade depende, entre outras coisas, do grau de penetração do mercado no setor ou nos territórios em questão⁵⁰. É por isso, e essa conclusão é essencial para o desenvolvimento do presente trabalho, ser tão importante examinar os padrões setoriais e espaciais de circulação da mais-valia na medida em que os lucros são investidos com o objetivo de realizar lucros posteriores. Isso desencadeia todo um processo peculiar de satelitização entre regiões de um mesmo país, entre cidades, e no interior de uma mesma cidade; da mesma forma com que é crucial para entender a lógica que pauta a alocação dos recursos nas cidades e o incrível desprezo com as regiões menos favorecidas (ou não atrativas).

A diferenciação interna da economia da cidade está associada com a circulação da mais-valia no seu interior e, com o surgir da industrialização, a cidade torna-se o lugar de

⁴⁷ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 195. Acrescenta o autor que a arquitetura monumental, o consumo pródigo e conspícuo, e a criação da necessidade na sociedade urbana contemporânea são todas manifestações diferentes desse mesmo fenômeno.

⁴⁸ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 198.

⁴⁹ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 198.

⁵⁰ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 198.

produção, assim como de extração dessa mais-valia⁵¹. O estabelecimento de relações comerciais entre as cidades expande o padrão de circulação, de modo que a mais-valia pode ser extraída através do comércio e dos negócios.

Tendo em vista as específicas peculiaridades do urbanismo no interior dos países subdesenvolvidos, Harvey o condiciona como urbanismo dependente. Nesse sentido o identifica em situações onde a forma urbana existe como um canal para extração de quantidades de excedente de uma hinterlândia rural de recursos com objetivos de enviá-los para os centros metropolitanos maiores⁵². Dentro dos países funcionam hierarquias de tipos de cidades que fornecem canais para circulação e concentração de mais-valia, enquanto ao mesmo tempo provêm a integração espacial da economia⁵³.

Sendo o urbanismo uma forma social atrelada a existência de um produto social excedente que nela encontra melhores condições de se desenvolver e perpetuar, o problema mais relevante não é pois, a cidade enquanto criação desse modo de produção, nem o excedente produzido, mas sim a forma que ele é compartilhado entre os indivíduos dessa sociedade, levando em conta seus objetivos definidos. Dessa maneira, um caminho para uma justa distribuição desse excedente, deveria contar com a redefinição dos objetivos sociais, a fim de que haja um equilíbrio que inclua mais indivíduos na partilha desse excedente.

Parte desse problema relacionado à distribuição do excedente pode hoje ser percebido pelo profundo antagonismo entre nações subdesenvolvidas e desenvolvidas, e de outro, por um antagonismo crescente baseado na diferenciação interna dentro das áreas metropolitanas⁵⁴.

A necessidade de criar, mobilizar e concentrar o excedente social está notadamente relacionada a uma forma de integração espacial econômica, e a evolução dos mercados de preço fixo e do urbanismo. Os fluxos de bens e serviços, através da economia espacial, são expressões tangíveis daquele processo que circula mais-valia para produzi-la mais⁵⁵. Seria mais realista, por isso, conceber uma economia espacial urbanizada como um artifício extrator e concentrador de excedente⁵⁶. Onde quer que o urbanismo se manifeste, a

⁵¹ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 198.

⁵² HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 199.

⁵³ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 199.

⁵⁴ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 203.

⁵⁵ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 203.

⁵⁶ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 204. E continua Harvey, o urbanismo, necessariamente, surge com a emergência de um modo de integração econômica de mercado de troca com suas concomitantes estratificações sociais e acesso diferencial aos meios de produção (pág. 205).

única explicação legítima para isso reside numa análise dos processos que criam, mobilizam, concentram e manipulam aquele produto social excedente⁵⁷.

O urbanismo implica a concentração geográfica de um produto excedente socialmente determinado. Isso significa uma circulação geográfica de bens e serviços excedentes, movimento de pessoas e, numa economia monetária, na circulação de investimento, dinheiro e crédito. A economia espacial, assim criada, está sujeita a todas as espécies de substituições, interrupções, desastres, mudanças e caminhos de crescimento. A reputação e o significado das cidades em si mesmas dependem amplamente de sua localização com respeito à circulação geográfica do excedente. Os atributos qualitativos do urbanismo serão, também, afetados pelas altas e baixas da quantidade total de excedente assim como pelo grau em que o excedente é produzido de forma concentrada.

A notória força expansiva do sistema capitalista demonstra que sua existência gira em torno da produção de mais-valia para perpetuação desta, sendo que o fim é sempre reproduzir quantidade maior de mais-valia. Desse processo surgem contradições subsequentemente inevitáveis através da expansão⁵⁸.

As populações pobres funcionam como artificios estabilizadores dentro das economias capitalistas, artificios estes que se baseiam no sacrifício e na degradação humana. Eles podem ser vistos como resultado daquela criação institucional da escassez da mercadoria força de trabalho na qual alguns elementos são aceitos e alguns recusados⁵⁹.

A cidade como formação econômica, social e espacial, ao materializar o conteúdo do modo de produção capitalista, acaba, também, por reproduzir exterioridades⁶⁰ afirmando, na negatividade, a exclusão de indivíduos. Pensar a cidade como formação econômica social e espacial, envolve tanto a reflexão do seu modo de produção, estabelecido, no interior do sistema capitalista, pelo modelo de integração do mercado de troca, como a problematização de quem são seus sujeitos atuantes. A importância desses enfoques se dá na medida em que o próprio mercado de troca oportuniza exterioridades quando determina acesso diferencial a oportunidades de vida dentro do mesmo espaço, e a partir disso é preciso

⁵⁷ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 205.

⁵⁸ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 214. A metrópole contemporânea, por isso, parece vulnerável, porque se a taxa em que a mais-valia está sendo apropriada no centro (mantidos os níveis de lucro) excede a taxa em que o produto social está sendo criado, então o colapso econômico e financeiro é inevitável. Toda atividade deve em última análise ser sustentada pela simples conversão de matérias-primas ocorrentes em objetos de utilidade para o homem; a apropriação tem que se relacionar à produção dos bens e serviços socialmente necessários, se não a taxa de lucro corre o risco de cair (pág. 226).

⁵⁹ HARVEY, David. *A Justiça...* Pág. 233.

⁶⁰ O conceito de exterioridades é aquele desenvolvido por Enrique Dussel no seu já citado livro *Ética da Libertação*, pensado como mecanismo negador da própria vida humana, que desconhece através da sua razão homogeneizante de totalidade excludente, a alteridade do outro.

se questionar como se dão as relações dentro desse mercado, com base em qual racionalidade preponderante e quais são os sujeitos relegados à exterioridade.

1.2 O mercado de troca e os efeitos indesejáveis. A irracionalização do racional na visão de Franz Hinkelammert

A condição de sujeito qualificadora do ser humano surge como determinação criada pela modernidade, a metanarrativa do sujeito. O desenvolvimento do pensamento moderno, centrado e obcecado por esse mesmo sujeito (ou condição de sujeito do ser humano) trouxe consigo, a negação desse mesmo *estado de sujeito*. O que aparenta uma evidente contradição deve ser desnudada: a urgência de se afirmar o ser humano como sujeito ocasionou a sua própria negação enquanto tal.

A compreensão de sujeito com a possibilidade de sua conceituação relacional surge com Descartes a partir da relação sujeito-objeto. O ser humano só o é enquanto instância que se relaciona com determinado objeto. O mundo externo passa a representar uma objetivação do pensamento na medida em que esse próprio mundo surge da capacidade de pensar do sujeito. Todos os corpos incluindo o seu próprio são a *res extensa*, sobre a qual julga o sujeito com *res cogitans*⁶¹. Dessa forma, agindo como sujeito transcendental⁶², porque capaz de se impor ao mundo como sujeito criador de sua objetividade, o ser humano não é encarado como parte integrante desse mundo, mas sim como seu juiz. Nesse sentido, não poderia ter existência corporal e deveria sempre, perpetuar uma relação de desconfiança com seus sentidos. A certeza sobre sua existência só seria possível através de uma autoreflexão sobre si mesmo.

Esse mesmo sujeito pensante faz as vezes do indivíduo possuidor; “a relação entre sujeito-objeto é a relação na qual o indivíduo se dirige ao mundo para dominar e possuir”⁶³. Ao fundir-se o sujeito pensante com o indivíduo possuidor, a realidade objetivada, sobre a qual atua passa a representar o alvo de uma relação de propriedade; “o sujeito da relação sujeito-objeto é o indivíduo possuidor com relação o mundo corporal pensado como objeto”⁶⁴.

⁶¹ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 203.

⁶² Conforme o autor: é transcendental porque pensa transcendentalmente o mundo objetivo dos sentidos. Pág. 203.

⁶³ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 204.

⁶⁴ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 204.

Mesmo após o abandono dessa concepção do sujeito como ente transcendental que tem sua condição de existência pautada pela sua capacidade de pensá-la (isso ocorreu tendo em vista o regresso ao infinito da teoria) Franz Hinkelammert destaca a permanência do problema por ela criada: a relação reflexiva e condicionante entre sujeito e objeto. “Não obstante essa negação do sujeito transcendental, não foi afetado o indivíduo possuidor, que é sua contrapartida”⁶⁵. O sujeito pensante foi substituído pelo sujeito atuante, que é o indivíduo proprietário e calculador de seus interesses. Esse indivíduo calculador segue interpretando todo o mundo corporal como seu objeto de ação, e a si mesmo como uma instância calculadora, que se move num mundo de puros objetos e calcula sua possibilidade de ascender a esse mundo consumindo-o e de acumular como propriedade partes crescentes dele⁶⁶.

Após essa constatação que ressalta a permanência do indivíduo calculador como protagonista da relação sujeito-objeto, que alcança o mundo externo, através de uma relação de propriedade materializada no seu consumo, Hinkelammert analisa outra questão que pretende dissolver a própria relação entre o sujeito e o objeto. Pretende pensar o autor uma relação entre corporeidades. Nesse movimento entre corpo e corpo “não surge a pergunta se existo como pergunta chave, mas sim a pergunta se posso seguir existindo. Não é a pergunta se a vida é um sonho, mas sim a pergunta por quais são as condições de possibilidade de viver como ser vivente. Ainda que a vida seja um sonho continua o problema de como seguir existindo. Essa pergunta continua sendo real ainda que a vida seja um sonho”⁶⁷.

Através dessa nova relação que parece se dar entre objetos, o autor pontua o papel da sociedade de mercado como fomentadora da reificação do sujeito. Conforme afirma, a sociedade de mercado pretende transformar tudo em objeto, inclusive a si mesmo, e essa nova posição é tida agora como liberdade e salvação.

Essa sociedade de mercado colocou o indivíduo possuidor como o centro de todas as relações sociais. “É um indivíduo calculador, que calcula seus interesses materiais em função do seu consumo e da acumulação de possibilidades de aumento de seus ingressos. Tudo pode transformar-se nessa visão em capital e se fala inclusive do capital humano, enquanto o ser humano é visto a partir de sua possibilidade de acumular. O indivíduo possuidor então pode considerar-se a si mesmo com seu corpo e alma, como capital próprio”

⁶⁵ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 204.

⁶⁶ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 204.

⁶⁷ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 205. Tradução livre.

⁶⁸. Se a pessoa humana é nada mais que esse indivíduo, então cumpre com o dial do que se chama *homo oeconomicus*⁶⁹.

Esse cálculo é executado em termos de meio-fim, ou insumo-produto. Os fins são eleitos segundo a utilidade, que o indivíduo calcula através de um procedimento dado como racional, por intermédio de sua ação racional. Conforme assevera Hinkelammert a “ação racional nessa perspectiva é hoje a dominante do sistema social em que vivemos”⁷⁰, e ela não se resume ao campo econômico, sendo assumida também em muitos pensamentos sociológicos, filosóficos e inclusive teológicos⁷¹.

Essa racionalidade acaba por voltar seus fins ao seu próprio desenvolvimento, ou seja, a teleologia dessa ação racional é a maximização de seu próprio movimento e isso para Franz Hinkelammert é a causa do aparecimento do niilismo da sociedade moderna, que resulta em um movimento sem nenhuma finalidade, que se perpetua e põe a seu serviço todos os esforços e valores humanos, solapando-os.

Esse cálculo de interesses produz exterioridades quando desconsidera elementos essenciais do contexto social e natural e as materializa na forma de efeitos não intencionais, como a exacerbação da pobreza e os crescentes impactos ambientais. Da maneira como pontua o autor

Se o sistema como ordem se constitui a partir da persecução de interesses materiais calculados, utilidade calculada, aparece uma ordem que deixa de lado os efeitos que tem esse tipo de ação sobre os conjuntos sociais e naturais, dentro dos quais a ação acontece. Isso é tipicamente a ordem do mercado; se cria uma ordem, mas esta ordem mina os conjuntos reais dentro dos quais acontece⁷².

Esse problema é apontado pelo autor como os efeitos não-intencionais da ação intencional e calculada. “Quanto mais a ação se guia pelo cálculo do meio-fim, menos pode levar em conta esses efeitos que tem sobre os conjuntos reais e que não formam parte do cálculo da ação. Esse sistema funciona em um entorno, mas esse entorno forma conjuntos, que o cálculo da ação não pode levar em conta”⁷³. Por isso os distorce. Essas distorções dos conjuntos reais dão ensejo às crises, que não são necessariamente crises do sistema, mas sim crises dos conjuntos sobre os quais atua o sistema, sem levá-lo em conta.

⁶⁸ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 205.

⁶⁹ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 206.

⁷⁰ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 206.

⁷¹ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 206.

⁷² HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 207. Tradução livre.

⁷³ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 207.

Por isso aparece o fenômeno da irracionalidade do racionalizado. A ação é racional em termos de cálculo de meio-fim, mas esse sistema de cálculo se revela como irracional, se se leva em conta os efeitos não-intencionais, que produz inevitavelmente como seu subproduto. Essa irracionalidade é efetivamente inevitável no grau no qual se insiste na constituição da ordem do sistema pelo cálculo dos interesses materiais⁷⁴.

A produção da riqueza, nesse sentido, subverte as fontes originais de toda riqueza, que são o ser humano e a terra⁷⁵. Todavia, essa ameaça não leva a substituição do capitalismo por outra sociedade, mas ameaça o capitalismo somente pelo fato de que este está ameaçando a sobrevivência humana, sem a qual tampouco o capitalismo pode existir⁷⁶. O que aparece como “verdadeiro” nó górdio para o autor é a ausência de limites da “ação calculada” que por não ter outra intencionalidade que perpetuar a acumulação, acabam produzindo efeitos indesejáveis.

Ao analisar o modelo de integração pelas trocas, no sistema capitalista Franz Hinkelammert aponta para o automatismo do mercado, que se move entre venda de produtos, rentabilidade de investimentos. Quanto mais se vendem produtos, maior a rentabilidade e maior a disponibilidade de capital para investimentos. Todavia, esse automatismo de mercado

desemboca em completa arbitrariedade de distribuição de emprego, arbitrariedade que, por si mesma, implica a existência de tendência constante no sentido de distribuição de renda e de estrutura de emprego desequilibradas e economicamente irracionais. Conseqüentemente, o automatismo do mercado se transforma em mecanismo destruidor, enquanto ele impossibilita qualquer segurança de integração do sujeito econômico na divisão social do trabalho, através do emprego e da satisfação de suas necessidades. Até mesmo a própria subsistência é constantemente ameaçada e destruída. Esses desequilíbrios básicos se reproduzem em todos os níveis da sociedade capitalista, especialmente na relação entre o automatismo do mercado e o equilíbrio ecológico que, a longo prazo, é a base natural de qualquer possibilidade de satisfação das necessidades. A medida que prima o critério da rentabilidade, o equilíbrio ecológico é destruído, da mesma forma que o equilíbrio econômico-social da distribuição de renda e do emprego⁷⁷.

⁷⁴ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 208. Tradução livre. E continua o autor: “Essas crises hoje são óbvias. A exclusão de cada vez maior de parte da população, as crises das relações sociais mesmas, a crise do meio ambiente. Quanto mais a ação segue a pauta da racionalidade calculada, mais aparecem essas ameaças globais, frente as quais o sistema parece sem possibilidade de reagir. A ordem desenvolve tendências a sua própria destruição e se faz autodestrutiva” (pág. 209).

⁷⁵ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 209.

⁷⁶ HINKELAMMERT, Franz. *La vuelta...* Pág. 209. A partir disso, é possível concluir com Hinkelammert que os interesses materiais não podem ser perseguidos racionalmente se o critério de seu cálculo for transformado em critério em última instância. A reação contra essa “ausência de intencionalidade” (já que a busca não ultrapassa a eterna materialização de interesses) deve ser justamente a eleição “finalidades” para satisfação de interesses. A resposta, portanto, estaria dentro do campo dos interesses e não poderia estar fora na medida em que “toda nossa vida é corporal e necessita de satisfação de suas necessidades em termos corporais. As necessidades mais espirituais descansam sobre a satisfação de necessidades corporais”. Portanto, a reação não deve se orientar contra os interesses materiais enquanto tais.

⁷⁷ HINKELAMMERT, Franz. *Crítica...* Pág. 256.

Esse desequilíbrio e irracionalidade produzem os efeitos não-intencionais da estrutura de mercado. Na medida em que ninguém deseja os desastres, eles são tidos como resultados naturais, que devem ser suportados. Contudo, Hinkelammert afirma que há sim responsabilidade humana em deixar continuar esse automatismo de mercado.

A partir dessas considerações é possível esboçar um ponto de partida para reflexão do processo de urbanização: a racionalidade que pauta as relações inseridas no interior do mercado de troca capitalista intenciona a reprodução de mais-valia, na forma de acumulação de riqueza de maneira estratificada entre os indivíduos e da mesma forma enseja a reprodução de um comportamento alienado dos indivíduos partícipes desse modelo de integração, através de um cálculo de interesses reprodutor de exterioridades. A cidade como palco dessas dinâmicas tende a reproduzir, espacialmente, os efeitos não intencionais desse modo de produção.

2. REMINISCÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: TRADUZIR PARA RECONHECER

2.1 Epistemologia do Sul: Boaventura e a necessidade de justiça entre os conhecimentos

Boaventura de Sousa Santos, em conferências realizadas em Buenos Aires⁷⁸ no ano de 2006, apresentou, dentre vários desafios, a proposta de reinventar a epistemologia dos países colonizados. Elevou a “epistemologia” como objeto de sua reflexão e alvo carecedor de uma própria reinvenção após detectar questões como: (i) a dependência em relação aos autores hegemônicos; (ii) a existência de diferentes culturas no sul convivendo com a ciência; e (iii) o fato da compreensão do mundo ser muito mais ampla que a ocidental. Essa reflexão do autor na forma de um desafio/proposta leva a uma importante discussão no que diz respeito a se fazer “ciência” nos países colonizados: como ser objetivos mas não neutros, como se deve distinguir entre objetividade (metodologia própria das ciências sociais) e neutralidade (vivemos em sociedades muito injustas, em relação às quais não podemos ser neutros). A preocupação de Boaventura atenta para que tanta experiência social, produzida e experimentada pelos países dependentes, não fique desperdiçada.

Nesse sentido, propõe o autor a criação de uma *Epistemologia do Sul*, atrelada ao desenvolvimento de uma *sociologia das ausências* e ao procedimento da *tradução*.

O objetivo da sociologia das ausências e do procedimento da tradução resume-se na própria tentativa de se criar uma Epistemologia do Sul. A exigência desse processo refere-se à realidade inigualável da colonização. Boaventura discorre sobre um atual pós-colonialismo, que representaria a idéia de que a modernidade ocidental tem uma violência matricial - a violência colonial. Para essa concepção o colonialismo são todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações, em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade. “Em nossas teorias temos que incluir a perspectiva pós-colonial, que tem duas idéias muito categóricas. A primeira é que terminou o colonialismo político, mas não o colonialismo social ou cultural”⁷⁹. A outra idéia subjaz na primazia na construção teórica das relações Norte-Sul a fim de se pensar o Sul fora dessa relação. É necessário saber o que é o Sul, porque o Sul

⁷⁸ As conferências foram posteriormente transformadas em livro: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*: tradução; Mozart Bedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁷⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 58.

imperial está no Norte; é preciso criar o Sul contra-hegemônico⁸⁰, e o pós-colonialismo é importante, pois guarda em si uma terceira idéia: das margens se vêem melhor as estruturas de poder. “Devemos analisar as estruturas de poder da sociedade a partir das margens, e mostrar que o centro está nas margens, de uma maneira que às vezes escapa a toda nossa análise”⁸¹. Nas palavras de Boaventura: é preciso provincializar o Norte⁸².

“Hoje dizemos que outro mundo é possível, um mundo cheio de alternativas e possibilidades”⁸³. Essa afirmação, pensando um mundo fragmentado, leva a outra de que não é possível hoje uma epistemologia geral, uma teoria geral, tendo em vista ser o mundo um campo de inesgotável diversidade. O possível seria uma espécie de universalismo negativo⁸⁴. Mesmo diante dessa fragmentação é necessário criar inteligibilidade recíproca no interior da pluralidade. A proposta, negando a estratégia homogeneizante da razão ocidental, seria um procedimento de tradução.

Essa *tradução* consubstancia-se num processo intercultural, intersocial, de buscar inteligibilidade sem “canibalização”, sem “homogeneização”⁸⁵. A inteligibilidade deve ser criada sem destruir a diversidade. Ela assenta-se no princípio central da epistemologia do sul: não há justiça social sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos. Portanto, é preciso tentar uma maneira nova de relacionar os conhecimentos.

Esse procedimento de tradução é um processo pelo qual vamos criando e dando sentido a um mundo que não tem realmente um sentido único, porque é um sentido de todos nós. É um processo distinto, que tem conseqüências políticas e teóricas, para criar uma nova concepção de dignidade humana e de consciência humana⁸⁶.

A necessidade do procedimento da tradução advém de dois problemas teóricos muito importantes: o do *silêncio* e da *diferença*.

O *silêncio* é o resultado do silenciamento; o contato colonial da cultura ocidental moderna com outras culturas, provocando o silêncio. Quando se quer tentar um novo discurso ou teoria intercultural, enfrenta-se um problema: há nos oprimidos aspirações que não são proferíveis, porque foram consideradas improferíveis depois de séculos de opressão. O desafio é: como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e

⁸⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 58.

⁸¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 59.

⁸² SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 59.

⁸³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 39.

⁸⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 57.

⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 40.

⁸⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 41.

não a reprodução do silenciamento (o diálogo não é possível simplesmente porque as pessoas não sabem dizer, não porque não tenham o que dizer)⁸⁷.

A *diferença* é outro desafio, porque a tradução tem alguns problemas como, por exemplo, a idéia de incomensurabilidade. No diálogo intercultural, tem-se que produzir uma luta contra duas frentes: uma é a política de hegemonia (não há outras culturas críveis); a outra é a política de identidade absoluta (há outras culturas, mas são incomensuráveis)⁸⁸.

A reflexão sobre o processo de urbanização brasileiro, tendo em vista a perspectiva pós-colonial, deve vestir o olhar com as lentes da tradução, a fim de que através do reconhecimento das nossas peculiaridades seja possível a produção de um conhecimento emancipatório e que, também não vislumbre como finalidade a repetição da trajetória dos países centrais. A própria leitura dos nossos problemas, a partir dos quais serão pensadas transformações a serviço do homem e da natureza, deve ter como premissa o alargamento da concepção do nosso espaço e da nossa história como realidades únicas. Pensar o processo de urbanização brasileiro, ancorado pela epistemologia do sul, implica em reconhecer nossas diversidades no interior do nosso percurso histórico e do nosso próprio presente. Tanto a perspectiva da divisão social do trabalho como a satelitização serão utilizadas nessa pesquisa como ferramentas epistemológicas a serviço dessa emancipação.

A realidade que se apresenta não deve ser encarada com postura passiva, como se fosse o único resultado possível do nosso processo histórico. O passado deve ser recuperado através de uma perspectiva que considere a própria descontinuidade⁸⁹ da história, e com isso, abale a pretensa “naturalização” do presente. Com essa proposta de revisitar o passado é que se buscará refletir sobre a divisão social do trabalho e a satelitização como mecanismos de compreensão do subdesenvolvimento e do espaço criado nas franjas de um processo excludente que hoje ganha formas neoliberais.

2.2 Urbanização sob a ótica da divisão social do trabalho e o fenômeno da satelitização

O espaço é o resultado da associação que se desfaz e renova-se continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente⁹⁰. Tempo e espaço conhecem um movimento que é, simultaneamente, contínuo, descontínuo e

⁸⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág.41 a 43.

⁸⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 43 a 44.

⁸⁹ Nesse sentido, o nosso presente, insere-se no momento de perigo que falava W. Benjamin, na direção apontada na sua obra *Magia e técnica, arte e política*, Pág. 234. Precisamos resgatar a descontinuidade da história, e como o “passado” deveria ser reinterpretado no presente a fim de que a naturalização deste seja questionada.

⁹⁰ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 63.

irreversível. O espaço atual e o tempo atual completam-se, mas também estão em contradição, de outra maneira, não poderiam evoluir. E cada espaço em cada tempo, apresenta ritmos diferenciados que não podem ser cientificamente homogeneizados; aqui se torna importante a postura da “tradução” epistemológica, que leva em conta as diversidades, por isso inexiste um sentido único, em direção ao qual estariam fadados o espaço e o tempo.

O fenômeno da urbanização representa, em cada país, um autêntico desenvolver de fatores, com dados próprios e peculiaridades, determinantes nas formações sociais que dele resultam. O que se poderia, entretanto, conjugar, é o método através do qual se pretende perceber a urbanização, pensando-a, nesse estudo, sob o enfoque da divisão social do trabalho, tanto interna como externa em cada país e seu papel na organização do espaço. A divisão do trabalho, internacional ou interna, e cada um dos seus momentos permitem compreender, a cada instância, a essência das formas, isto é, o seu conteúdo social, econômico e político⁹¹.

Antes de pensar a divisão social do trabalho e seu papel na organização social do espaço, necessário se faz traçar seu conteúdo, levando em conta sua ramificação em divisão internacional do trabalho e divisão interna do trabalho.

A divisão internacional do trabalho apenas nos dá a maneira de ser do modo de produção dominante, apontando as formas geográficas portadoras de uma inovação e, por isso mesmo, carregadas de uma intencionalidade nova⁹². É através da incidência num país da divisão internacional do trabalho e da conseqüente divisão interna que as especificidades começam a repontar: a formação sócio-econômica correspondente atribui um valor determinado a cada forma e a todas as formas, através da redistribuição de funções⁹³.

Enquanto a divisão internacional do trabalho explica a seletividade espacial na realização de funções, mediante critérios como a necessidade, a rentabilidade e a segurança de uma dada produção, a divisão interna do trabalho nos mostra o movimento da sociedade, a criação e os reclamos de novas funções, e a maneira como essas funções são abrigadas pelas formas preexistentes ou novas⁹⁴.

É possível perceber que fatores históricos se combinam com presentes. Desde o início da colonização, a produção vegetal e mineral de que a Europa e, depois, os Estados Unidos necessitavam, e a formação de uma rede de transportes ligada em parte às

⁹¹ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 62.

⁹² SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 61.

⁹³ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 61.

⁹⁴ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 61.

necessidades do comércio exterior e depois à existência precoce⁹⁵ de Estados Modernos e a expansão, igualmente precoce, das indústrias de exportação foram conjuntamente responsáveis por um desenvolvimento ainda maior das forças produtivas, mesmo se postas a serviço de empresas e países estrangeiros⁹⁶. Quanto ao consumo, os velhos laços da América Latina com a Europa facilitaram a aceitação dos modelos ocidentais desde a sua primeira grande difusão entre o fim do século XIX e começo do século XX⁹⁷.

Como os fatores de produção e as atividades relacionadas têm um lugar próprio no espaço a cada momento da evolução social, segue-se que todos esses fatores têm influência sobre a forma como o espaço se organiza, e sobre a urbanização⁹⁸. A cada nova divisão do trabalho ou a cada novo momento decisivo seu, a sociedade conhece um movimento importante, assinalado pela aparição de um novo elenco de funções e, paralelamente, pela alteração qualitativa e quantitativa das antigas funções; a sociedade se exprime através de processos que, por sua vez, desdobram-se através de funções, enquanto estas se realizam mediante formas⁹⁹.

Com isso, Milton Santos retoma a análise que conjugava modo de produção com formação econômica espacial, ponderando que a materialização em formas espaciais contém dinâmicas sociais e geográficas representantes do momento ocupado no tempo histórico. Isso significa que uma dada forma espacial não existe ao acaso, sendo sempre socialmente produzida e, por isso, determinada por uma dada divisão do trabalho.

Observe-se, porém, que tais formas, sem as quais nenhuma função se perfaz, são objetos, formas geográficas, mas podem também ser formas de outra natureza, como por exemplo, as formas jurídicas. No entanto, mesmo essas formas sociais não geográficas terminam por espacializar-se, geografizando-se como é o caso da propriedade ou da família¹⁰⁰. É por isso que Milton Santos afirma que as funções se encaixam, direta ou indiretamente, em formas geográficas.

⁹⁵ Precoce em relação aos países colonizados.

⁹⁶ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 58. E continua o autor: “Na América Latina, cidades como Salvador e México já contavam, no fim do século XVIII, com uma população de torno dos 100 mil habitantes. Poucas cidades européias e nenhuma dos Estados Unidos dispunham, então, de tais efetivos. As cidades latino-americanas eram entrepostos de comércio e também praças-fortes, onde a divisão de trabalho se fazia segundo uma tecnologia menos avançada do que na Europa e que demandavam mais braços, sem, entretanto, atingir os números alcançados pelas cidades indus. A incidência do fator político, representado pelas necessidades da administração e segurança, era um outro dado da divisão do trabalho interno ao país que não pode ser negligenciado”. Pág. 58.

⁹⁷ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 58.

⁹⁸ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 59.

⁹⁹ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 59.

¹⁰⁰ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 59.

A cada dinâmica social, pensada como movimento possível pelo processo de divisão do trabalho, é estabelecida uma nova organização espacial, seja pela criação de novas formas para atender novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Dessa conjugação, percebe-se a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelas transformações sociais e a repartição no espaço dessas funções. Nesse sentido, a cada momento da divisão do trabalho, a sociedade total se redistribui, através de suas funções novas e renovadas, no conjunto de formas preexistentes ou novas; a esse processo pode chamar-se de *geografização da sociedade*¹⁰¹.

Por meio da análise das conseqüências de uma dada divisão internacional do trabalho, em diferentes continentes e em diferentes países, neles encontram-se formas correspondentes ao modo de produção dominantes, e que nesses lugares guardam um mesmo ar de proximidade¹⁰². E pelo estudo das formações sociais, reconhece-se a ordem pela qual se dispõem essas formas e o nexos que elas mantêm através da própria vida da sociedade. Essa ordem é fornecida pelo somatório das ações dos modos de produção e das formações sociais em movimento, ou, em outras palavras, da adição dos efeitos da divisão internacional e da divisão interna do trabalho¹⁰³. Assim, é possível traçar um estudo, levando em conta a significação de cada lugar dentro do conjunto de lugares que forma um espaço total, pensando internacionalmente ou dentro de um país.

Quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o valor desse lugar muda; e assim o valor de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e, através desse fato, ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente, cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo de qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares¹⁰⁴.

Da mesma maneira que Milton Santos estabelece como método de compreensão das dinâmicas geográficas e sociais do espaço a divisão social do trabalho, Luiz Pereira utiliza-se da satelitização como critério a partir do qual concebe a relação entre os espaços.

¹⁰¹ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 60.

¹⁰² SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 62.

¹⁰³ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 62.

¹⁰⁴ SANTOS, Milton. *Da Totalidade...* Pág. 66.

Ao tratar do modelo histórico de constituição e funcionamento do sistema capitalista internacional, Luiz Pereira¹⁰⁵ o qualifica como responsável pela formação e contínua reatualização, em diferentes modalidades, do padrão estrutural de dominação-dependência entre sociedades capitalistas “centrais” e sociedades capitalistas “periféricas”. A partir dessa noção constrói, atentando inicialmente ao plano econômico, o conceito de *satelitização*¹⁰⁶ (externa e interna), como processo de concentração diferencial do total da renda gerada, ou seja, concentração diferencial entre nações, entre regiões de cada nação, entre setores de atividades econômicas de cada região, entre categoriais ocupacionais de cada setor. Mais ainda: dadas as relações sociais de produção capitalistas, essa concentração diferencial da renda nada mais seria que concentração diferencial das rendas da propriedade auferidas pelos detentores dos meios de produção ou dos equivalentes destes, e participação diferencial no total das remunerações do trabalho (tendencialmente monetizadas por completo) auferidas pelos agentes diretos de trabalho (tendencialmente assalariados)¹⁰⁷.

O sistema de satelitização interna¹⁰⁸ realiza também o sistema de estratificação social, pois determina uma participação diferencial no total das oportunidades de vida existentes, em determinada época, em cada sociedade capitalista periférica. No que concerne ao consumo, a satelitização, enquanto participação diferencial no total das oportunidades de vida se realiza, portanto, como efetivação diferencial dos padrões de vida, tomados como diferentes complexos de itens de consumo material e não-material. A satelitização interna significa, no caso, distribuição desigual, variavelmente mais ou menos profunda, dos *quanta* de valor consumidos pelos membros de cada sociedade capitalista periférica¹⁰⁹.

Nesse sentido, é possível pontuar que a divisão social do trabalho, seja atuando em nível internacional, ditando condutas entre os países, seja agindo no interior do país, ou mesmo de regiões e cidades, estabelece repartição desigual do produto de renda gerada e a espacialização da produção, de maneira estratificada e hierarquizada.

Esse processo pode ser descrito através de uma relação que se dá entre o satélite e o planeta de sua órbita. As regiões menos favorecidas (países, estados, ou mesmo locais dentro das cidades) seriam os “satélites”, que girando em torno das demandas econômicas, políticas e sociais do “planeta” centro de gravidade, resumem sua existência

¹⁰⁵ PEREIRA, Luiz. *Urbanização e Desenvolvimento*. 3ª edição. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 1976.

¹⁰⁶ PEREIRA, Luiz. *Urbanização...* Pág. 8.

¹⁰⁷ PEREIRA, Luiz. *Urbanização...* Pág. 8.

¹⁰⁸ Segundo o autor: a satelitização interna, enquanto concentração diferenciada de renda exprime diferentes modalidades de realização econômica do capitalismo interior das sociedades periféricas: capitalismo mais “avançado” ou mais “atrasado” conforme regiões e setores de produção intra-regionais (pág. 8).

¹⁰⁹ PEREIRA, Luiz. *Urbanização...* Pág. 9.

numa eterna condição de subordinação e dependência. Outra consequência desse fenômeno, é que as oportunidades de vida no planeta satélite também serão estratificadas, pois a participação em termos de acesso ao produto social gerado pelo trabalho é desigual.

Importante pontuar que os atores inseridos na dinâmica da satelitização podem, inclusive, configurar setores não ou pré-capitalistas, na medida em, nos países subdesenvolvidos, observa-se a estruturação do processo de acumulação do capital num jogo de dominação desses setores. Dessa forma, a satelitização pode ocorrer para manter essas estruturas não capitalistas, uma vez que satelitizadas pelo sistema de acumulação do capital exercem importante função de preservação. Assim, o que poderia ser chamado de pré-capitalista ou não capitalista, num sentido de estruturas arcaicas, uma vez satelitizadas e mantidas pela racionalidade da acumulação capitalista, são reproduzidas e ganham sentido moderno.

Um outro fato relevante a ser levantado é que o fenômeno da satelitização interna não é uma repetição do que alguns autores denominam de “colonialismo interno”, responsável por “imitar” no interior do país colonizado as relações de dominação entre metrópole e colônia. Essa perspectiva considera as relações sociais desenvolvidas internamente na colônia paralelas as existentes entre esta e o país metrópole. Da forma como critica Gilberto Bercovici, caso se utilizasse as teses sobre colonialismo interno, limitar-se-ia o problema das desigualdades regionais no Brasil a um suposto “imperialismo” paulista, ou seja, um mero conflito entre estados, passível de ser solucionado sem qualquer transformação estrutural do sistema econômico e social¹¹⁰.

É nessa dinâmica de satelitização, resultado da divisão social do trabalho no sistema capitalista, fundada no mercado de troca, cuja finalidade é pautada pelo critério da rentabilidade, que está inserido o processo de urbanização brasileiro.

Quando se afirmou que a cidade como palco das dinâmicas sociais reproduz, espacialmente, os efeitos não intencionais desse modo de produção, criando exterioridades, acrescenta-se agora além da necessidade de uma epistemologia que traduza nossas diversidades, para reconhecer e integrar na nossa realidade o que é negado pela racionalidade homogeneizante, o fenômeno da satelitização, como dimensionador das provocações da divisão social do trabalho capitalista, e seu impacto nas desiguais oportunidades de se ganhar a vida nas cidades. O que se intenciona desvendar é como a produção da exterioridade relaciona-se com a satelitização e com as diferentes e estratificadas oportunidades de se

¹¹⁰ BERCOVICI, Gilberto. *Desigualdades Regionais, Estado e Constituição*. São Paulo: Max Limonad, 2003. Pág. 64.

ganhar a vida. A epistemologia do sul é essencial nessa tarefa, pois através da tradução, é possível se projetar o olhar para o objeto de estudo de maneira criativa e perceber, mesmo que com estranheza e desconforto, as nossas diferenças. E essas particularidades que distinguem o fenômeno da urbanização no Brasil de qualquer outro quando relacionadas com os problemas concretos do momento auxiliam na elaboração de projetos transformadores factíveis¹¹¹.

Partindo-se da perspectiva pós-colonial, vislumbra-se refletir sobre o subdesenvolvimento e o neoliberalismo. Nas palavras de Manuel de Barros, rever as “natências”¹¹², aquilo que nasce com, por isso sendo congênito ao subdesenvolvimento e ao neoliberalismo. Os termos explicitam “palavras gordas”¹¹³ no sentido utilizado por Friedrich Müller¹¹⁴ na obra “Quem é o povo?” quando trabalha o conceito de povo como ícone, palavra usada como bloco monolítico, homogêneo. Comparando-se os termos subdesenvolvimento e neoliberalismo com o “todo imóvel” que F. Müller falava, pretende-se “decantá-los”, valendo-se dos autores citados, para enxergar suas heterogeneidades.

2.3 Palavras gordas: subdesenvolvimento e neoliberalismo

2.3.1 Natências do subdesenvolvimento.

A peculiaridade histórica dos países de desenvolvimento dependente, atrelada à colonização e a posição de satélite dos países industrializados, determina uma especial postura no tocante ao método da reflexão e a forma de se pensar sua realidade. Isso significa que como ponto de partida para análise é extremamente necessário uma epistemologia liberta do ranço perpetuador dessa mesma dependência, avessa a condição que ao invés de produzir novos conhecimentos voltados à especificidade da realidade dada a pensar, apenas reproduz idéias, como se o caminho a trilhar pelos países mais pobres economicamente fosse e devesse ser aquele realizado pelos mais ricos; o que também enaltece, de maneira problemática, uma

¹¹¹ A factibilidade é aqui pensada a partir de Franz Hinkelammert, na sua obra *Crítica à razão utópica*. O que é factível, ou possível fazer, é medido sempre a partir de uma ação humana, que percebendo as impossibilidades de alcançar o ideal utópico, elabora limites de possibilidade para a ação. Por isso é importante intencionar alcançar além daquilo que está posto, pois a partir daí se saberá tanto o que é impossível fazer como o que é possível fazer.

¹¹² BARROS, Manuel. *Livros das Ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record. 2006.

¹¹³ A expressão “palavras gordas” é do professor Menelick de Carvalho Neto, com quem tive aula na UFMG no primeiro ano da graduação.

¹¹⁴ MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*. Max Limonad: São Paulo. 1998.

concepção de progresso social vinculado ao momento e a realidade dos países industrializados.

Da forma como pondera Boaventura¹¹⁵, um dos nossos grandes desafios é criar uma epistemologia do Sul que procure superar a matriz colonizadora. Isso se faz urgente e necessário tendo em vista a crise existente entre a teoria e a experiência, pois aquela discrepa radicalmente da vida experimentada pelas pessoas, na medida em que é produzida tendo em vista a realidade dos países do Norte. Não é simplesmente de um conhecimento novo que se necessita; o que é necessário é um novo modo de produção do conhecimento¹¹⁶. Daí a importância da reflexão epistemológica, a compreensão do mundo é muito mais ampla do que sua compreensão ocidental e, portanto, deve-se preocupar para que tanta experiência social não fique desperdiçada.

No esboço de análise que se segue tentar-se-á refletir sobre o fenômeno do subdesenvolvimento, através de trabalhos realizados por Celso Furtado, principalmente pela obra “Raízes do subdesenvolvimento”.

Na tentativa de construir conhecimento inserido na perspectiva pós-colonial, enxerga-se os seus trabalhos como pontos de partida aptos a favorecer o reconhecimento de especificidades do processo histórico latino-americano, especialmente no tocante a caracterização do subdesenvolvimento, na medida em que esse fenômeno é particularizado como criação do desenvolvimento e não como fase deste. Essa afirmação por si só já serviria para caracterizar uma “natência” do subdesenvolvimento do ponto de vista de Celso Furtado, qual seja, a particularização desse fenômeno como *criação* e não como etapa ou fase do desenvolvimento.

Essa noção é extremamente importante na medida em que as políticas institucionais calcadas no ideário de alcançar “o” desenvolvimento e a própria afirmação de que os países subdesenvolvidos são na realidade Estados “em desenvolvimento” carregam em si o conteúdo ideológico a serviço de uma proposta inalcançável, qual seja, elevá-los, algum dia, ao patamar dos países “desenvolvidos”. Nesse sentido, essa concepção ideologizada que desconhece a própria “natência” do subdesenvolvimento tende a produzir resultados infrutíferos por basear-se em premissas infundadas.

A formação das sociedades de base industrial constitui complexo processo, cuja compreensão requer análise simultânea da penetração do progresso tecnológico nos sistemas de produção e da forma como as estruturas sociais e o quadro institucional

¹¹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 19.

¹¹⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar...* Pág. 20.

preexistentes reagiram a essa penetração e a condicionaram¹¹⁷. Nesse sentido, o enfoque metodológico se desenvolverá a partir de duas linhas, (i) a penetração das modernizações¹¹⁸ e (ii) o impacto na organização social.

Celso Furtado concebe o subdesenvolvimento como conseqüência da rápida propagação de novas formas de produção, partindo de um número limitado de centros irradiadores de inovações tecnológicas, em um processo que tendeu à criação de um sistema econômico de âmbito planetário¹¹⁹. Dito de outro modo, o subdesenvolvimento é considerado como uma criação do desenvolvimento¹²⁰, isto é, como conseqüência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XIX¹²¹.

As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedades envolvem formas de dependência que tendem a autoperpetuar-se. Essa dependência apoiou-se, inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para os centros dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico. Em fase subsequente, a dependência resultou do controle exercido por grupos das economias dominantes sobre as atividades que, nas economias dependentes, mais assimilavam novas técnicas¹²².

Como criação do desenvolvimento infere-se que *o subdesenvolvimento não pode ser estudado como uma “fase” do processo de desenvolvimento*, fase que tenderia a ser superada sempre que certos fatores convergissem. Pelo fato mesmo de que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas. Nas palavras de Celso Furtado: “desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois

¹¹⁷ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 87.

¹¹⁸ O termo “modernizações” é aqui utilizado no mesmo sentido do proposto por Milton Santos, qual seja: períodos da história econômica, formados por elementos de ordem econômica, social, política e moral que constituem um verdadeiro sistema.

¹¹⁹ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 88.

¹²⁰ Gilberto Bercovici analisando o pensamento de Celso Furtado acrescenta: “a reflexão sobre o desenvolvimento é um ponto de convergência das várias ciências sociais, sendo este caráter interdisciplinar o responsável pela fecundidade dos estudos deste tema. Deve-se dar ênfase, no entanto, à dimensão política do que costuma ser apresentado como um problema exclusivamente econômico, entendendo a superação do subdesenvolvimento como um projeto político. Afinal, em última análise, são as estruturas de poder e a política que explicam a direção, efetividade e intensidade do desenvolvimento”. BERCOVICI, Gilberto. *Desigualdades...* Pág. 36.

¹²¹ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 88.

¹²² FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 88.

aspectos de um mesmo processo histórico, ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna”¹²³.

Sobre a específica questão do *subdesenvolvimento-desenvolvimento* interessante é a problematização efetuada por Andrew Gunder Frank no artigo denominado “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano”¹²⁴. A partir da premissa de que o passado econômico e a história social são essenciais para investigar o “subdesenvolvimento” e traçar linhas para uma teoria e uma política de desenvolvimento adequadas, inicia seu trabalho criticando o fato da maior parte dos nossos conceitos teóricos e de nossas diretrizes para a política de desenvolvimento terem sido tiradas exclusivamente da experiência das nações capitalistas avançadas.

Como a experiência histórica dos países coloniais e subdesenvolvidos tem sido bastante diferente, o resultado é que as teorias correntes não refletem o passado da parte subdesenvolvida do mundo de nenhum modo, e refletem o passado do mundo como um todo apenas em parte¹²⁵.

Ao apontar o risco de um *continuum* histórico responsável por explicar a atual situação dos países latino-americanos Gunder Frank desmascara a pretensa “naturalidade” do presente dessa região, apontando tanto para a necessidade de uma reflexão atenta para a descontinuidade do processo histórico como para a situação de crise da região “subdesenvolvida”, nada relacionada com nenhuma etapa ou fase de desenvolvimento econômico. O passado reconstruído pelo presente, num contexto de dominação sócio-cultural,

¹²³ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 88. E continua o autor: “Com efeito, as inovações que desencadearam a revolução nas formas de produção, assinalada no último quartel do século XVIII, e permitiram a aceleração do processo de formação do capital, são uma resultante da convergência de múltiplos processos sociais, tais como a acumulação de capital comercial em forma líquida – o que foi possível graças à expansão das atividades comerciais e à descoberta dos metais preciosos nas Américas –, a exacerbação da concorrência mercantilista decorrente da formação dos Estados nacionais europeus, o desenvolvimento das técnicas de organização mercantil e financeira, o acesso ao patrimônio de conhecimentos técnicos que se havia acumulado na Ásia. O avanço da ciência experimental, facilitado pela secularização do saber e pela difusão dos conhecimentos que acompanham a ascensão da burguesia, atuará como um mecanismo multiplicador, cujo significado foi pequeno na fase inicial, mas decisivo em fase subsequente, abrindo o caminho à revolução tecnológica” (pág. 89).

¹²⁴ FRANK, Andrew Gunder. *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento latino-americano*. In: PEREIRA, Luiz. *Urbanização e Subdesenvolvimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

¹²⁵ FRANK, Andrew Gunder. *Desenvolvimento...* Pág. 25. Acrescentando: “além disso, a maioria dos estudos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento deixa de levar em conta as relações entre metrópoles e suas colônias econômicas ao longo da história da expansão mundial e do desenvolvimento do sistema mercantilista capitalista. A consequência é que a maior parte de nossas teorias não consegue explicar a estrutura e o desenvolvimento do sistema capitalista como um todo e não esclarece a geração simultânea do subdesenvolvimento em algumas de suas partes e de desenvolvimento econômico em outras. É por isso que se acredita geralmente que o desenvolvimento ocorre numa sucessão de etapas capitalistas e que os atuais países subdesenvolvidos estariam ainda em uma etapa que é algumas vezes descrita como uma etapa original da história e pela qual os países atualmente desenvolvidos teriam passado há muito tempo. Basta, porém, uma pequena familiarização com a história para saber que o subdesenvolvimento não é original nem tradicional, e que nem o passado nem o presente dos países com o passado dos países hoje desenvolvidos. Os países atualmente desenvolvidos nunca foram antes subdesenvolvidos, embora possam ter sido não-desenvolvidos”.

tem o condão de tornar a realidade atual numa conclusão óbvia, no único resultado possível advindo daquele “passado” reconstruído. É por isso que o resgate histórico deve ser aliado da noção descontínua do discorrer da história.

Ainda sobre a “questão” do *subdesenvolvimento* Gunder Frank acrescenta que tal característica está além de representar unicamente as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais do próprio país, para também compreender o produto histórico das relações econômicas e de outra natureza, passadas e presentes, entre os satélites subdesenvolvidos e os países metropolitanos atualmente desenvolvidos. O autor acrescenta

quer as relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento no plano internacional, quer as instituições subdesenvolvidas das áreas domésticas chamadas atrasadas ou feudais de um país subdesenvolvido, quer as instituições chamadas capitalistas de suas áreas supostamente mais progressistas, todos esses aspectos são produto de um processo histórico único: o processo de desenvolvimento do capitalismo¹²⁶.

Gunder Frank afirma que houve e ainda há tendências na estrutura capitalista latino-americana e mundial que parecem conduzir ao desenvolvimento das metrópoles e ao subdesenvolvimento dos satélites e que as metrópoles satelitizadas nacionais, regionais e locais da América Latina verificam que seu desenvolvimento econômico só pode ser, no melhor dos casos, um *desenvolvimento limitado* ou *subdesenvolvido*. E essa compreensão, segundo o autor, deve ter como base, o estudo do desenvolvimento e *subdesenvolvimento* das metrópoles e satélites da América Latina ao longo do processo histórico que se seguiu e ainda continua em curso.

Nesse sentido, ao analisar as estruturas econômicas da América Latina, Celso Furtado elabora uma divisão metodológica entre três aspectos que, segundo o autor, seriam capazes de distinguir o conteúdo da economia latino-americana, quais sejam: as estruturas tradicionais, os fatores exógenos e a industrialização periférica.

No tocante às *estruturas tradicionais* o autor destaca dois traços predominantes da organização social que veio a prevalecer na América Latina como resultado da colonização: (i) a existência de um setor urbano, através do qual se exerce o poder, que na fase colonial tinha seus centros de decisão superiores nas respectivas metrópoles européias, (ii) adjudicação dos fatores de produção – terra e mão-de-obra indígena, onde esta existia – a um classe de senhores ligados ao poder central por vínculos de lealdade pessoal¹²⁷. Percebe-se assim, que o processo de colonização traduzia-se na criação de uma cadeia de núcleos urbanos de dimensões e significação variáveis, que constituíam a base do poder político e da

¹²⁶ FRANK, Andrew Gunder. *Desenvolvimento...* Pág. 27.

¹²⁷ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 119.

organização administrativa, a partir do qual se formava um sistema econômico altamente descentralizado, sob a direção de uma classe com prerrogativas senhoriais¹²⁸.

As demais atividades lucrativas exercidas fora do controle dos grandes senhores estavam vinculadas aos núcleos urbanos e eram dirigidas por homens cuja lealdade ao poder metropolitano era muito menos estrita¹²⁹. Dessa forma, pelo processo de colonização, foi-se formando uma classe dirigente constituída por dois grupos com interesses distintos mais não necessariamente conflitantes; de um lado o grupo dos senhores de terra (os conservadores), do outro, aqueles elementos cuja riqueza derivava do comércio e de outras atividades de caráter principalmente urbano (liberais).

A extraordinária rapidez do processo de desenvolvimento *para fora*¹³⁰ encontra explicação, do lado da América Latina, na ação convergente dos seguintes fatores: (i) disponibilidade de recursos primários num sistema econômico de tipo pré-capitalista; (ii) existência de um segmento da classe dirigente com motivação inovadora, isto é, orientado para criação de novas linhas de exportação e produção; (iii) existência de um aparelho estatal suficientemente articulado para servir de instrumento ao referido grupo dirigente¹³¹.

Para compreender o tipo de organização econômico-social que se formou na América Latina é necessário ter em conta que, embora a colonização tenha se processado em condições de oferta ilimitada de terras, todas aquelas que podiam ser utilizadas para produção de um excedente econômico eram automaticamente transformadas em propriedade privada de uma pequena minoria¹³². Assim, a abundância de terras assegurava meios de subsistência à população, cujo crescimento vegetativo não encontrava limites por esse lado; todavia, todo aquele que trabalhava a terra, deveria, em princípio, pagar um tributo a um membro da classe dos proprietários¹³³.

Nesse compasso, percebe-se que a característica comum da economia pré-capitalista regional é o controle do fator básico de produção – a terra – por uma pequena minoria vinculada aos centros do poder político¹³⁴. Inexistindo fontes alternativas de emprego

¹²⁸ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 120.

¹²⁹ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 120.

¹³⁰ Da mesma forma G. Bercovici coloca: os países latino-americanos cresceram impulsionados desde fora pelo crescimento persistente das exportações. BERCOVICI, Gilberto. *Desigualdades...* Pág. 57.

¹³¹ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 123.

¹³² FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 124.

¹³³ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 124.

¹³⁴ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 124. Para explicar o porquê do trabalhador se fixar em terras não-livres discorre o autor: “como a própria subsistência do trabalhador agrícola dependia de que ele pudesse comercializar parte de sua produção, a fim de capacitar-se para obter no mercado sal, combustível e outros bens imprescindíveis ao seu padrão de cultura, explica-se que ele preferisse fixar-se em terras beneficiadas pelas economias externas, ainda que isso o obrigasse a dividir com o proprietário a sua produção”. Pág. 125.

para a população, a pequena minoria que controla a terra está capacitada para coletar um tributo de todos os que trabalham terras beneficiadas por economias externas, e dessa forma, a propriedade da terra configura-se acima de tudo como base de um sistema de poder. A estrutura tradicional da economia latino-americana encontra-se, portanto, materializada na propriedade da terra por uma minoria responsável por oportunizar tanto uma hierarquia social como uma estratificação econômica, pelo acesso desigual a esse fator básico de produção¹³⁵.

Quanto aos *factores exógenos*, Celso Furtado destaca a importância dos liberais atentos ao perfil da demanda externa e da imigração¹³⁶ incentivada pelo Estado, que contribuiu para criar novos hábitos de consumo e incentivar a urbanização. Segundo o autor a atitude empresarial que possibilitou o rápido desenvolvimento das linhas de produção, teve origem entre comerciantes que operavam nos centros urbanos. Aí é que surgiram os indivíduos que “descobriram” novos horizontes econômicos, fosse testando a capacidade de absorção de mercados externos, fosse induzindo grupos de agricultores a cultivar um produto com perspectivas favoráveis nos mercados externos¹³⁷. Uma vez feita a “descoberta” era natural que se multiplicassem as iniciativas, dando início a um período de especulação de terras favoravelmente situadas e capazes de apresentar altos rendimentos agrícolas¹³⁸. O deslocar de populações, atraídas pela miragem de um fácil enriquecimento ocorreria espontaneamente.

Essa nova agricultura desenvolvia-se sob o impulso da demanda exterior e se beneficiava de uma oferta ilimitada de mão-de-obra com salários relativamente baixos, definidos pelas condições de vida que prevalecem no setor pré-capitalista¹³⁹.

A crise mundial de 1929 e a depressão prolongada que se seguiu encerraram para grande parte da região o período de avanços na inserção no sistema de divisão internacional do trabalho. Esse processo de reversão é descrito por Celso Furtado como apresentando duas formas; a primeira como deslocamento dos fatores antes utilizados em atividades dependentes do setor externo para agricultura e artesanato, a segunda consistiu na industrialização, que por se apoiar em mercados internos de dimensões muito desiguais experimentou êxitos irregulares na região.

¹³⁵ Como o método adotado por Celso Furtado para descrever a economia latino-americana está dividido em *estruturas tradicionais, factores exógenos e industrialização periférica*, quando se passa da análise de um para outro se realiza um “salto” histórico, que não pretende demonstrar nenhum continuísmo, tendo apenas finalidade metodológica.

¹³⁶ O autor não especifica qual seria essa imigração, mas no contexto de seu trabalho infere-se que se trata da imigração iniciada no séc. XIX, orientada, principalmente, para as lavouras de café.

¹³⁷ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 131.

¹³⁸ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 131.

¹³⁹ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 133.

É a partir desse momento histórico que Celso Furtado desenvolve a análise da *industrialização periférica*, como aspecto da estrutura econômica da América Latina. Pela industrialização ter assumido a forma de um processo de substituição de importações, desenvolveu-se na base de uma dinâmica de modificação da estrutura produtiva, que permitiu reduzir a participação das importações na oferta global sem reversão para economia pré-capitalista.

No caso da América Latina, a industrialização não foi resultado de uma ação deliberada visando a romper com os esquemas tradicionais de divisão internacional do trabalho; ela tomou impulso durante o longo período de depressão dos produtos primários nos mercados internacionais, iniciando em 1929.

Essa industrialização constitui caso exemplar do que posteriormente se chamaria de desenvolvimento impulsionado pela substituição de importações.

A fim de que a oferta de origem interna possa satisfazer, embora parcialmente, um mercado de manufatura antes abastecido por produtos importados, os investimentos devem orientar-se no sentido de diversificar a estrutura do sistema de produção. Dado o debilitamento da demanda externa, os fatores que o setor industrial absorve não têm uso alternativo. Dessa forma, mesmo que os produtos das novas indústrias devam ser vendidos a preços relativos mais altos que os preços que a população pagava anteriormente pelos similares importados, as referidas indústrias contribuem para elevar o produto social¹⁴⁰.

Para Celso Furtado o processo substitutivo de importações constitui uma das especificidades da industrialização dos países subdesenvolvidos. Destaca o autor que ela vem se realizando mediante a assimilação de uma tecnologia que é fruto de um processo histórico peculiar aos atuais países desenvolvidos, o que ressalta a linha de continuidade subjacente a toda historicidade latino-americana, o binômio subordinação/dependência.

A orientação do progresso tecnológico não é simples resultante de fatores casuais; ela reflete um processo histórico particular no qual desempenhou papel relevante o esforço, nos países centrais, das minorias dominantes para preservar o esquema de distribuição de renda em condições de escassez crescente de mão-de-obra. Para os países subdesenvolvidos, que se encontram em situações históricas fundamentalmente diversas, a rápida assimilação dessa tecnologia engendra problemas de amplas repercussões.

Nesse sentido, é possível compreender o contraste que Celso Furtado aponta entre um processo de desenvolvimento autônomo e processo de desenvolvimento dependente. Enquanto o primeiro apresenta uma ordenação dos fatores primários de produção segundo a

¹⁴⁰ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 95.

seqüência: progresso tecnológico → acumulação de capital → modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda; no extremo oposto, o processo de desenvolvimento essencialmente dependente segue: modificações na composição da demanda → acumulação de capital → progresso tecnológico¹⁴¹. Entre essas duas situações se ordenam as distintas situações concretas encontradas no mundo contemporâneo: de um lado, os pólos dominantes da economia mundial, do outro, as economias especializadas na exportação de uns poucos produtos primários; claro que entre os dos extremos, cabe toda uma escala de situações intermediárias¹⁴².

O que caracteriza uma economia dependente é que nela o progresso tecnológico desempenha papel subalterno; o seu desenvolvimento é o reflexo do progresso tecnológico nos pólos dinâmicos da economia mundial¹⁴³. Contudo, o elemento dinâmico não é a irradiação do progresso tecnológico, e sim o deslocamento da curva da demanda; do ponto de vista do país dependente, o desenvolvimento surge como uma modificação na estrutura produtiva¹⁴⁴. Dessa forma, a estipulação por fatores exógenos do que se deve produzir, estabelece o compasso de satelitização entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. E, portanto, nada autoriza a ver no desenvolvimento latino-americano uma fase de transição para estruturas capitalistas do tipo que conhecemos na Europa ocidental e na América do Norte, pois existe ampla evidência empírica de que a industrialização vem agravando o dualismo do mercado de trabalho, sem que se vislumbre qualquer perspectiva de redução do subemprego rural e urbano¹⁴⁵.

¹⁴¹ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 106. No caso específico do Brasil pondera Celso Furtado: “a industrialização da Europa ocidental, logo seguida pela dos Estados Unidos, vale dizer, a aceleração do progresso tecnológico e a acumulação de capital que a acompanhou, criaram uma demanda em rápida expansão de certos produtos primários, inclusive o café. Essa deslocação da curva da demanda projetou-se de forma ampliada na economia brasileira, cuja estrutura se modificou rapidamente. Fatores antes ociosos ou semi-ociosos encontraram ocupação remuneradora, elevando-se a produtividade média da economia. Essa ativação de fatores semi-ociosos permitiu um aumento da capitalização, em outras palavras: a reestruturação engendrava simultaneamente o investimento e a poupança. À medida que se intensificava o processo de capitalização, parte dos novos investimentos ia incorporando tecnologias mais avançadas, sob a forma de equipamentos importados. Assim, o sistema de transporte e outros elementos de infra-estrutura tenderam a modernizar-se, o que teve conseqüências no conjunto das atividades produtivas, que se beneficiaram das economias externas. Dessa forma, a assimilação do progresso tecnológico passou a atuar como um novo fator de impulsão do desenvolvimento”. Pág. 107.

¹⁴² FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 107.

¹⁴³ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 108.

¹⁴⁴ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 108.

¹⁴⁵ FURTADO, Celso. *Raízes...* Pág. 149.

2.3.2 Natências do neoliberalismo

O pensamento neoliberal é pensamento de legitimação de uma sociedade específica contra outras sociedades¹⁴⁶. É pensamento de legitimação da sociedade burguesa. A característica central consistiria em que o pensamento neoliberal partiria do conceito de realidade precária, sobre a qual a necessidade de “ordem social” responderia criando instituições, e posteriormente a própria realidade seria reduzida aos elementos institucionais.

A partir da opção dogmática (porque não demonstrável empiricamente) pelas condições gerais do equilíbrio, aparece a ideologia teoretizada do neoliberalismo. Ela prega a afirmação irrestrita das leis do mercado, racionalizada em nome da tendência para o equilíbrio que não irá se concretizar.

Afirma-se agora que essa tendência para o equilíbrio se produzirá mais tanto quanto mais se assegure a liberdade de contrato em todos os mercados e em todas as atividades¹⁴⁷.

A estrutura do pensamento neoliberal parte da realidade precária do mercado ameaçado, que constrói um conceito limite desse mercado em forma de concorrência perfeita (equilíbrio) e que, em última instância, dogmaticamente, sustenta que a afirmação das condições gerais desse mercado o aproxima dessa sua idealização. Isso para Franz Hinkelammert trata-se de um círculo vicioso, pois seria impossível afirmar que o mercado tende ao equilíbrio pela concorrência, uma vez que esse equilíbrio nunca irá ocorrer, já que na perfeição, inexistiria concorrência¹⁴⁸.

Desse modo, a realidade precária seria o mercado e em condições ideais de liberdade (leia-se ausência de regulamentação do Estado na economia), a própria lei da concorrência agiria no sentido de equilibrar as relações dentro desse mercado, como se fosse possível uma concorrência perfeita. O que irá pontuar Franz Hinkelammert é que inexistente na prática essa tendência ao equilíbrio e, aliado a isso, num modelo ideal de equilíbrio, materializado na concorrência perfeita, inexistiria a própria concorrência, na medida em que não seria mais necessário concorrer. Será a partir dessas conclusões que este autor trabalhará as impossibilidades do pensamento neoliberal.

Hinkelammert analisa o pensamento de Friedrich Hayek e pondera que no modelo apresentado pelo pensador neoliberal o limite plausível na forma de equilíbrio do

¹⁴⁶ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 48.

¹⁴⁷ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 52.

¹⁴⁸ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 53.

mercado seria a concorrência perfeita, todavia, como mesmo aponta F. Hayek, inexistiria concorrência quando o sistema de mercado estivesse em equilíbrio. É por isso, portanto, que F. Hayek trabalha com tendência natural ao equilíbrio (tendência à concorrência perfeita), não propriamente com o equilíbrio empírico, pois percebe sua impossibilidade fática.

Problema percebido por Hinkelammert: o processo social da concorrência mercantil pressupõe que a concorrência não seja perfeita; caso ela o fosse, não haveria razão para concorrer. Disso conclui que F. Hayek deveria ter trabalhado o caráter da concorrência perfeita como conceito limite não-empírico (transcendental), já que o equilíbrio é contrário à concorrência¹⁴⁹.

Qualquer teoria da institucionalidade (que considere o institucional como a única ordem social existente) apresenta uma contradição dialética, na medida em que sua perfeição formal é usada como critério de juízo sobre tal institucionalidade¹⁵⁰; exemplo seria a tendência do mercado para o equilíbrio. “Não há nenhum sentido em tendências empíricas a conceitos não-empíricos do tipo dos conceitos limites”¹⁵¹. Por isso, é ilusório acreditar que as ordens sociais caminham para alcançar o que se vislumbra como ideal. Exemplo: existe a normatividade positivada em regras jurídicas não para que um dia todas as pessoas obedeçam tais normas (conceito limite, pois se todas as pessoas obedecessem não seria necessária a normatividade positivada).

Franz Hinkelammert demonstra que o equilíbrio do mercado não existe quando insere no contexto da variabilidade do salário, que leva em conta somente preferência dos indivíduos, a variante da necessidade, como subsistência. O autor observa que a categoria de pensamento neoliberal, quando imagina a variação dos salários, leva em conta somente a preferência dos indivíduos no interior da demanda, preterindo dessa análise as próprias necessidades de sobrevivência; ou seja, a possibilidade dos salários variarem nesse modelo não leva em conta o limite para variação que seria a própria subsistência do indivíduo.

Havendo necessidades e, portanto, existindo um mínimo de subsistência para todo ser humano, apresenta-se outra condição de racionalidade econômica, que o equilíbrio descrito em termos de preços relativos não pode levar em conta. Trata-se do problema do equilíbrio ecológico, que é condição a longo prazo para que o homem possa satisfazer suas necessidades. A consideração exclusiva de preços relativos e da orientação da ação humana por tais preços implica potencialmente a destruição da natureza¹⁵².

¹⁴⁹ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 55.

¹⁵⁰ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 55.

¹⁵¹ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 56.

¹⁵² HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 65.

Através dessa perspectiva, em que Hinkelammert acrescenta à análise da teoria do equilíbrio neoliberal a garantia de subsistência da vida humana e, por derivação, a necessidade da natureza exterior, essa teoria deixa de ser consistente e se torna contraditória. No entanto, “qualquer pronunciamento realista sobre a economia tem que considerar esses elementos”¹⁵³. Assim, tomando a teoria do equilíbrio como uma teoria da economia real, ela é inconsistente, tanto pela (i) impossibilidade do equilíbrio; (ii) como pela impossibilidade de atribuição ótima dos recursos através do automatismo do mercado.

Ao valer-se de impossibilidades - tendência ao equilíbrio e atribuição ótima dos recursos - a idolatria do mercado o transforma no lugar da razão.

Na visão neoliberal, a razão é vista, portanto, como mecanismo coletivo de decisões, como resultado do próprio mecanismo do mercado. A razão desse estranho individualismo não é uma razão individual. Trata-se de um individualismo que nega ao indivíduo sua razão subjetiva e individual. Esse individualismo é irracional e, em última instância, antiindividual¹⁵⁴.

Quando reflete sobre o surgimento do neoliberalismo, Franz Hinkelammert o faz elevando como principal objeto a crítica dessa doutrina ao intervencionismo estatal. Prática recorrente no período entre guerras e posterior a Segunda Guerra Mundial, a política antimonopolista como a keynesiana muitas vezes vinculava a ela a concessão de uma função chave ao Estado na economia capitalista; o Estado assumiu a concorrência de mercado, a política de emprego e ampla política social¹⁵⁵. Embora a crítica neoliberal desse processo já viesse se preparando desde a década de 40, só conseguiu alcançar maior vigor a partir da nova crise econômica mundial da década de 70¹⁵⁶.

O neoliberalismo surgiu como resposta ideológica a essa crise econômica¹⁵⁷. Essa nova corrente dá interpretação muito especial à atual crise, interpretando-a com problema resultante do capitalismo organizado pelo Estado intervencionista surgido na crise mundial da década de trinta. O neoliberalismo simplesmente inverte essa tese, sustentando, contra todas as evidências empíricas, precisamente a idéia de que o intervencionismo estatal é a própria causa da crise¹⁵⁸.

Os termos são invertidos.

¹⁵³ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 66.

¹⁵⁴ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 75.

¹⁵⁵ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 79.

¹⁵⁶ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 79. Nessa década encerrou-se o auge econômico que os países capitalistas do centro haviam vivido desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse fato tornou-se mais notório com a crise do petróleo, a partir de 1973.

¹⁵⁷ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 80.

¹⁵⁸ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 80.

Existe desemprego porque as políticas do emprego e da proteção trabalhista o provocam. Existe pauperização porque a política de redistribuição de renda destrói incentivos e, portanto, leva a um produto social menor, que causa empobrecimento. O próprio subdesenvolvimento aparece agora como resultado do intervencionismo desenvolvimentista, que somente obstaculiza os esforços do desenvolvimento sadio da iniciativa privada. E a crise do meio ambiente existe porque não se privatizou suficientemente esse meio ambiente¹⁵⁹.

A partir desse enfoque neoliberal, o Estado intervencionista aparece como o grande culpado da crise econômica atual e a solução dessa crise é anunciada como tendo por base uma política de desorganização do capitalismo organizado¹⁶⁰.

Na visão de Avelãs Nunes o neoliberalismo (no sentido de neutralidade de política econômica do Estado, e garantia de maior liberdade, anterior a garantia da igualdade) exclui da esfera social da responsabilidade do Estado as questões atinentes à justiça social, negando, por isso, toda a legitimidade das (ineficientes) políticas de redistribuição dos rendimentos, orientadas para o objetivo de reduzir as desigualdades de riqueza e de rendimento, na busca de mais equidade, de mais justiça social, de mais igualdade efetiva entre as pessoas¹⁶¹.

Os neoliberais voltam, assim, as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano econômico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da necessidade e do risco, objetivo que está na base da criação dos sistemas públicos de segurança social¹⁶².

Os liberais dos nossos dias colocam a liberdade individual acima de quaisquer outros valores. E defendem que a liberdade econômica é condição *sine qua non* da liberdade política. A economia de mercado livre impõe-se, nessa óptica, não apenas pela superior eficiência econômica que lhe é atribuída, mas também por razões de ordem política¹⁶³.

A nova economia (economia da informação, da tecnologia) é apenas um novo disfarce do velho capitalismo, agora globalizado, instalado no mundo de pensamento único, talvez não inteiramente convencido de que ele seja o fim da história, mas vivamente interessado em que o comum das pessoas acredite nisso e fortemente empenhado em fazer,

¹⁵⁹ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 80.

¹⁶⁰ HINKELAMMERT, Franz J. *Crítica...* Pág. 80.

¹⁶¹ NUNES, António José Avelãs. *Neoliberalismo e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. Pág. 39.

¹⁶² NUNES, António José Avelãs. *Neoliberalismo...* Pág. 42.

¹⁶³ NUNES, António José Avelãs. *Neoliberalismo...* Pág. 50.

por sua parte, o necessário para tentar atrasar o curso da história¹⁶⁴. A aplicação cega da lógica do mercado e da livre empresa, tão cara ao neoliberalismo, longe de conduzir ao pretense governo democrático da economia, pode conduzir ao confisco do próprio direito à vida¹⁶⁵.

O neoliberalismo é fundamente anti-social, gerando conseqüências que unicamente as unanimidades cegas não reconhecem. O desemprego estrutural na Comunidade Européia alcança cifras elevadíssimas. Os países avançados suportam a estagnação econômica, com o empobrecimento dos assalariados. A América Latina passa por um processo de desindustrialização. Os Estados nacionais, cujas dívidas explodem, uma vez que seus títulos públicos alimentam o capital a juros globalizado, entram em situação de falência social. Voltando os olhos para a nossa realidade verificamos que, ainda que a economia se recupere, o social piora¹⁶⁶.

Ao analisar o neoliberalismo e a globalização, Eros Grau pondera que ambos ameaçam a sociedade civil, na medida em que: (i) estão associados a novos tipos de exclusão social, gerando um grupo subproletariado, em parte constituído por marginalizados em função da raça, nacionalidade, religião ou outro sinal distintivo; (ii) instalam uma contínua e crescente competição entre os indivíduos; (iii) conduzem à destruição do serviço público (que equivale a destruição do espaço público e declínio dos valores do serviço por ele veiculados); enfim, na fusão de competição global e de desintegração social, comprometem a liberdade¹⁶⁷.

Por isso, os fatos que se sucedem, com enorme velocidade, reclamam uma contínua atualização de quaisquer textos que tratem da relação entre Estado e Economia¹⁶⁸. Altas taxas de desemprego, a crescente insegurança e precariedade das novas formas de ocupação, a exclusão social, deixam suas marcas em todos os cantos, inclusive na Europa¹⁶⁹. O Estado, nessa perspectiva, é transformado no grande vilão e a receita passada é: (i) desregulamentação dos mercados domésticos e eliminação das barreiras à entrada e saída de capital-dinheiro, de modo que a taxa de juros possa exprimir, sem distorções, a oferta e demanda de "poupança" nos espaços integrados da finança mundial; (ii) para os mercados de bens, submissão das empresas à concorrência global, eliminando-se os resquícios do protecionismo e de quaisquer políticas deliberadas de fomento; (iii) para os mercados de trabalho, flexibilização e remoção das cláusulas sociais¹⁷⁰.

¹⁶⁴ NUNES, António José Avelãs. *Neoliberalismo...* Pág. 84.

¹⁶⁵ NUNES, António José Avelãs. *Neoliberalismo...* Pág. 84.

¹⁶⁶ GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros Editores. 2004. Pág. 41 e 42.

¹⁶⁷ GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica...* Pág. 42.

¹⁶⁸ GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica...* Pág. 43.

¹⁶⁹ GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica...* Pág. 43.

¹⁷⁰ GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica...* Pág. 44.

O capitalismo falha escandalosamente em sua capacidade de gerar empregos, de oferecer segurança aos que consegue empregar e de alentar os empregados com as perspectivas de melhores salários. Aumentam significativamente as desigualdades, tanto nas sociedades desenvolvidas quanto nas regiões periféricas¹⁷¹.

O enredo regido pelo mercado, na lógica do pensamento neoliberal, apresenta uma “contradição nos seus próprios termos”. Isso ocorre pelo que Franz Hinkelammert caracterizou como impossibilidade do neoliberalismo e neste estudo, denomina-se de natência dessa categoria de pensamento. Tanto por não tender ao equilíbrio, favorecendo, em contrapartida, a formação de grandes monopólios, como por preterir a satisfação das necessidades humanas, tendo em vista a racionalidade exclusiva da rentabilidade, o pensamento neoliberal não é factível¹⁷² e sua perpetuação só acumulará os efeitos indesejáveis de sua experiência.

De posse então das duas principais natências apontadas, o subdesenvolvimento como criação e não como etapa do desenvolvimento e o neoliberalismo como categoria de pensamento não factível, torna-se possível esboçar uma tradução epistemológica, que permite reconhecer outras esferas do contexto urbano brasileiro, como o porquê da industrialização não ter sido o fator determinante da urbanização do nosso país e, também, o que Milton Santos denomina de urbanização terciária, explicitada, em muito, no circuito inferior da economia urbana.

2.4 A peculiaridade dos países latino-americanos: o descompasso entre industrialização e urbanização na visão de Avelãs Nunes.

Em análise elaborada sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, em destaque a substituição de importações e a estratégia exportadora desenvolvida após 1968, Avelãs Nunes afirma que esse estilo adotado arrastava consigo um elevado grau de concentração do rendimento.

A grande dimensão, em termos absolutos, da população brasileira permite, ainda, que mesmo uma minoria detentora de rendimentos elevados constitua um mercado

¹⁷¹ GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica...* Pág. 44.

¹⁷² Quando se pondera que o neoliberalismo não é factível não se quer dizer com isso que não pode ser experimentado, pois isso seria negar a própria realidade. Não ser factível, seria não ser a melhor trajetória do que poderíamos realizar em termos empíricos, levando em conta as impossibilidades do presente e os problemas concretos do momento.

suficientemente amplo para garantir a continuidade da acumulação do capital e da expansão das empresas dos setores “dinâmicos”¹⁷³. A serviço do que se denomina “redistribuição negativa do rendimento”, estiveram a política de correção monetária e a política seletiva de inflação administrada, enquadrando um conjunto de medidas adotadas no domínio fiscal e no domínio financeiro (nomeadamente isenções e incentivos fiscais), orientadas para proporcionar um tratamento privilegiado ao reduzido núcleo de titulares de lucros e de juros, que foram os maiores beneficiários da redistribuição do rendimento operada entre 1960 e 1970¹⁷⁴.

Tais medidas cumpriram seu objetivo último de reforçar a estrutura monopolista da economia brasileira, acentuando ainda mais a centralização do capital em benefício dos setores “dinâmico” e a crescente internacionalização dos principais setores da economia¹⁷⁵.

Até meados dos anos 50 o financiamento do processo de industrialização foi assegurado pela ação do Governo – numa conjuntura caracterizada pela melhoria dos termos de troca – no sentido de reduzir os custos dos equipamentos importados e de conceder autênticos “subsídios” às indústrias substitutivas de importações, o que permitiu que estas indústrias obtivessem lucros satisfatórios apensar de trabalharem com larga margem de capacidade ociosa¹⁷⁶, ou seja, de produzirem além da demanda efetiva.

Todavia, o quadro muda de figura quando se deu a deterioração progressiva dos termos de mercado de troca e as dificuldades crescentes da balança de pagamentos.

A partir desse momento o crescimento econômico brasileiro foi financiado, por um lado, através de políticas abertamente inflacionistas, mediante a criação de moeda para cobrir as despesas públicas e os déficits orçamentais derivados das exigências financeiras dos espetaculares programas de obras públicas levados a cabo pelo Governo, com o objetivo de garantir um fluxo autônomo de investimento e de assegurar um vasto mercado para importantes setores da atividade industrial, adequando, ao mesmo tempo, as vias de comunicação às exigências da nova e todo-poderosa indústria de automóvel¹⁷⁷. O financiamento veio também, através dos recursos provenientes dos investimentos diretos

¹⁷³ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização e Desenvolvimento – A economia Política do “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”* – São Paulo: Quartier Latin, 2005. Pág. 505.

¹⁷⁴ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 506.

¹⁷⁵ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 509.

¹⁷⁶ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 513.

¹⁷⁷ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 513.

estrangeiros (graças a uma política de atrativos oferecidos às empresas multinacionais) e através dos financiamentos obtidos mediante o endividamento externo¹⁷⁸.

Nesse contexto político-econômico erigiu-se o crescimento do PNB a curto prazo, e não a melhoria do bem-estar da população. Para garantia do êxito da sua política, os responsáveis pelo “milagre brasileiro” acentuaram a repressão sobre a atividade sindical e a ação política dos trabalhadores e utilizaram a subestimação sistemática e deliberada da inflação residual e do aumento da produtividade a ter com conta na aplicação da fórmula legal de reajustamento salarial como arma privilegiada da política de arrocho salarial¹⁷⁹.

Em 1967 foi introduzida uma alteração na política de controle dos salários. A sua finalidade era a de que os trabalhadores continuassem a não ser compensados, no final de cada período, pela perda de poder de compra resultante da diferença entre as previsões adotadas acerca da inflação futura e a efetiva subida de preços¹⁸⁰. A disparidade entre a projeção da inflação e sua dimensão efetiva não era injetada nos salários, o que realizava uma verdadeira diminuição no valor do salário frente ao preço dos produtos.

Daí que, embora em menor escala, a aplicação da fórmula continuasse a implicar a diminuição do poder de compra dos salários, resultante da diferença entre a inflação prevista e a inflação efetiva, apenas se evitando que a diferença verificada ao fim de cada período continuasse a produzir efeitos nos períodos seguintes¹⁸¹.

Esse “truque” fez da diferença entre a taxa de inflação utilizada nos cálculos das atualizações salariais (fixada pelo governo) e o aumento efetivo do custo de vida o principal fator do arrocho salarial prosseguido por “meios legais”¹⁸².

Dentro da lógica do estilo de desenvolvimento característico do “capitalismo imitativo”, o aumento dos salários era encarado apenas como aumento dos custos que precisavam ser evitados, uma vez que dele (aumento) nem sequer resultava qualquer contrapartida em termos de alargamento da procura, já que a grande massa dos trabalhadores assalariados não integrava – ao menos em medida relevante – o núcleo dos compradores dos bens de consumo de luxo produzidos pelas “indústrias dinâmicas”¹⁸³. Ou seja, as atualizações salariais equânimes não foram realizadas também porque pouca diferença fariam no crescimento da demanda.

¹⁷⁸ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 513.

¹⁷⁹ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 514.

¹⁸⁰ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 514

¹⁸¹ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 516.

¹⁸² NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 516.

¹⁸³ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 516.

Um outro dado é o aumento dos rendimentos elevados de parte da população que integra o mercado consumidor dos “produtos de luxo”, que assegura a renovação da procura sem que as empresas sintam a necessidade de converter em baixa dos preços os ganhos de produtividade. Isso se acentua tanto mais que o mercado interno continua a ser protegido da concorrência externa e as exportações são prodigamente subsidiadas; daí que os aumentos de produtividade nos “setores modernos” da economia se traduzam quase inteiramente em lucros acrescidos para os detentores do capital¹⁸⁴.

Em termos globais, é claro que a política do arrocho salarial se traduziu sem um violento sacrifício dos rendimentos do trabalho em favor dos rendimentos do capital¹⁸⁵.

A política salarial, desse modo, deve ser considerada uma peça-chave no contexto de acumulação capitalista durante o período do “milagre brasileiro” e um fator influente na conformação de uma procura adequada às estruturas produtivas e ao estilo de desenvolvimento em que o “milagre” se baseou. Conformava-se a demanda ao talante da produção dos setores modernos da economia, favorecendo a acumulação da riqueza.

Nesse sentido, algumas conseqüências dessas políticas podem ser pontuadas: (i) aumento dos rendimentos da pequena minoria dos titulares de rendimentos de capital; (ii) aumento dos rendimentos e das regalias de uma nova camada social que beneficiou da política de alargamento do leque salarial; (iii) a captação dos excedentes que permitiram o impulso do crédito ao consumo destinado a facilitar o acesso de novas camadas das classes médias ao mercado dos bens de consumo duradouros; e (iv) manutenção de uma ampla parcela da população a um nível muito baixo de rendimento¹⁸⁶.

Ainda como resultado desse desenvolvimento excludente a política salarial afetou essencialmente os assalariados urbanos. A quebra do poder de compra desse importante grupo social arrastou consigo a deterioração do nível de rendimento de muitos dos trabalhadores por conta própria e contribuiu, ainda, para o aumento do número dos habitantes das grandes cidades ocupados em atividades marginais por não encontrarem emprego regular em virtude da atrofia do crescimento das industriais mais utilizadores de mão-de-obra¹⁸⁷.

¹⁸⁴ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 516.

¹⁸⁵ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 519.

¹⁸⁶ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 521. Isso se deu ante a lógica de um estilo de desenvolvimento excludente “que exige a violência do arrocho salarial por rejeitar um desenvolvimento orientado para satisfação das necessidades fundamentais das populações e por voltar as costas ao conseqüente alargamento do mercado interno”.

¹⁸⁷ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 521.

Se a desigual distribuição do rendimento é a verdadeira face do “milagre brasileiro”, a exclusão social e a marginalidade bem poderão ser consideradas como a verdadeira face da concentração do rendimento inerente ao modelo de desenvolvimento em curso no Brasil e na América Latina em geral¹⁸⁸. No que se refere à marginalidade, ela tem sido analisada com particular atenção, sobretudo a partir dos anos 60, em especial no que se refere à marginalidade urbana, que constitui um dos aspectos mais relevantes, do ponto de vista econômico, político e social.

A marginalidade pode ser compreendida, *grosso modo*, como formas de inserção em estruturas produtivas não tipicamente capitalistas, desde as economias de subsistência do setor agrícola até o artesanato rural e urbano, a indústria assalariada no domicílio e várias atividades incluídas no setor dos serviços, desenvolvidas por trabalhadores autônomos ou por trabalhadores por conta de outrem.

Quando analisa especificamente a marginalidade urbana, Avelãs Nunes afirma que os autores põem em relevo certo tipo de terciarização da economia, que tem caracterizado os países “industrializados” da América Latina, de par com uma elevada percentagem da população ativa em situação de subemprego, ou, mais genericamente, “ocupados” em atividades de muito baixa produtividade e muito mal remuneradas, que não garantem um emprego permanente nem um rendimento certo e adequado às exigências da vida humana¹⁸⁹.

Trata-se não apenas do subemprego que afeta as pessoas ligadas, já antes do processo de industrialização acelerada, às atividades tradicionais, mas também e, sobretudo, do subemprego dos que foram lançados nesta situação pelo efeito de exclusão verificado no decurso e em consequência do próprio processo de crescimento econômico¹⁹⁰.

Avelãs Nunes não se alinha às teorias do desenvolvimento dependente como criação do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (Gunder Frank), da relação de dominação e subordinação a qual estão inseridos os países da América Latina e sua relação de causa e efeito direta com a marginalidade urbana. Apensar de não rejeitar a influência da dinâmica de interferência externa no processo de industrialização desses países, compartilha da tese de Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual o complexo fenômeno da marginalidade urbana deverá antes se enquadrar no contexto da penetração do capitalismo na

¹⁸⁸ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 528. E continua o autor: a exclusão social resultante do estilo de desenvolvimento que acompanhou o processo de industrialização no Brasil revela-se com muita clareza não só no baixo nível do rendimento per capita da grande maioria da população e na enorme desigualdade registrada na distribuição do rendimento, mas também em outros indicadores demonstrativos de que os frutos da industrialização e do crescimento econômico reverteram quase exclusivamente em benefício de uma reduzida minoria (pág. 528).

¹⁸⁹ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 530.

¹⁹⁰ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 531.

agricultura e do desenvolvimento da grande indústria capitalista no Brasil, com a conseqüente alteração da estrutura de classes da sociedade brasileira e o deslocamento geográfico de grandes massas da população¹⁹¹; fato este, que se deu num curto espaço de tempo.

Também valendo do pensamento de Paul Singer, põe em relevo, como elemento explicativo da marginalidade, o fato de a penetração do capitalismo na agricultura se ter operado num período de elevado crescimento vegetativo da população rural, o que permitiu salários ao nível da mera subsistência fisiológica, desincentivadores da adoção de tecnologias mais intensivas em capital, capazes de provocar uma verdadeira revolução agrícola¹⁹².

O desenvolvimento de uma agricultura e pecuária extensivas provocou a liquidação da agricultura de subsistência, a “expropriação” dos posseiros e a expulsão de parceiros e outros camponeses, mediante a utilização mais ampla de trabalhadores assalariados. O incremento da produção agrícola para o mercado interno urbano alargado e para o mercado externo acentuaria este processo e justificaria a certa altura o recurso às máquinas, o que veio a produzir maiores excedentes de mão-de-obra nas zonas rurais, sem alternativa que não fosse a fuga das zonas rurais¹⁹³.

Aparentemente, denota-se dessa análise duas etapas distintas do impacto da modernização no campo. Primeiro houve um alargamento da mão-de-obra no campo, favorecendo o crescimento do latifúndio. Nessa fase, investia-se pouco em tecnologia, pagava-se baixos salários e desenvolvia-se uma agricultura e pecuária baseadas no latifúndio e na destruição da agricultura familiar. Com o acúmulo de capital oriundo do aumento da demanda por insumos agrícolas (tanto do mercado interno quanto externo), deu-se o investimento de capital. A exportação de maquinários e a “modernização” do campo, teria, nesse segundo momento, criado o excedente de mão-de-obra rural, e por conseqüência, a migração acelerada para a cidade.

No mesmo sentido defendido por Avelãs Nunes está o trabalho apresentado por Willian Hector Gómez Soto¹⁹⁴, quando discorre especificamente sobre as contribuições de José de Souza Martins. Pondera Soto que o avanço do capitalismo no campo, materializado na “modernização” da agricultura brasileira foi responsável por alterar completamente a estrutura da população brasileira. Contrariamente ao padrão europeu em que a mecanização da

¹⁹¹ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 538.

¹⁹² NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 538.

¹⁹³ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 538.

¹⁹⁴ SOTO, Willian Hector Gómez. *A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

agricultura e a expulsão da população rural para as cidades desempenharam um papel importante para o processo de industrialização, no Brasil a oferta de mão-de-obra nas cidades sempre foi superior à criação de empregos urbano-industriais.

Dessa forma, grande parte da mão-de-obra que se apresenta nas cidades termina no terciário marginal, tendo uma produtividade mínima e uma sobrevivência precária. A razão disso é simples: altas taxas de migração urbana, junto com taxas elevadas de crescimento vegetativo, significam um inchamento da força de trabalho muito maior do que a capacidade de criação de empregos¹⁹⁵.

Ainda corroborando esse entendimento, Manuel Castells, na sua obra *A questão urbana*¹⁹⁶, destaca o mesmo fato no centro da problemática da urbanização latino-americana: a constatação de uma disparidade entre um ritmo de urbanização alto e de um ritmo de industrialização nitidamente inferior aos de outras regiões também urbanizadas. Além disso, no interior da América Latina, ainda que os países mais urbanizados sejam também os mais industrializados não há correspondência direta entre o ritmo dos dois processos no interior de cada país.

O autor destaca ainda que o impacto da industrialização sobre as formas urbanas só se faz através de aumento do emprego industrial, e que, conseqüentemente, o conteúdo social dessa urbanização é muito diferente daquele dos países capitalistas adiantados¹⁹⁷. Disso resulta que a mudança na estrutura do emprego na América Latina foi muito menos determinada pelo processo de industrialização que pela integração de uma parte da população agrícola no setor terciário¹⁹⁸.

Da análise das particularidades latino-americanas Castells atenta para um duplo fato

por um lado, a não integração nas atividades produtivas e, conseqüentemente, um nível de vida extremamente baixo da massa de migrantes, bem como das gerações de

¹⁹⁵ SOTO, Willian Hector Gómez. *A produção...* Pág. 48. Ao analisar também a questão Milton Santos pondera que a penetração do meio rural pelo capital e a transformação dos produtos em mercadorias, conduziu a uma diferenciação especulativa acompanhada de uma especialização mercantil. Daí as diferenças de “valor” entre espaços agrícolas, resultado e causa de uma redistribuição nova do capital disponível. E conclui o autor: o espaço agrícola está assim marcado por desigualdades gritantes: num extremo as explorações agro-industriais, muitas vezes dependentes do mercado mundial e apoiadas direta ou indiretamente nos capitais internacionais; noutro extremo; as pequenas explorações que funcionam na base do trabalho humano e de um capital volátil fraco, obtido frequentemente por empréstimos usuários. Entre os dois, toda uma gama de explorações que combinam de modos múltiplos, fatores de capital e do trabalho. SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. Tradução: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007. Pág. 143.

¹⁹⁶ CASTELLS. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

¹⁹⁷ CASTELLS, Manuel. *A questão...* Pág. 91 e 95.

¹⁹⁸ CASTELLS, Manuel. *A questão...* Pág. 95.

urbanização recente; por um outro lado, dada a ausência de uma cobertura social das necessidades individuais, o aumento do número das zonas urbanas deterioradas, as carências de equipamento, seja nos bairros insalubres da antiga cidade, seja nas favelas periféricas construídas pelos recém chegados¹⁹⁹.

E a partir daí pontua as características da urbanização da América Latina, quais sejam: população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo²⁰⁰.

A cabal compreensão do fenômeno da marginalidade exige também para Avelãs Nunes que se tome em conta que, sendo a terciarização na distribuição da população ativa uma conseqüência da expansão de atividades que se inserem em estruturas produtivas não capitalistas, também é verdade que estas estruturas se encontram direta e estreitamente ligadas ao desenvolvimento da indústria capitalista e enquadradas no processo de acumulação do capital (esse específico tema da relação entre as indústrias e a marginalidade urbana será retomado no 3º capítulo quando se trabalhará as relações entre circuito superior e inferior da economia urbana na visão de Milton Santos).

A análise mais correta para Avelãs Nunes da marginalidade urbana, parece, pois, apontar no sentido de encontrar a sua explicação através das leis do próprio processo de desenvolvimento capitalista, em função de suas exigências de acumulação, isto é, no quadro de sua constituição histórica.

A formação histórica do capitalismo na América latina se caracteriza pela interseção de relações de produção pré-capitalistas no seio do próprio processo de reprodução capitalista, constituindo como que modos de produção pré-capitalistas que, em posição subordinada ao sistema produtivo capitalista dominante, neste se inserem e com ele se articulam de modo estável, num todo em que dinâmica é imposta pelo sistema capitalista dominante. Assim se forma um conjunto estruturado e dialético em que os outros modos de produção lhe estão subordinados, o que implica simultaneamente a inclusão dos seus elementos caracterizadores no todo transformado pelo sistema produtivo dominante e a modificação das suas condições de funcionamento e de desenvolvimento pelo movimento do sistema produtivo dominante²⁰¹.

199 CASTELLS, Manuel. *A questão...* Pág. 98.

200 CASTELLS, Manuel. *A questão...* Pág. 99.

²⁰¹ NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 541.

Essa interpretação da marginalidade auxilia compreender o papel do setor não capitalista dos serviços na sociedade brasileira, comprometida num processo de desenvolvimento em moldes capitalistas, mostrando que a evolução de tal setor não é contraditória com a acumulação do capital, não é contraditória com a expansão global da economia, não é consumidora de excedentes, não representa um excesso relativamente a um padrão de desenvolvimento considerado normal, não significa a existência (subsistência) de um setor atrasado numa economia dualista, antes faz parte integrante do tipo de acumulação urbana adequado à expansão do sistema capitalista nas condições concretas do Brasil, desempenhando mesmo outras funções para além da de “exército de reserva”²⁰².

O que o autor intenta demonstrar e também é a direção a qual esse trabalho se inclina é que o descompasso entre a industrialização e urbanização deve ser pensado numa perspectiva que supere a visão unilateral da dependência externa, que leva em conta apenas a subordinação do setor industrial às demandas da divisão internacional do trabalho, e inclua nesse pensamento que sendo o subdesenvolvimento criação do desenvolvimento, as formas de produção capitalista também invadem e transformam estruturas não capitalistas.

Muito embora as conclusões a que chega Avelãs Nunes sejam todas condizentes com a realidade dos países subdesenvolvidos, acredito que não é necessário se apartar da visão que enxerga na dependência uma explicação para esses fenômenos. Isso porque a própria integração de setores não capitalista no sistema capitalista de produção, distribuição e consumo, como o caso da modernização da agricultura, e da existência de um setor da economia urbana não capitalista, também experimenta relação com transformações do perfil da demanda externa (e também com a interna, sem dúvida), da maneira que explica Celso Furtado. A dependência estaria no fato de não serem as inovações tecnológicas inseridas no intuito de produzir demanda, mas sim a própria modificação da demanda (tanto externa quando interna, mas a primeira principalmente) ser fator determinante para que se promova inovação tecnológica nos setores determinados por ela. Nesse sentido, inclusive, está a lógica da produção agrícola brasileira, muito mais voltada aos anseios da demanda internacional (as commodities, o biocombustível por exemplo) do que às necessidades do consumo interno; tanto é assim, que alguns autores como Ermínia Maricato²⁰³ fala em reatualização do “pacto colonial”.

²⁰² NUNES, António José Avelãs. *Industrialização...* Pág. 540.

²⁰³ Entrevista dada à revista Carta Capital, disponível no site: <http://www.cartacapital.com.br/app/materia.jsp?a=2&a2=6&i=1786>, acesso no dia 13 de agosto de 2008. Essa também é a opinião de Marcio Pochmann, quando afirma que “ao invés do curso da sociedade salarial estruturada entre trabalhadores de colarinho branco e azul, segundo evidências originalmente definidas nas

Essa adaptação do precário ao moderno (conjugação de setores pré/não capitalistas com setores capitalistas), como demonstração da flexibilidade com que se adapta o processo de acumulação de capital, é encarado nesse trabalho também como dinâmica inserida na satelitização, pois assim como demonstrou Avelãs Nunes, os setores não capitalistas sofrem uma relação estratificada e de dependência com a estrutura capitalista de produção. É nesse sentido que está inserido o circuito inferior da economia urbana, como setor satélite do circuito moderno da economia, sendo a própria satelitização a responsável por oportunizar a migração do mercado de trabalho urbano do sistema da hierarquia da desigualdade (opressor/oprimido) para hierarquia da exclusão (opressor/excluído).

nações desenvolvidas, percebe-se um certo regozijo por parte da elite com a possibilidade de o Brasil voltar a inaugurar mais um novo ciclo da cana-de-açúcar. Mesmo que isso possa até ser uma condição necessária na montagem de uma nova matriz energética não é suficiente para interromper o movimento atual de desconstrução social” (Valor Econômico, 22/3).

3. CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA E OS HOMENS-LIXO

3.1 Os circuitos da economia urbana na visão de Milton Santos. Circuito inferior e terciarização

A cidade em sua qualidade de palco do conflito dos modos de produção e como espaço em que se materializam os processos econômicos e sociais, experimenta, no caso dos países coloniais e foi essa a preocupação do segundo capítulo deste trabalho, uma peculiar relação com o processo de acumulação capitalista, responsável, nesses países, por desenhar tanto uma “modernização” agrária quanto uma industrialização satelitizadas, ou seja, voltadas para os interesses de uma divisão do trabalho que defende como racionalidade preponderante a rentabilidade, o cálculo através de custos pensados em termos de mais-valia e, nessa medida, desarticula, intencionalmente, o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

Esse subdesenvolvimento pensado como criação do desenvolvimento já indica que o comportamento dos países satélites e também das regiões e dos setores satelitizados ocorre de maneira subordinada; subordinada aos desígnios do processo de acumulação do capital. E assim, percebe-se nesses países a tradição excludente das políticas de crescimento econômico e seu impacto negativo na redistribuição dos recursos gerados entre a população.

Outra não é a surpresa quando se pensa no problema agrário de países como o Brasil, que ao sofrer a “invasão” tecnológica na agricultura, já encontrava em seu território o fator de produção “terra” nas mãos de poucos proprietários e como consequência dessa dinâmica, favoreceu ainda mais a concentração da terra e desarmonizou tradicionais estruturas de agricultura familiar, incentivando a migração.

A conjugação de políticas de crescimento econômico excludentes, principalmente após o surto neoliberal e sua ideologia niilista em relação ao papel do Estado, lembrando que elas são muitas vezes pensadas ao arrepio das demandas sociais e sem perspectivas de redistribuição de renda, com o impacto das inovações tecnológicas no campo num quadro de estrutura agrária já permeado por desigualdades, são capazes de pintar o contexto no qual está inserida a urbanização brasileira.

Milton Santos²⁰⁴ inicia sua análise dos circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, defendendo tanto para teoria do espaço como para urbanização a imprescindibilidade da compreensão global do subdesenvolvimento, como a melhor forma possível de ressaltar a especificidade histórica desses países frente aos industrializados. Dessa maneira, acaba por propor uma inversão epistemológica, que vai ao encontro da análise de Boaventura; o estudo do processo do subdesenvolvimento, atravessado pela especificidade histórica dos países colonizados, pretende alargar o presente, inserindo novas maneiras de se construir conhecimento, que leve em conta realidades do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial, dadas por ausentes, ante a hegemonia do conhecimento produzido pelo saber colonizado e dependente.

Assim como também pontuou Castells a necessidade de se desnudar o conjunto do subdesenvolvimento²⁰⁵, permite o reconhecimento de experiências que alargam o presente e no trabalho de Milton Santos, se destaca a análise do circuito inferior da economia urbana como produção de conhecimento agregadora das antigas ausências.

Os pioneiros na difícil busca de uma teoria geral da urbanização do Terceiro Mundo podem ser desculpados por terem permanecido no que se poderia chamar de uma abordagem “adjetiva”, não procuraram penetrar na realidade dos países subdesenvolvidos e permaneceram numa abordagem exterior a ela, que só conduzia a uma série de qualificativos, mais frequentemente, aliás, derivados daquilo que eles já conheciam, ou seja, o fenômeno nos países ocidentais²⁰⁶. O essencial é tentar abordagens substantivas, que ataquem verdadeiramente a realidade e sua dinâmica própria, em vez de insistir em comparações arriscadas²⁰⁷.

A abordagem escolhida por Milton Santos é aquela feita segundo um método histórico (baseado exclusivamente nos dados da história dos países subdesenvolvidos) que

²⁰⁴ SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*; tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

²⁰⁵ CASTELLS, Manuel. *A questão...* Pág. 92.

²⁰⁶ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 16.

²⁰⁷ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 16. Ao comparar Castells e Milton Santos observa-se que ambos priorizam essa inversão epistemológica, opondo-se ao conhecimento hegemônico, na direção do desafio apontado por Boaventura: o alargamento do presente com o desenvolvimento da epistemologia do Sul. Muito mais do que permitir uma nova direção para as teorias e os conhecimentos produzidos com base nessa reflexão contra-hegemônica, a relevância dessa epistemologia do Sul reside na possibilidade, de a partir dela, trilhar caminhos para uma efetiva transformação social. Diz-se *efetiva* porque voltada para a realidade objeto da análise e *transformação social* porque a reflexão, o dobrar-se novamente sobre algo, deve preocupar-se com os problemas relevantes do contexto fático do cotidiano experimentado pelas pessoas, com o intuito de modificá-lo. A postura epistemológica defendida no presente estudo será a mesma dos autores citados, na tentativa de se ressaltar as especificidades do processo de urbanização brasileiro, como resgate necessário para reflexão dos problemas relevantes do nosso cotidiano.

leve em conta o processo de colonização e o conjunto conformador do subdesenvolvimento. Isso tudo para distinguir *mundo em desenvolvimento* de *mundo subdesenvolvido* e destacar as características próprias desse último e seus mecanismos fundamentais. Essa distinção tem grande importância na medida em que é necessário afastar a idéia de que as experiências dos países subdesenvolvidos são etapas já concluídas pelos países desenvolvidos e que aqueles, tendem (e devem) progressivamente alcançar o estágio de desenvolvimento destes.

Ao levar em conta o estudo histórico dos países subdesenvolvidos Milton Santos revela a especificidade de sua evolução frente aos países industrializados no que concerne à organização da economia, a sociedade e do espaço, e, por conseguinte a urbanização²⁰⁸. Pondera que “a situação dos países subdesenvolvidos não era em nada comparável à dos países hoje “avançados” antes da industrialização”²⁰⁹, e afirma isso levando em conta o processo de colonização e o desenvolvimento dependente responsáveis pelo desequilíbrio e pela deformação de suas economias.

Quando analisa a especificidade dos países subdesenvolvidos destaca que os componentes da realidade espacial são os mesmos em todo o mundo e formam um *continuum* no tempo, mas variam quantitativa e qualitativamente segundo o lugar, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão²¹⁰. A partir dessa concepção, caracteriza os espaços dos países subdesenvolvidos primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. E também, apresentam uma história espacial seletiva, na medida em que as variáveis modernas não são acolhidas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção e os impactos dessas forças não são os mesmos para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica do lugar.

Nesse sentido é possível perceber que os espaços nos países de desenvolvimento dependente além das influências naturais sofridas pela dialética entre processo social e processo espacial, foi passivo às determinações ofertadas por interesses alheios à sua própria dinâmica, sendo palco do exercício e do desenvolvimento de uma contínua subordinação, irradiada tanto pela divisão internacional do trabalho (e suas variações com as transformações dos períodos de modernização) como pela dependência entre as regiões do mesmo país. Essa dupla irradiação de mecanismos ensejadores de subordinação

²⁰⁸ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 19.

²⁰⁹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 19.

²¹⁰ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 20.

explica as disparidades dos espaços no que se refere a adaptação aos momentos de modernização do sistema capitalista de produção distribuição e consumo.

Cada espaço, tendo em vista o conjunto de suas circunstâncias responde de forma diferenciada as influências, e será justamente as respostas díspares a essas forças que conformará a característica do lugar. Disso resulta uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos²¹¹.

Semelhante à análise feita por Pereira, anteriormente explicitada, Milton Santos ao evidenciar que os espaços nos países subdesenvolvidos são submetidos e pressionados por múltiplas influências aproxima-se da noção de satelitização interna, e do posicionamento de Harvey, quando este reflete sobre a renda e a localização do indivíduo; nesse sentido pondera

O espaço nos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades, e na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina por sua vez a situação de cada um como produtor ou como consumidor²¹².

Dessa maneira é possível estabelecer um paralelo entre os ensinamentos de Pereira, Harvey e Milton Santos, levando em consideração o que este pontua sobre a seletividade espacial e o conseqüente desenvolvimento de dois circuitos econômicos. A seletividade espacial, decorrência da satelitização configura diferentes formas geográficas e sociais no espaço. Essas distinções materializam estratificadas oportunidades de se ganhar a vida, dependendo do lugar que o indivíduo ocupa e assim, também dizem sobre sua renda.

Conforme Milton Santos a seletividade espacial atua em dois âmbitos, quais sejam, o econômico e o social, determinando em ambos efeitos de exterioridade (excluindo lugares, indivíduos ou grupos de determinado acesso). Segundo se considere a produção ou o consumo é possível visualizar dois tipos de seletividade.

A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde as forças de dispersão,

²¹¹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 21.

²¹² SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 21.

mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente²¹³.

Nesse compasso observa-se que geograficamente conforma-se o local tendo em vista a produção, e individualmente, constrói-se a possibilidade de existir e consumir segundo o lugar que se ocupa no espaço, pois ele exercerá influência direta na renda.

A necessidade do aparelho econômico se adaptar aos imperativos de modernização e também às realidades sociais ocasiona um intercâmbio de determinações que envolvem tanto o aparelho de produção quanto o de distribuição. Ao mesmo tempo em que influenciam o espaço e os processos sociais são por eles influenciados. Desse complexo movimento de conformações surgem os dois circuitos da economia urbana, responsáveis não só pelo processo econômico mas, também, pelo processo de organização do espaço²¹⁴.

Os dois circuitos devem ser compreendidos como dois subsistemas, sendo denominados por Milton Santos como circuito superior ou moderno e circuito inferior. Neste trabalho se dará principal atenção ao circuito inferior da economia urbana, tendo em vista o objeto de análise nele encontrar melhor possibilidade de reflexão.

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior²¹⁵. Nesse sentido, pode-se pensar que esse subsistema relaciona-se com o fenômeno descrito por Pereira como satelitização externa, na medida em que o espaço sofre dependência e subordinação tendo em vista o lugar que o país ocupa da divisão internacional do trabalho. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região²¹⁶.

Ao elevar o circuito inferior ao nível de análise Milton Santos rompe a racionalidade homogeneizante que renegava esse subsistema das teorias sobre os espaços urbanos e provoca, de outro modo, um reconhecimento que inclui e que enxerga no presente experimentado pelas pessoas novas possibilidades. A apreensão da realidade urbana dos países de desenvolvimento dependente, a partir da construção e da reflexão do circuito inferior de sua economia, pode tornar factível o aumento da produtividade desse subsistema atrelado ao seu crescimento sustentado, “ao mesmo tempo mantendo seu papel de fornecedor

²¹³ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 21.

²¹⁴ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 22.

²¹⁵ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 22.

²¹⁶ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 22.

privilegiado de empregos”²¹⁷. As transformações sociais que incluem são pensadas levando-se em conta a importância do trabalho, como elemento propulsor de mobilidade social, porque nossa sociedade ainda é uma sociedade de trabalho, da mesma forma que a análise pelo viés econômico dos mecanismos de distribuição, produção e consumo do sistema capitalista é necessária porque vivemos em sociedade que tem o mercado como realidade central da vida, as relações se constroem inseridas em mercados.

O que pretende Milton Santos é que a reflexão não se resume simplesmente ao trabalho ou ao mercado, mas que seja pensada em termos de sistema, ou subsistemas, a fim de que se desenvolva uma teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial²¹⁸.

Por ser o espaço uma realidade resultante da dialética que envolve o seu processo com o processo social, este deve ser levado em consideração quando se pensa o espaço urbano atual e seu funcionamento. Nesse sentido, é importante dar voz a momentos mudos da história dos países subdesenvolvidos, para que a peculiaridade do processo de sua urbanização seja compreendida de maneira mais ampla e menos subordinada teoricamente. Quando se fala em dar voz ao passado mudo, quer-se dizer apenas que se deve preocupar com as peculiaridades da história desses países, a fim de se evitar uma repetição teórica perigosa, que iguale momentos pretéritos dos países industrializados com fases dos outros países, o que de certa maneira naturaliza o presente e o coloca como “única” resposta possível ao legado experimentado. Retomando o que Boaventura defende como epistemologia do Sul, é preciso conceber o presente como realidade infinita, que deve ser alargada, com o intuito de reconhecer realidades, culturas, lugares e indivíduos existindo na exterioridade.

Com o mesmo objetivo, Milton Santos estabelece o que ele denomina de periodização da história, para reconhecer a existência de modernizações e seu caráter sucessivo ao longo do tempo²¹⁹. O autor denomina modernização como períodos da história econômica, formados por elementos de ordem econômica, social, política e moral que constituem um verdadeiro sistema²²⁰. Como consequência dessa dinâmica, os países subdesenvolvidos atrelam sua história a dos países-pólos, sendo seus espaços derivados da história das modernizações.

²¹⁷ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 22.

²¹⁸ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Págs. 23 e 26.

²¹⁹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 30.

²²⁰ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 31. Ainda sobre o conceito de modernização, Milton Santos a define como: “a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente. Em cada período histórico assim definido, as regiões “polarizadoras” ou centros de dispersão do poder estruturante dispõem de energias potenciais diferentes e de diferentes capacidades de transformá-la em movimento. A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernização”.

Por reconhecer a especificidade histórica dos países de desenvolvimento dependente atrelada ao fenômeno da colonização, Milton Santos considera como fator determinante da formação e transformação dos espaços derivados o momento da intervenção das primeiras forças externas, responsáveis por inserir o país ou a região no sistema mundial (ou na divisão internacional do trabalho). O que determina a continuação dessa história de dominação são os impactos sucessivos das outras modernizações, que vêm acrescentar novos dados de origem externa à situação presente²²¹.

Milton Santos estabelece com fins de análise teórica três períodos históricos marcados por três importantes revoluções. O primeiro seria o período que precede à revolução industrial (modernização comercial); o segundo que se situa entre a revolução industrial e a Segunda Guerra Mundial (modernização industrial) e o terceiro que sucede à Segunda Guerra Mundial (modernização tecnológica)²²². A cada período corresponde a outros tantos períodos da história dos países subdesenvolvidos²²³.

É justamente a combinação do conjunto formador das modernizações ao longo do tempo e da história dos países subdesenvolvidos com suas peculiaridades locais que desenham na organização do espaço determinadas situações sociais e econômicas. O impacto da modernização por ser seletivo, modifica realidades em nível nacional, regional e local, estabelecendo, dessa maneira, diversos jogos de dominação e dependência. Essa seletividade está intrinsecamente relacionada à satelitização.

O período atual destaca-se pela sua capacidade de constantemente determinar revoluções. Sustentado por duas variáveis elaboradas no centro do sistema, quais sejam, a informação e o consumo, difunde, generalizadamente, seu modos de modernização nos países

²²¹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 32.

²²² SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 34.

²²³ Sobre esse assunto, esclarece o autor: o primeiro período que seria aquele precedente à revolução industrial esboça-se uma divisão internacional do trabalho, resumida na dinâmica do pacto colonial. Estruturada por um quadro jurídico e por uma presença política, a dominação é exercida tendo em vista o saque sistemático de riquezas dos países colonizados em benefício dos colonizadores. A cidade erigia-se como essencialmente administrativa e comercial, tendo em vista a insipiência do consumo nas áreas colonizadas, verificada na ausência de consumidores, o que impossibilitava a diversificação e o desenvolvimento da produção local. No segundo período, que se segue à revolução industrial, as cidades que já tinham uma situação privilegiada beneficiam-se ainda mais com a modernização dos transportes e com o equipamento dos portos. Esses instrumentos de modernização estão a serviço do capital em formação, procurando se instalar nas áreas dominadas para garantir sua aplicação nos lugares. A necessidade crescente de víveres e de matérias-primas contribuía para reforçar a divisão internacional do trabalho. É sem dúvida essa época que esclarece melhor o quanto as vicissitudes do desenvolvimento “moderno” dos países subdesenvolvidos estão diretamente ligadas às necessidades dos países industriais. O terceiro período é marcado pela revolução do consumo, assim como pelo papel da guerra na industrialização de numerosos países subdesenvolvidos. Mais recentemente, e como consequência das revoluções demográfica e urbana, vêm juntar-se as da internacionalização da divisão do trabalho no plano de produção industrial (resumo págs 34 a 35).

periféricos. Essa generalização constitui um fato fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço.

A difusão da informação e a difusão de novas formas de consumo constituem dois dados maiores da explicação geográfica. Por intermédio das suas diferentes repercussões, elas são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e de forças de dispersão, cuja atuação define as formas de organização do espaço²²⁴.

Nota-se que o trabalho conjunto dessas duas forças está diretamente relacionado com o fenômeno da satelitização interna, na medida em que as forças de concentração provocam disputas entre os espaços para atrair a produção e dessa forma, a influência deste nas demais regiões. E as forças de dispersão não são suficientes para determinar equilíbrio no acesso de bens entre os indivíduos que compartilham o mesmo espaço, sendo que, na maior parte dos casos, a capacidade de consumir é determinada pelo local ocupado pelo indivíduo.

Sobre o papel de informação é interessante destacar a sua influência na constante criação de modelos de consumo, compartilhados mundialmente, inspirados no estilo de vida dos países ricos. Milton Santos analisa esse processo denominando de “efeito de demonstração”²²⁵, cujo resultado é reduzir a demanda de produtos locais ou suscetíveis de serem fabricados com um mínimo de dependência externa. Isso dá ensejo a diversificação da demanda, no compasso estabelecido pelos gostos e necessidades inventadas, sem o aumento paralelo da renda, na medida em que não há desenvolvimento da produção interna. Nesse sentido, a deformação na estrutura do consumo²²⁶ (aumento da demanda sem o conseguinte aumento da renda) acarreta novas formas de produção e de comércio nos países subdesenvolvidos, totalmente dependentes dos progressos tecnológicos que vem dos pólos²²⁷.

Disso resulta que essas modernizações atuais nos países subdesenvolvidos só criam um número limitado de empregos, visto que as indústrias instaladas são de alto coeficiente de capital. A indústria, portanto, responde cada vez menos às necessidades de criação de emprego²²⁸. Quando à agricultura, ela também vê diminuir seus efetivos, ou porque é atrasada ou porque está se modernizando. Essa é uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária; nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho

²²⁴ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 36.

²²⁵ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 37. Conforme ele mesmo acrescenta: a participação num consumo “moderno” tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos, mesmo se essa participação é parcial ou ocasional nas camadas menos favorecidas.

²²⁶ Expressão cunhada por Celso Furtado.

²²⁷ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 37.

²²⁸ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 37.

deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes²²⁹.

Em seu processo de industrialização, os países hoje desenvolvidos não conheciam uma redução gradual (em porcentagem) da população ativa em relação à população total, enquanto isso é regra na maior parte dos países subdesenvolvidos. É que nos primeiros as condições de industrialização criavam mais empregos do que a população da cidade tinha capacidade de preencher, donde o apelo à mão-de-obra do campo. Nos países subdesenvolvidos, uma industrialização com alto coeficiente de capital atrai mais e mais pessoas, mas não é capaz de fornecer empregos suficientes²³⁰. É por isso que desde os primeiros momentos de sua modernização, as cidades dos países subdesenvolvidos têm um terciário mais importante que o secundário, ao contrário do que se passou nos países desenvolvidos, onde a expansão do setor terciário foi mais tardia²³¹. Todavia, o setor terciário nos países de desenvolvimento dependente apresenta-se como refúgio à insuficiência do setor industrial na oferta de postos de trabalho.

Toda essa dinâmica experimentada pelos países subdesenvolvidos provoca, no espaço urbano, uma desigual distribuição de renda entre os indivíduos, pois o interesse alocador dos recursos de infra-estrutura obedece a uma lógica pautada por interesses políticos de mercado alheios às reais necessidades da população, e essa mesma renda, medida pela capacidade de dispor, ter oportunidade e acesso aos recursos da cidade, dependente de tais mecanismos, dificilmente encontra espaço para mobilidade inclusiva. Esse sistema vive assim uma dinâmica de exclusão, que constantemente expulsa indivíduos da sua participação, tornando-os descartáveis e inúteis.

A vida nas cidades também cria novas necessidades de consumo e as dificuldades de satisfazê-las reforça o quadro de exclusão social. No mesmo sentido e explicando a existência dos dois circuitos da economia urbana nessa disparidade de renda e o conseqüente desequilíbrio na satisfação das necessidades, pondera Milton Santos

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas de consumo. Essas diferenças são a causa e o

²²⁹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 37.

²³⁰ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 71.

²³¹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 71.

efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços²³².

Dessa maneira, os dois circuitos²³³ se relacionam com a modernização, todavia, o circuito superior é seu resultado direto, consistindo nas atividades criadas em função do progresso tecnológico e das pessoas que se beneficiam dele. Enquanto o circuito inferior, corolário da modernização de forma indireta, se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas.

Ainda que a definição dos circuitos não seja rígida, existindo inclusive formas mistas, cada circuito irá se definir tanto pelo conjunto das atividades realizadas em certo contexto (conformadoras também da modernização), como pelo setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo. Uma das principais variáveis que melhor delimita as características de cada subsistema é, no seu interior, o conjunto das atividades desenvolvidas; isso porque, a principal distinção entre os circuitos, conforme pondera Milton Santos está baseada nas diferenças de tecnologia e organização²³⁴. Enquanto o circuito superior baseia-se na utilização de tecnologia importada, caracterizando pelo processo de imitação, o circuito inferior utiliza-se a tecnologia do “trabalho intensivo”, apresentando grande potencial criativo e inovador.

No tocante as diferenças entre os circuitos, o autor explicita 13 (treze)²³⁵ pontos de referência capazes de estabelecer um movimento de oposição e satelitização entre os subsistemas; distinções que demonstrarão que o circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e sua região. Oposição porque muitas vezes os circuitos criam uma tensão na sua forma de organização e satelitização já que suas atividades estão interligadas de maneira a determinar uma influência dominante do circuito superior no

²³² SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 37.

²³³ Conforme coloca Milton Santos na pág. 40: pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação de não “capital-intensivo”, pelos serviços não-modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.

²³⁴ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 43. O autor acrescenta ainda: o circuito superior utiliza tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia de “capital intensivo”, enquanto no circuito inferior a tecnologia é de “trabalho intensivo” e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável.

²³⁵ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Ver págs. 44 a 48.

inferior. Nas palavras de Milton Santos, o circuito inferior tende a ser controlado, subordinado e dependente²³⁶.

No presente estudo importa destacar as diferenças relacionadas ao trabalho e a demanda. Quanto à demanda, é preciso ressaltar, antes, que o funcionamento do circuito superior está baseado nas necessidades de uma produção de “capital intensivo” local ou exógena²³⁷. O consumo, ligado ao poder de compra, é seletivo, mas as firmas desse subsistema dispõem de meios de publicidade suficientes para criar novos gostos e para atrair a clientela, ou seja, elas impõem a demanda. O circuito inferior, ao contrário, apóia-se no consumo; ele resulta da demanda, mesmo que esta esteja deformada pelo efeito-demonstração²³⁸ (aumento da demanda sem o conseguinte aumento da renda) explicado anteriormente.

Enquanto as atividades modernas conduzem de preferência ao assalariado como forma de relação de trabalho, elas empregam, todavia, poucas pessoas, considerando-se o volume e o valor da produção, apresentando também uma tendência constante à redução do emprego na indústria. Todavia, o trabalho no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo de garantir as necessidades humanas essenciais. O contrato assume frequentemente a forma de acordo pessoal entre patrão e trabalhador, e a importância do trabalho familiar e do trabalho autônomo é grande. Dessa primeira análise é possível afirmar, também como acredita Milton Santos, que esse circuito é o verdadeiro provedor de ocupação para a população pobre²³⁹ da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e as suas relações com o conjunto da economia urbana²⁴⁰.

Nesse sentido, alargam-se os parâmetros regentes do estudo de uma sociedade econômica (ou economia urbana), a fim de alocar, ao lado dos aspectos da produção, também a análise dos aspectos da distribuição e do consumo, assim como do trabalho. Essa consideração do sistema como um todo, permite melhor apreender, que nos espaços dos países de desenvolvimento dependente, o que ocorreu e vem ocorrendo são formas distintas de se arranjar um novo modelo de produção, distribuição e consumo, com a situação preexistente, conjugado com a peculiaridade histórica da colonização.

²³⁶ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 47.

²³⁷ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 47.

²³⁸ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 47.

²³⁹ Na visão desse estudo, compartilha-se de acepção de *pobre* formulada por Milton Santos, qual seja: aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável numa certa sociedade.

²⁴⁰ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 45.

Como corolário da forma de acumulação do sistema de produção capitalista está a criação de monopólios. Estes, quando inseridos numa economia dependente, como a brasileira repercutem negativamente no aspecto social e desfavorecem a auto-dependência da região. Isso tende a ocorrer, na medida em que muitos dos países subdesenvolvidos tiveram sua industrialização marcada pela dependência tecnológica, o que provocou a instalação de indústrias, em sua maioria de capital estrangeiro, “numa situação de concentração, sem passar pela situação de concorrência atomizada”²⁴¹. O fenômeno é uma consequência do progresso tecnológico ocorrido nos países ricos e de suas repercussões na organização da produção moderna²⁴². Em decorrência disso, os países dominados se acham sem defesa frente a fenômenos cujo alcance é internacional.

As situações de pobreza no Terceiro Mundo são devidas, em grande parte, à ação conjugada das estruturas monopolísticas e do Estado²⁴³. As características da economia espacial de suas cidades desencadeiam uma desigual distribuição de renda entre os habitantes, provocando experiências distintas de oportunidades de se ganhar a vida tendo em vista também a partilha desigual da infra-estrutura urbana. A existência do circuito inferior também é um resultado, aliado aos obstáculos para o incremento do trabalho.

O desenvolvimento das formas de monopólio implica uma maior concentração de capital, tendo como consequência final a redução de consumo pela população e o direcionamento da renda nacional para uma minoria. Milton Santos descreve essa situação como um ciclo vicioso, pois quanto mais a renda se concentra, mais o consumo dos grupos de alta renda se diversifica e mais inadequada é a evolução do perfil da demanda, tornando evidente uma subutilização dos fatores de produção²⁴⁴.

As desigualdades de renda são mantidas, portanto, por uma estrutura de produção orientada para os ramos mais sensíveis à modernização tecnológica e, por conseguinte, os mais rentáveis²⁴⁵. Isso ocorre pois o fundamento dessa produção é a circulação e a produção de mais-valia para se aumentar e perpetuar a mais-valia. Da mesma forma que descreve Harvey. É esse postulado que critica Franz quando pondera que o cálculo das necessidades desse sistema capitalista gera a irracionalização do racional, na forma de efeitos indesejáveis.

²⁴¹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 134.

²⁴² SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 135.

²⁴³ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 187.

²⁴⁴ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 188.

²⁴⁵ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 188.

Um dos impactos dessa economia urbana é o novo perfil do trabalho nas cidades de economia dependente e mundializada.

Tendo em vista o impacto exercido pela ascendência das finanças e do setor de prestação de serviços sobre a estrutura social e econômica das grandes cidades, Sassen apresenta questionamentos que envolvem o lugar que ocupam, em uma economia avançada, as empresas e setores que parecem ser atrasados ou que não detêm o capital tecnológico e humano avançado e aspectos da distribuição de rendimentos obtidos pela massa dos trabalhadores da cidade²⁴⁶. Nesse sentido, pondera sobre qual seria o lugar ocupado pelos setores e empresas ditos atrasados e pelos trabalhadores que não possuem os altos níveis de educação exibidos pelos setores avançados da economia nessas grandes cidades²⁴⁷. A reflexão apresenta elevada importância no momento atual na medida em que é possível observar que as dinâmicas da cidade desencadeiam processos de exclusão, tornando indivíduos supérfluos e dificilmente inseríveis nesse sistema.

A consolidação de um novo núcleo econômico de atividades profissionais e do setor de prestação de serviços precisa ser abordada no contexto de um direcionamento geral a uma economia baseada nos serviços e de um declínio do setor manufatureiro. Novos setores econômicos estão dando novos contornos ao fornecimento de empregos. O mesmo ocorre com as novas maneiras de organizar o trabalho nos novos e velhos setores da economia.

A adoção de um modelo de crescimento importado tem diversas conseqüências no nível do trabalho. Na maior parte dos países subdesenvolvidos o preço do capital e o do trabalho não ficam imutáveis numa situação de progresso técnico²⁴⁸. Como o número de empregos que não exigem qualificação é elevado no circuito superior, isso permite a utilização de uma parcela da mão-de-obra que vem do outro circuito. O preço dessa mão-de-obra é fixado pelas atividades modernas, mas em função dos fatores de oferta e demanda existentes no setor doméstico. Como a demanda desse tipo de emprego aumenta sem parar, ocorre uma tendência à queda do salário; as vantagens a favor dos assalariados, que poderiam ser esperadas das atividades de alto coeficiente de capital, não se concretizam²⁴⁹.

O modelo de modernização da economia é acompanhado de imperativos no plano tecnológico que acarretam a limitação das possibilidades no domínio da substituição dos fatores de produção. Essa rigidez impede a expansão do mercado de emprego. De fato, as

²⁴⁶ SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998. Pág. 129.

²⁴⁷ SASSEN, Saskia. *As cidades...* Pág. 129.

²⁴⁸ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 190.

²⁴⁹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 190.

técnicas mais eficazes para expansão industrial foram concebidas como se a mão-de-obra fosse escassa²⁵⁰. Como o modelo não é perfeito nem nos países desenvolvidos, nos subdesenvolvidos apresenta resultados desastrosos, provocando um crescimento industrial acompanhado do aumento do subemprego e do não-emprego. Por isso também que a industrialização não foi a força motriz do fenômeno da urbanização nos países subdesenvolvidos, na medida em que não estava apta a incluir a população no mercado de trabalho.

Quando o mecanismo de mercado monopolístico se impõe, a absorção dos excedentes de mão-de-obra torna-se ainda mais difícil do que em situações de competição. Nesse sentido, o problema do não-emprego é dinâmico e não estático, pois a organização monopolística tem uma capacidade reduzida de fornecer empregos e envia candidatos ao trabalho a outros setores da economia, incapazes, na maior parte dos casos, de lhes oferecer salários e empregos permanentes²⁵¹.

Aliado ao não-emprego, o nível tecnológico e o tipo de indústria instalada na área urbana determinam a criação de empregos indiretos. Esses empregos indiretos, em regiões de desenvolvimento dependente, são em grande parte direcionados para as áreas de influência, alargando, ainda mais a distância entre estas e as regiões satélite. Quanto maior a distorção em relação ao meio econômico e social, mais esse tipo de emprego escapa do lugar que acolhe a atividade em benefício das grandes cidades do próprio país ou dos países exportadores de tecnologia²⁵². O resultado é que, à medida que o país se industrializa, a urbanização torna-se cada vez mais terciária²⁵³.

Toda essa realidade parece demonstrar que a pobreza demonstra-se maior e crescente em regiões de desenvolvimento atrasado. Todavia, a despeito de sua notoriedade nos países desenvolvidos, observa-se um empobrecimento da população mundial, e muito desse resultado tem como causa o apego das políticas governamentais à idéia de progresso. Como observa Milton Santos, a razão disso é que a modernização tecnológica engendra disparidades sociais e econômicas crescentes; a alocação de uma importante parte dos recursos nacionais é feita em nome do progresso em benefício daqueles que já são ricos e ao preço de uma injustiça crescente²⁵⁴. Retoma-se aqui a questão da racionalidade da exclusiva

²⁵⁰ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 192.

²⁵¹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 192.

²⁵² SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 193.

²⁵³ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 193.

²⁵⁴ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 194.

eficiência, descrita na primeira parte deste trabalho, responsável por engendrar efeitos não-intencionais como a exacerbação da pobreza.

A carga mais pesada da modernização é sustentada pelos pobres, os que estão bem abaixo na escala dos salários, e os que estão sem emprego e pagam bem mais que os outros o custo social dos diversos planos de desenvolvimento. Esse exército social de reserva funciona como condição geral da produção capitalista²⁵⁵.

Nesse sentido, a concentração econômica e espacial, característica do urbanismo, é contemporânea, também, de uma exacerbada acumulação da pobreza.

Essa situação é a responsável pela criação e manutenção do que Milton Santos denomina de circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Os pobres não têm acesso aos produtos modernos e os mais pobres dentre eles só podem proporcionar-se consumos correntes por intermédio de um sistema de distribuição particular frequentemente completado por um aparelho de produção igualmente específico e que é uma resposta às condições de pobreza da grande massa da população²⁵⁶. Portanto, sem se levar em conta esse circuito inferior, a compreensão da cidade é incompleta.

Questão interessante é o fenômeno da proliferação dos intermediários que nos países subdesenvolvidos figura-se como base das possibilidades de funcionamento da economia, de maneira totalmente diversa do que ocorre nos países desenvolvidos. As desigualdades de rendas são tais, que a economia não poderia funcionar sem a presença dos intermediários; quanto mais pobre é o indivíduo, mais ele depende daqueles para se abastecer.

O papel do intermediário, segundo Milton Santos, modifica-se com a modernização da economia. Ele é inicialmente um distribuidor de produtos importados e um comprador de produtos exportáveis. Com a urbanização, acrescenta-se um novo papel, o de coletor de produtos alimentares²⁵⁷. Sua importância advém do fato de muitos comerciantes não terem condições de se dirigir diretamente aos produtores rurais nem aos importadores e atacadistas para seu abastecimento²⁵⁸.

Aliado ao problema evidenciado na figura dos intermediários, o autor acrescenta o que ele denomina de mecanismos de funcionamento do circuito inferior e os descreve como sendo o crédito, os financiadores e o dinheiro líquido. É a partir desses dados que compreende a lógica financeira correspondente a esse circuito.

²⁵⁵ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 193.

²⁵⁶ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 196.

²⁵⁷ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 225.

²⁵⁸ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 225.

O *crédito* é indispensável, tanto para os agentes como para os consumidores. Para os primeiros, em geral, é a única possibilidade de ingressar ou de se manter em atividade. Para os segundos, o crédito representa a possibilidade de acesso ao consumo, mesmo que não tenham renda fixa. Os *intermediários financeiros* têm a função de fornecer o crédito aos comerciantes e artesãos, mais frequentemente em mercadoria, mas também em dinheiro; em toda a parte eles são responsáveis pela ligação entre os produtores urbanos ou rurais e comerciantes da cidade. O atacadista é o mais representativo desses intermediários e faz, ao mesmo tempo, a ligação com o circuito superior. O *dinheiro líquido* assegura várias funções dentro do circuito inferior. Representa os pagamentos em numerário, indispensáveis ao consumidor final, bem como aos agentes, para pagarem parcialmente suas dívidas e obterem assim novos créditos. É igualmente necessário para os atacadistas, seja para comprarem diretamente dos produtores, seja para pagarem suas letras ao banco. A expansão do consumo moderno paralelamente ao da monetização aumenta a necessidade de dinheiro líquido e, por conseguinte, acelera a rapidez de sua circulação²⁵⁹.

Isso demonstra que a função do crédito, indispensável à sobrevivência das famílias e também dos negócios, ressalta a importância do endividamento em todos os níveis. Numa economia em que o dinheiro líquido é indispensável, mas raro, a usura torna-se prática freqüente²⁶⁰. Ao mesmo tempo, os interessados organizam-se para encontrar soluções engenhosas para a dependência em relação aos intermediários e à carência de numerário. Os preços adotados são ao mesmo tempo um aspecto do funcionamento do circuito inferior e uma forma de adaptação às condições de uma conjuntura que está em mudança²⁶¹. Esse endividamento, generalizado, única maneira possível de os pobres sobreviverem, e para maior parte do meio responder ao efeito-demonstração, constitui, “um mecanismo de sucção da poupança popular”²⁶².

Essa realidade liga-se a outra mais assustadora ainda, nos países subdesenvolvidos, pelo fato de frequentemente os consumos imprescindíveis das classes pobres serem adquiridos a crédito, ele passa a ser independente do preço.

As condições de evolução da economia moderna e o enorme peso de uma população urbana com baixo nível de vida, que viu aumentar maciçamente o número com a chegada de migrantes vindos do campo, agravam a existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não-moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie²⁶³.

²⁵⁹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 229.

²⁶⁰ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 229.

²⁶¹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 229.

²⁶² SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 243.

²⁶³ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 197.

Na medida em que o crescimento urbano dos países subdesenvolvidos não se deu ao talante da industrialização, a urbanização antes de espelhar a pujança do setor secundário da economia, caracteriza-se mais pelo constante crescimento do setor terciário e do informal.

A noção de atividade terciária, para Milton Santos, é uma herança direta da divisão tripartite da economia, proposta por Colin Clark (1957), quando este apresentou a existência de três setores da economia – primário, secundário e terciário - e os delimitou formalmente²⁶⁴. Todavia, não é razoável não levar em conta uma multiplicidade de atividades na fronteira dos setores secundário e terciário, cujo número e importância aumentam nas cidades dos países subdesenvolvidos.

Na literatura referente à urbanização dos países subdesenvolvidos o circuito inferior é mais comumente chamando de “terciário”: “terciarização” tornou-se a expressão consagrada para definir as atividades e as situações de emprego resultantes de uma urbanização sem industrialização²⁶⁵. Não obstante, Milton Santos acredita que a expressão circuito inferior recobre uma realidade muito mais ampla que a expressa pelo termo “terciário”. Na realidade, trata-se mais de um conceito que de uma denominação; o circuito inferior é resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum²⁶⁶.

O circuito inferior constitui também uma estrutura de abrigo para os cidadãos, antigos ou novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional. Nesse circuito a divisão de trabalho também é grande, e é errado acreditar que essa característica é exclusiva das sociedades industriais, ou que ela só aparece num grau de industrialização avançada²⁶⁷. A diferença aqui é que ela é acompanhada de uma multiplicação das tarefas, freqüentemente de uma pulverização de atividade de modo a acolher ao máximo os que procuram fazer alguma coisa; de resto, o trabalho é o fator essencial no circuito inferior, quando no superior é o capital²⁶⁸. Essa distinção demonstra que enquanto a finalidade daqueles que atuam no circuito inferior é o trabalho voltado à manutenção da vida, os fins do circuito moderno vinculam-se a reprodução contínua do capital.

²⁶⁴ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 200.

²⁶⁵ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 200.

²⁶⁶ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 201.

²⁶⁷ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 203.

²⁶⁸ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 203.

Por ser o fator trabalho tanto a essência quanto o fim das atividades do circuito inferior, o seu ingresso geralmente é mais fácil. Nem sempre é necessário ter freqüentado uma escola e, muitas vezes, pode-se trabalhar sem ter os papeis regulamentares. É possível até que os analfabetos tenham mais oportunidade de encontrar trabalho do que aqueles que passaram por uma escola.

Devido à má distribuição das rendas, é essencialmente por intermédio dos serviços que a massa da população participa da acumulação que se realiza na cidade²⁶⁹. O consumo dos serviços pessoais é um dos elementos importantes do padrão de vida e, nesse aspecto, as classes médias têm um comportamento semelhante ao das classes abastadas. E é disso que vive toda uma massa de pessoas, sobretudo os recém chegados à cidade, porque é mais fácil encontrar uma ocupação nesse setor, quando se chega sem preparo cultural ou profissional e sem recurso financeiro²⁷⁰.

Em sua análise sobre os tipos de ocupações características desse circuito, Milton Santos discorre sobre o trabalho doméstico, o comércio e o artesanato e sobre suas principais características, pontua a pulverização de pequenas atividades, os estoques reduzidos (o comerciante só estoca o que pode vender ou estocar), o pequeno espaço ocupado das atividades, o local de trabalho confundir-se com a habitação, os vendedores de rua e o emprego familiar. A partir dessas qualificações conclui que “se o circuito inferior oferece à população pobre um grande número de empregos, é graças à soma de possibilidades oferecidas pela multiplicidade de pequenas empresas, em geral familiares ou individuais. Cada unidade de produção, de comércio ou de serviços, entretanto, só pode oferecer um número pequeno de empregos”²⁷¹.

Outra característica é a impressionante fluidez do emprego. A falta de necessidade de especialização para um grande número de atividades faz com que os indivíduos passem sem dificuldade de uma ocupação a outra. O que leva Milton Santos acreditar que “essa mobilidade no emprego é uma verdadeira saída de emergência para muitos habitantes das cidades do Terceiro Mundo”²⁷².

Pelo fato do circuito inferior ter sua dinâmica interna própria e por isso ter força para criar atividades e para dar a alguns situações melhores isso não retira dele sua funcionalidade primordial, que é a de perpetuar a situação de pobreza. São as elites da cidade ou de outros lugares que absorvem uma parte não negligenciável da renda urbana. O

²⁶⁹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 206 e 207.

²⁷⁰ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 207.

²⁷¹ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 223.

²⁷² SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 255.

dinamismo do circuito inferior é, portanto, absoluto, quando se considera esse subsistema econômico como fechado; mas, desde que se leve em consideração sua dependência em relação ao circuito superior, o dinamismo revela-se relativo, senão enganador²⁷³. A racionalidade desse subsistema só pode ser entendida a partir das relações satelitizadas que experimenta com o setor moderno da economia urbana; concluindo Milton Santos: a melhor definição dessa racionalidade é o equilíbrio da miséria característica do circuito inferior²⁷⁴.

Após essas breves considerações sobre o circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos, atentando-se para as dinâmicas de satelitização a qual está inserido, seja subordinado ao circuito moderno da economia, seja também conformado pela divisão de trabalho propagadora da racionalidade excludente da rentabilidade, é possível, nesse momento, apontar para resultados de negações estruturais, materializados no sistema de exclusão criador do refugio humano.

3.2 Mercado de trabalho, sistema de exclusão e o refugio humano

Boaventura de Sousa Santos inicia seu estudo sobre a migração do mercado de trabalho para o sistema da exclusão através de uma análise das novas dimensões da igualdade e da exclusão no pensamento moderno, para em seguida, destacar a diferença dos países coloniais no tocante a nova perspectiva. Para tanto, considera também as diferenças entre conhecimento de regulação e conhecimento de emancipação²⁷⁵ para reforçar a não inserção dos países subdesenvolvidos nos processos de libertação da desigualdade e da exclusão.

A desigualdade e a exclusão, segundo Boaventura, têm na modernidade ocidental um significado totalmente distinto do que tiveram nas sociedades do antigo regime.

²⁷³ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 260.

²⁷⁴ SANTOS, Milton. *O Espaço...* Pág. 260.

²⁷⁵ Conforme Boaventura na matriz da modernidade ocidental há dois tipos de conhecimento: o conhecimento de regulação (CR) e o conhecimento de emancipação (CE). Tanto o CR como CE tem um ponto A, que é de ignorância, e um ponto B, que é de saber. A ignorância no CR é o caos, e conhecer, saber é ordem. A trajetória do CR vai do caos à ordem. O CE tem um ponto A chamado colonialismo, incapacidade de reconhecer o outro como igual, a objetivação do outro, e o ponto B, que é a autonomia solidária. O conhecer vai do colonialismo à autonomia solidária. Problema: o CR dominou por inteiro quando a modernidade ocidental passou a coincidir com o capitalismo. Por ter passado a dominar o CR recodificou o CE em seus próprios termos. O que era conhecimento-saber, autonomia solidária, passou a ser no CE uma forma de caos (a solidariedade entre as classes é perigosa, a solidariedade no povo é uma forma de caos que é necessário controlar), portanto, o que era “conhecimento” (autonomia solidária) passou a ser “ignorância” (já era sinônimo do caos). E, ao contrário, o que era “ignorância” no CE (objetivação do outro) passa a ser “saber” no CR, ou seja: o colonialismo passa a ser uma forma de ordem (essa explicação encontra-se nas págs. 50 a 55 do já citado livro *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*).

Pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social. A desigualdade e a exclusão têm, pois, de ser justificadas como exceções ou incidentes de um processo societal que lhes não reconhece legitimidade em princípio²⁷⁶.

Dessa forma, e perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra²⁷⁷. Todavia, conforme pondera Boaventura, nada disso vale para as sociedades sujeitas ao colonialismo europeu. Aí vigoram a desigualdade e a exclusão como princípios de regulação cuja validade não implicou qualquer relação dialética com a emancipação. Durante o longo tempo do ciclo colonial, a opção para essas sociedades foi, quando muito, entre a violência da coerção e a violência da assimilação²⁷⁸.

Boaventura ressalta a importância da perspectiva pós-colonial com o intuito de mostrar que o “outro” da modernidade europeia, a “exterioridade colonial”, foi, de fato, um elemento constitutivo originário da modernidade e que a sua exclusão do círculo da dialética regulação/emancipação co-determinou o fracasso desta no âmbito em que foi confinada, as sociedades europeias²⁷⁹. Diante dessa perspectiva, e ainda com o autor, continua tendo importância analisar a trajetória desse fracasso, como recorte epistemológico e diretriz de interpretação.

A partir do momento em que o paradigma da modernidade ocidental reduziu suas possibilidades de desenvolvimento às do desenvolvimento capitalista e este passou a pressupor a disponibilidade das matérias-primas e dos mercados coloniais, as sociedades modernas ocidentais passaram a viver de uma dupla contradição: da contradição entre princípios ditos universais, mas confinados na sua vigência às sociedades metropolitanas, e, no seio destas, da contradição entre os princípios de emancipação, que continuaram a apontar para igualdade e a inclusão social e os princípios de regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista²⁸⁰. A segunda contradição descrita pelo autor, na forma de embate entre emancipação e regulação, aponta para o alargamento desta última, como acentuação das formas de desigualdade e exclusão.

Boaventura concebe tanto a desigualdade como a exclusão como sistemas de pertença hierarquizada. No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração

²⁷⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. – Coleção para um novo senso comum; v. 4. Pág. 279.

²⁷⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 279.

²⁷⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 279.

²⁷⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 279.

²⁸⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 280.

subordinada enquanto no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão (não entendida somente como exclusão social). A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social no qual quem está abaixo está dentro e sua presença é indispensável para concretização da subordinação²⁸¹. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como é excluído; ou seja, quem está abaixo está fora²⁸². O autor concebe esses dois sistemas de hierarquização social como tipos ideais, na medida em que na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em complexos arranjos.

Enquanto o sistema da desigualdade assenta paradoxalmente no essencialismo da igualdade, sendo por isso que o contrato de trabalho é um contrato entre pessoas livres e iguais, o sistema da exclusão assenta no essencialismo da diferença, seja ele a cientificação da normalidade e, portanto, do interdito, ou do determinismo biológico da desigualdade racial ou sexual²⁸³.

As práticas sociais, as ideologias e as atitudes combinam a desigualdade e a exclusão, a pertença subordinada e a rejeição e o interdito²⁸⁴. Por isso, será possível encontrar ambos os sistemas acoplados em algumas práticas sociais.

Ao ponderar sobre a dimensão espacial e temporal dos sistemas de desigualdade e exclusão, Boaventura destaca dois âmbitos principais, o nacional e sua repercussão na conformação das ciências sociais e o mundial. A desigualdade entre o capital e o trabalho, a exclusão do interdito, o racismo e o sexismo foram construídos socialmente enquanto princípios de hierarquização social no âmbito das sociedades nacionais metropolitanas e de algum modo foi nesse espaço-tempo que foram acolhidos nas ciências sociais²⁸⁵. Mas desde o início da expansão capitalista estes princípios de hierarquização e discriminação têm outro espaço-tempo: o sistema mundial onde também desde sempre se misturam os princípios de desigualdade e exclusão²⁸⁶.

²⁸¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 280.

²⁸² SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 280. Conforme Boaventura, se Marx é o grande teorizador da desigualdade, Foucault é o grande teorizador da exclusão. Se a desigualdade é um fenómeno sócio-económico, a exclusão é sobretudo um fenómeno cultural, um fenómeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. Estabelece um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atrai para outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a delinquência, a orientação sexual, a loucura, ou o crime. Através das ciências humanas, transformadas em disciplinas, cria-se um enorme dispositivo de normalização que, como tal, é simultaneamente qualificador e desqualificador. A desqualificação como inferior, louco, criminoso ou pervertido consolida a exclusão e é a perigosidade pessoal que justifica a exclusão. A exclusão da normalidade é traduzida em regras jurídicas que vincam, elas próprias, a exclusão. Sendo culturais e civilizacionais, as fraturas criadas pela exclusão têm também conseqüências sociais e económicas ainda que se não definam primordialmente por elas (ver págs. 280 a 281).

²⁸³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 281.

²⁸⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 282.

²⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 282.

²⁸⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 282.

O dispositivo ideológico de gestão da desigualdade é o universalismo, uma forma de caracterização essencialista que, paradoxalmente, pode assumir duas formas de aparência contraditórias: o universalismo antidiferencialista que opera pela negação das diferenças e o universalismo diferencialista que opera pela absolutização das diferenças²⁸⁷. Aquele opera pela descaracterização das diferenças e identidades absolutizando uma delas e ignorando as demais; por essa via, reproduz e intensifica as hierarquias que existem entre a diferença que é absolutizada e todas as outras²⁸⁸. Já o universalismo diferencialista opera pela intensificação abstrata de várias diferenças ou identidades, perdendo de vista os fluxos desiguais entre elas. Enquanto o primeiro peca por permitir a desigualdade e a exclusão pelo excesso de semelhança, o segundo o faz pelo excesso de diferença.

A teoria político-liberal – o máximo de consciência teórica da modernidade capitalista – sempre privilegiou, como dispositivo ideológico, o universalismo antidiferencialista que acionou politicamente através das idéias da cidadania e dos direitos humanos²⁸⁹.

Nesse sentido, Boaventura acredita que os conceitos homogeneizantes de “cidadania” e “direitos humanos” devem ser problematizados.

Nas sociedades periféricas, os imperativos do modelo neoliberal são de tal maneira fortes e tão desproporcionais em relação às resistências que lhe podem ser feitas que, mais do que a transformações do Estado, assistiu-se, ou ao virtual colapso do Estado – à situação de falência e de inviabilidade estatal, apenas adiada através de assistência internacional ou das ajudas humanitárias – ou à intervenção crescente de outros atores não-estatais na gestão nacional²⁹⁰.

A situação presente é muito complexa em virtude das metamorfoses por que estão a passar, tanto o sistema de desigualdade, como o sistema de exclusão²⁹¹. Tais metamorfoses são, em grande medida, produzidas ou condicionadas pela intensificação dos processos de globalização hegemônica e contra-hegemônica em curso, tanto no domínio da

²⁸⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 283. E continua o autor: A negação das diferenças opera segundo a norma da homogeneização que só permite comparações simples, unidimensionais, impedindo comparações mais densas ou contextuais, pela negação dos termos de comparação. Pelo contrário, a absolutização das diferenças opera segundo a norma do relativismo que torna incomparáveis as diferenças pela ausência de critérios transculturais. Tanto um quanto o outro processo permitem a aplicação de critérios abstratos de normalização, sempre baseados numa diferença que tem poder social para negar todas as demais ou para as declarar incompatíveis e, portanto, inassimiláveis.

²⁸⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 284.

²⁸⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 284. A crítica aqui se refere principalmente aos elementos homogeneizantes dos direitos humanos, sem levar em conta as particularidades e as diferenças entre as culturas e os indivíduos.

²⁹⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 290.

²⁹¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 295.

economia como no domínio cultura²⁹². O sistema mundial e a economia-mundo modernos procuraram integrar todas as regiões do mundo numa só divisão de trabalho e nessa medida o sistema de pertença pela integração subordinada, ou seja, o sistema de desigualdade dominou o espaço não-europeu enquanto espaço global²⁹³.

Na forma que hoje assume, a globalização hegemônica neoliberal assenta numa nova divisão internacional do trabalho que se caracteriza pela globalização da produção conduzida por empresas multinacionais cuja participação no comércio internacional cresce exponencialmente. O impacto dessa economia política no sistema de desigualdade é devastador tanto ao nível do espaço-tempo global como ao nível do espaço-tempo nacional²⁹⁴. Esse impacto consiste na metamorfose do sistema de desigualdade no sistema de exclusão²⁹⁵. Boaventura elege como característica central do nosso tempo o fato do sistema de desigualdade estar se transformando num duplo do sistema de exclusão.

Na modernidade capitalista ocidental o sistema de desigualdade opera fundamentalmente pelo modo de integração dado pelo trabalho. No momento presente, assiste-se ao aumento do desemprego estrutural em virtude dos aumentos de produtividade serem muito superiores ao aumento do emprego, com a consequência de o crescimento econômico ter lugar sem crescimento do emprego²⁹⁶.

À medida que se rarefaz o trabalho e mais ainda o trabalho seguro, a integração garantida por ele torna-se mais precária; e, nessa medida, o trabalho passa a definir mais as situações de exclusão do que as situações de desigualdade²⁹⁷.

Acresce que a informalização, a segmentação e a precarização ou flexibilização da relação salarial faz com que o trabalho, longe de ser uma garantia contra a vulnerabilidade social, se torne, ele próprio, a expressão dessa vulnerabilidade. A precariedade do emprego e do trabalho fazem com que os direitos do trabalho, os direitos econômicos e sociais, decorrentes da relação salarial e sede das políticas redistributivas do Estado-Providência dos países centrais, se transformem numa miragem²⁹⁸. O trabalho perde a eficácia como mecanismo de integração num sistema de desigualdade para passar a ser um mecanismo de reinserção, num sistema de exclusão.

²⁹² SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 295.

²⁹³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 295 e 296.

²⁹⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 297.

²⁹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 297.

²⁹⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 297.

²⁹⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 297.

²⁹⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 298.

Ao analisar também esse fenômeno Bauman pondera que a produção de “refugo humano”, ou mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade.

É um inescapável efeito colateral da construção da ordem (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inadaptadas” ou “indesejáveis”) e do progresso econômico (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência)²⁹⁹.

Essa produção da exclusão pode ser comparada ao que Bauman denomina de refugo da construção da ordem, o local para onde caminha a parte da humanidade que é redundante. Segundo este autor ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade.

Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com refugo. O destino dos desempregados, do “exército de reserva da mão-de-obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugo é o depósito de dejetos, o monte de lixo³⁰⁰.

Essa transformação do trabalho está a ocorrer um pouco por toda parte ainda que em diferentes graus e com diferentes conseqüências. A revolução tecnológica está a criar uma nova e rígida segmentação dos mercados de trabalho a nível mundial, entre uma pequena fração de empregos altamente qualificados, bem remunerados e com alguma segurança, e a esmagadora maioria dos empregos pouco qualificados, mal remunerados e sem qualquer segurança ou direitos³⁰¹. Nesse processo, muitas qualificações, aptidões e quase todas as carreias desaparecem e com elas são lançados na inutilidade social grupos significativos de trabalhadores e os saberes de que são possuidores³⁰². A inutilidade social de grandes camadas de trabalhadores é, sem dúvida, a nova face da exclusão.

²⁹⁹ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

³⁰⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas...* Pág. 20.

³⁰¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 298.

³⁰² SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 298.

A nível nacional, especialmente nos países do centro e da semi-periferia a exclusão é tanto mais séria quanto até agora não se inventou nenhum substituto para integração pelo trabalho³⁰³. Nos países de periferia, ainda, a exclusão tem fraturado igualmente o mercado de trabalho formal. Face às pressões da globalização neoliberal, uma das estratégias desenvolvidas localmente tem sido a criação de redes nacionais e transnacionais de comércio e empreendimento “informal”, que o Estado é manifestamente incapaz de controlar³⁰⁴.

Sobre a específica questão das atividades informais, elas têm sido tradicionalmente identificadas no Brasil como as práticas de trabalho mais relacionadas à luta pela sobrevivência³⁰⁵. Na maior parte das vezes, trata-se de um conjunto expressivo da população que se encontra excluída das regras formais de proteção social e trabalhista³⁰⁶. Essas atividades eram vistas como um refúgio dos segmentos vulneráveis, existindo como uma das poucas possibilidades de se inserirem no mercado de trabalho. Por não impor praticamente nenhuma barreira à entrada, o trabalho informal representaria uma atividade laboral que também poderia compreender a transição para o emprego assalariado formal³⁰⁷. Pelo menos durante o ciclo da industrialização nacional (1930-80), a informalidade foi sendo drasticamente reduzida. A força do assalariamento com carteira assinada decorrente de taxas de crescimento econômico com média anual de 7% foi a principal responsável pela sensível queda do trabalho informal³⁰⁸.

Apesar disso, o Brasil ingressou na década de 1980 com cerca de 1/3 do total dos ocupados ainda submetidos às atividades informais³⁰⁹. Com o abandono da condição de rápido e sustentado crescimento econômico, o mercado de trabalho sofreu uma importante inflexão. Desde a década de 1980, a situação do desemprego aberto vem crescendo, tendo alcançado atualmente um em cada grupo de dez trabalhadores ativos³¹⁰. De forma simultânea, cresceu consideravelmente a ocupação informal. A informalidade cresceu mais no meio urbano, na medida em que o setor rural continuou a expulsar mão-de-obra. Assim, a cidade absorveu 15,7 milhões de novas ocupações consideradas informais (autônomos, ocupados

³⁰³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 299.

³⁰⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática...* Pág. 299.

³⁰⁵ POCHMANN, Marcio. Informalidade Reconfigurada. *Revista Fórum – Outro Mundo em debate*. V. 5. Edição 52, julho 2007. Pág. 38.

³⁰⁶ POCHMANN, Marcio. *Informalidade...* Pág. 38

³⁰⁷ POCHMANN, Marcio. *Informalidade...* Pág. 38.

³⁰⁸ POCHMANN, Marcio. *Informalidade...* Pág. 38.

³⁰⁹ POCHMANN, Marcio. *Informalidade...* Pág. 39.

³¹⁰ POCHMANN, Marcio. *Informalidade...* Pág. 39.

sem remuneração e empregados sem carteira assinada), justamente por não terem amparo do sistema de proteção social e trabalhista³¹¹.

Entre 1985 e 2005 a massa de rendimento dos trabalhadores informais urbanos cresceu acumuladamente 4,5% mais que a massa de remuneração dos empregados assalariados formais³¹².

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro não é capaz de propor quantidades suficientes de empregos assalariados e regulamentados no mercado. As práticas estatais pouco se comovem diante do aumento expressivo das atividades informais, do trabalho informal e o desemprego. Pior do que isso, elas parecem adotar uma concepção conservadora de informalidade, a enxergando sob o dualismo formal-informal, que dependeria da intervenção do Estado para regularização. Por isso é que ganha força o discurso da flexibilização das leis trabalhistas, como se fossem o melhor “remédio” para abranger mais setores no parâmetro da formalidade.

A preocupação desse discurso parece voltar-se unicamente para regularização das atividades ditas informais e não para mobilidade através do trabalho e a satisfação das necessidades daqueles que buscam, de qualquer maneira, sobreviver. O objetivo sugere que os grandes beneficiários do alargamento da “formalidade” para abranger setores antes “informais” não serão os trabalhadores, mas sim aqueles que os empregam, na medida em que tal política intenta diminuir o “custo” do emprego regular. A informalidade tem seu papel na barganha política por “menos” direitos e “mais” empregos e reforça, ainda mais, a exclusão de camadas da população.

O mercado informal habita o circuito inferior da economia urbana e dão forma ao espaço marginal da cidade.

Essa marginalidade urbana e os espaços marginais não merecem este qualificativo porque se localizam nos limites ou nas margens do tecido urbano ou porque são espaços residuais ou reduzidos, mas porque, independente de seu tamanho e localização, são espaços, do ponto de vista urbano e social, não-regulares, nos quais as condições “naturais” de vida são “infranaturais”, ou estão aquém do que uma sociedade concreta pode considerar

³¹¹ POCHMANN, Marcio. *Informalidade...* Pág. 39. E continua o autor: No ano de 2005, o segmento informal urbano tinha 33,4 milhões de trabalhadores que recebiam, em média, 1,7 vez o valor do salário mínimo mensal (R\$ 300). Esse rendimento equivalia a apenas 45,8% do salário médio recebido pelo empregado assalariado com carteira assinada (Pág. 39)

³¹² POCHMANN, Marcio. *Informalidade...* Pág. 39.

“normal”³¹³. Os espaços marginais constituem os territórios-reserva onde se produz a acumulação de escassez³¹⁴.

Social e economicamente, os espaços marginais também estão fora do sistema regular de produção, consumo e formação. Seus habitantes constituem a reserva de mão-de-obra metropolitana, portanto o subemprego e o desemprego são situações dominantes. Para subsistir neles, são desenvolvidas economias internas, obviamente irregulares, baseadas especialmente no comércio ilegal, tanto de bens legais que alimentam os circuitos nacionais e internacionais de capital fraudulento (...). A miséria é, de alguma maneira, um recurso básico que alimenta os circuitos dos capitais nacionais e internacionais relacionados com a produção da segurança, que abrange uma amplíssima variedade de setores econômicos³¹⁵.

A informalidade, o circuito inferior da economia urbana, todo esse espaço marginal na cidade, ao perpetuarem as carências sociais e culturais, assim como as de emprego, garantem o processo de acumulação do capital. Este é responsável por manter exclusões e reinventar não-inclusões, reforçando a *irracionalização do racional*, por sustentar-se numa prática que continuamente nega a vida.

Sem pertença, política e social, não há humanidade. A exclusão resulta antes de tudo numa expulsão da própria condição humana. Fora da pertença nada de humano existe. Não há humanidade, sem comunidade. A experiência da exclusão não é transitória, nem resulta de uma suspensão momentânea ou sobressalto acidental. A exclusão é condição definitiva de um ser atirado para um lugar exterior à vida comum. Porque o eu se define na relação com os outros num espaço comum, a exclusão torna alguém estrangeiro de si mesmo. Os homens lixo são também o produto da uma arquitetura da exclusão. Onde não se entende o urbanismo como desenho do espaço público, mas como sistema policial de controle, vigilância, repressão e marginalização³¹⁶.

Esses processos “menos visíveis”, como as dinâmicas do circuito inferior da economia urbana e a própria complexidade do setor informal, por experimentarem uma relação satelitizada – determinada pela divisão social do trabalho – acabam por transformar os indivíduos não-incluídos, os “redundantes”, em homens-lixo. A irracionalidade desse evento não é somente a negação do dogma cristão de amor ao próximo, mas, sobretudo, a negação da própria vida e da natureza. Quando se nega o outro, anula-se toda a vida. *O homem-lixo arrasta para uma mesma lixeira todos os homens-correntes*³¹⁷.

³¹³ ROBIRA, Rosa Tello. *Áreas metropolitanas, espaços colonizados*. In: **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. Ana Fani Alessandri, Carlos Carreras. São Paulo: Contexto, 2005. Pág. 17.

³¹⁴ ROBIRA, Rosa Tello. *Áreas metropolitanas...* Pág. 17.

³¹⁵ ROBIRA, Rosa Tello. *Áreas metropolitanas...* Pág. 19.

³¹⁶ MOURA, Leonel. *Os homens-lixo*. Lisboa: Fenda Edições. 1996. Pág. 16.

³¹⁷ MOURA, Leonel. *Os homens-lixo*. Pág. 17.

A natência do subdesenvolvimento demonstra, portanto, que as políticas regulatórias nos países coloniais em sua perspectiva excludente, que nega o outro e concebe a dominação como sinônimo de ordem, é uma criação do modelo de desenvolvimento engendrado pelo colonialismo europeu e que hoje assume facetas mais alargadas. O processo de acumulação capitalista assume rostos de modelos culturais, padrões de consumo, de gosto, de sentimentos e sonhos, e transforma em seu benefício as realidades dos países satélites. A acomodação história do subdesenvolvimento é uma modelagem produzida e de tal forma complexa que muitas vezes torna-se difícil distingui-la. A natência do neoliberalismo por sua vez, indica a impossibilidade dessas práticas que priorizam as exigências do mercado, que demandam do Estado um papel mais omissivo em relação as demandas sociais mais urgentes e que por isso, vem reforçando o sistema da exclusão e a criação de seres humanos “redundantes”. No espaço das cidades é possível visualizar mais claramente essas situações. A divisão social do trabalho demonstra a existência de setores da economia urbana que resumem suas práticas numa rede de dominação. O circuito inferior da economia é necessário para preservação do circuito moderno e dificilmente despontam-se tendências no sentido de transformação auto-dependente daquele. Isso ocorre porque o próprio sistema de acumulação capitalista é capaz de adequar e reorientar suas práticas no sentido de reforçar a exclusão, pois ela é um mecanismo de suporte desse sistema.

3.3 Breve análise do relatório sobre Economia urbana informal do IBGE

Em 2005 foi publicado o mais recente relatório do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre o setor informal da economia urbana. A pesquisa denominada *Economia Informal Urbana*³¹⁸ coletou informações que permitem melhor conhecer o papel e a dimensão do setor informal na economia brasileira e, também, complementar e atualizar as informações estatísticas sobre trabalho e rendimento no Brasil. Nesse sentido, foi dada prioridade no estudo ao funcionamento e a capacidade de geração de postos de trabalho e rendimento das pequenas unidades produtivas que fizeram parte do setor informal urbano no país. Foram identificadas 10.525.954 pequenas empresas não-agrícolas no

³¹⁸ A pesquisa Economia Informal Urbana foi concebida com a finalidade de produzir informações para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico do País. Seus principais objetivos foram: (i) identificar as atividades econômicas desenvolvidas em unidades produtivas, que deixam de ser captadas ou são apenas parcialmente pelas demais fontes estatísticas disponíveis; (ii) dimensionar o peso real destas atividades em termos da geração de oportunidades de trabalho e rendimento; e (iii) ampliar a base de informações necessárias para o Sistema das Contas Nacionais.

Brasil em 2003, o que significou um crescimento de 10% em relação à última pesquisa Economia Informal Urbana realizada em 1997, quando este montante foi estimado em 9.580.840 empresas.

Para análise desse relatório é essencial delimitar a compreensão do que a pesquisa considerou como setor informal. O estudo alinhou-se às bases estabelecidas nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993, e considerou que

para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida; fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo; as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção; embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa³¹⁹.

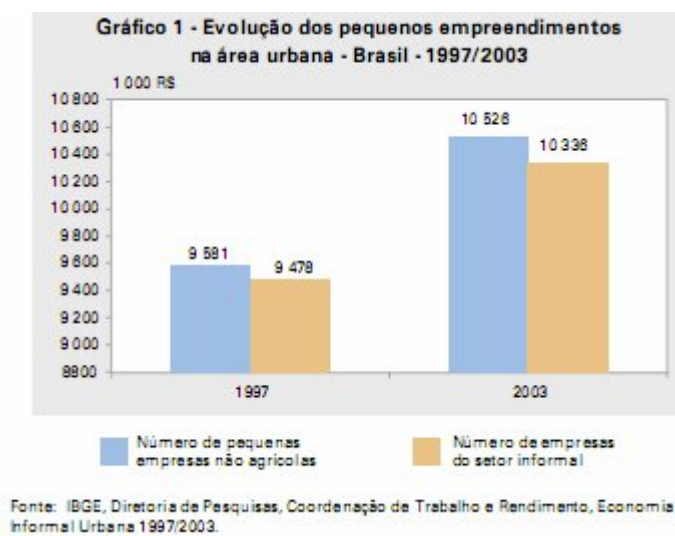
A partir dessa perspectiva a operacionalização estatística definida decidiu que pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias³²⁰.

³¹⁹ Disponível no site <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm>

³²⁰ Como consequência desta definição operacional, uma primeira limitação da pesquisa resulta de seu recorte urbano. Assim sendo, ela deixa de cobrir as atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais - de que servem de exemplo a pequena indústria alimentar, artesanato, confecção e serviços - e que, em virtude de seu próprio modo de organização e do cálculo econômico que as rege, deveriam, a rigor, estar incluídas no espectro de economia informal. Justificam tal procedimento a significativa elevação dos custos operacionais que a cobertura de domicílios rurais acarretaria para a pesquisa e a evidência empírica de que é nos grandes centros urbanos que se concentra a parcela mais expressiva da economia informal. Por outro lado, está também excluída do universo da pesquisa a chamada "população de rua", de número e importância crescentes nas áreas metropolitanas. Como não tem residência fixa, considera-se que deva vir a se constituir em objeto de pesquisa específica, mas certamente com recorte e natureza distintos dos da presente pesquisa. Deve-se esclarecer, ainda, que o conjunto de pessoas ligadas a atividades ilegais dificilmente podem ser captadas por uma pesquisa como esta. Com o que o espectro desta se reduz ao conjunto de práticas econômicas "socialmente aceitas", levadas a efeito por indivíduos domiciliados. Reconhece-se que o caráter informal de uma determinada atividade não é dado apenas por seu tamanho, mas, principalmente, pela particular divisão técnica e social do trabalho, que ali se estabelece. Admite-se, contudo, que essa divisão tende a passar também pelo número de

3.3.1 Principais características do setor informal apontadas pelo estudo

Ao analisar os resultados percebe-se que no Brasil, em outubro de 2003, existiam 10.335.962 empresas informais que ocupavam 13.860.868 pessoas, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não-remunerados. Verificou-se uma variação de 9% no número de empresas informais, enquanto o crescimento dos postos de trabalho nelas existentes cresceu 8% em relação à pesquisa anterior.



No tocante às principais características das empresas do setor informal, nota-se que grande parte das empresas desse setor pertencia a trabalhadores por conta própria (88%) em 2003, sendo apenas 12% de pequenos empregadores. As atividades econômicas preponderantes eram comércio e reparação (33%), construção civil (17%) e indústria de transformação e extrativa (16%). Das empresas pesquisadas, 95% tinham um único proprietário e 80% apenas uma pessoa ocupada. Estes dados mostraram que a maior parte dos empreendimentos continuava a ser formados por trabalhadores por conta própria que trabalhavam sozinhos, sem sócios ou ajudantes não-remunerados. As empresas com um único proprietário, pertenciam, em sua maioria, a trabalhadores por conta própria (89%), reduzindo-

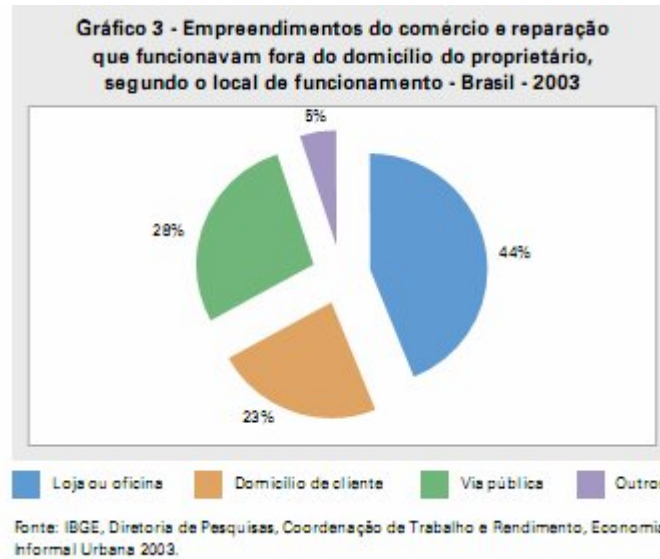
pessoas ocupadas e se fixa o mesmo corte já adotado por diversos estudos sobre a economia informal. A decisão de investigar, em profundidade, os informantes que se autocalificam como empregadores (com até cinco empregados) e trabalhadores por conta própria sem qualquer de suas situações de trabalho, é outro fato a ser considerado. Significa reconhecer que os indivíduos podem participar da economia informal, seja através de seu trabalho principal, seja do secundário. Os trabalhadores domésticos, embora pertencentes ao setor informal, não foram objeto da pesquisa por considerar-se que as informações relevantes para esta categoria são exaustivamente pesquisadas, a cada ano, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

se para 68% a participação de empresas de conta própria em empresas com dois proprietários ou mais, conforme mostra o Gráfico 2.

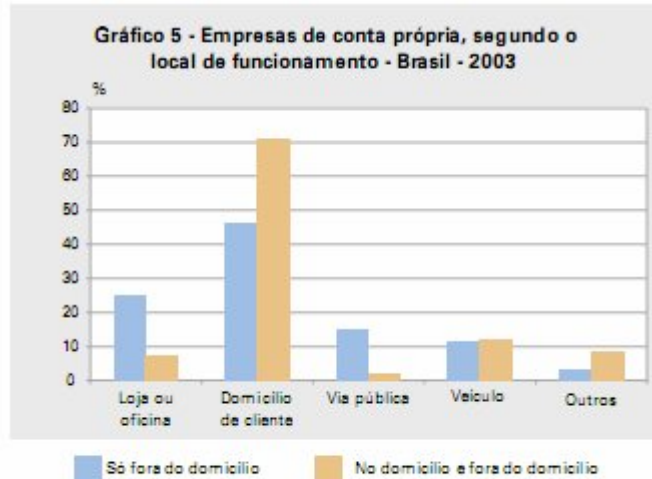


3.3.2 Particularidades dos empreendimentos informais

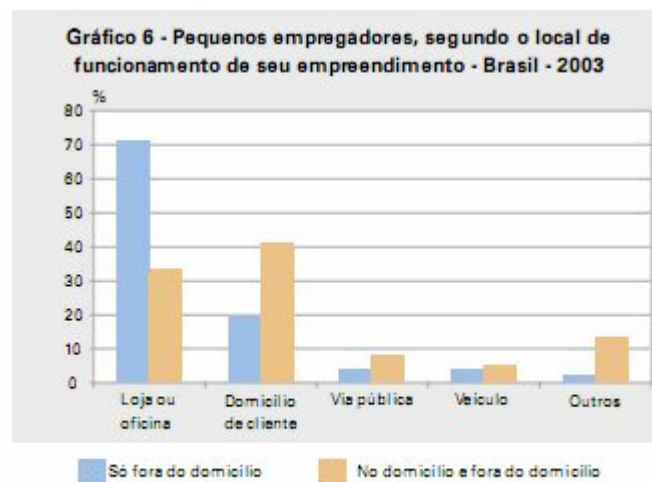
Sobre as características de funcionamento dos empreendimentos observa-se que a atividade produtiva era desenvolvida somente fora do domicílio em 65% dos casos, exclusivamente no domicílio do proprietário em 27% e em 8% no domicílio do proprietário e fora dele, resultado influenciado pelo peso de atividades como comércio e construção civil. Dentre os empreendimentos do grupo de atividade comércio e reparação, 62% estavam estabelecidos somente fora do domicílio e 12% dentro e fora do domicílio como mostram os Gráficos 3 e 4.



Enquanto em 1997, 82% das empresas de empregadores funcionavam apenas fora do domicílio de seus proprietários, os resultados de 2003 mostraram que esta parcela se reduziu para 79%, em função, principalmente, do aumento no número daqueles empreendimentos cuja atividade era desenvolvida no domicílio do proprietário e no do cliente. Entre as empresas pertencentes a trabalhadores por conta própria, 63% funcionavam apenas fora do domicílio de seu proprietário enquanto esta proporção atingia 79% daquelas pertencentes a pequenos empregadores. Os Gráficos 5 e 6 mostram a distribuição do local de funcionamento para cada tipo de empresa e destacam a elevada participação do domicílio de cliente no caso de empresas de conta própria assim como a importância de locais adequados para o desenvolvimento da atividade (lojas, oficinas, etc.) entre as empresas de empregadores.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

No que diz respeito aos aspectos financeiros, conforme mostra a Tabela 1, as unidades produtivas que informaram o valor de sua receita mensal, na média, faturavam mais em 1997 que em 2003. Parcela significativa das empresas de conta própria, 22%, receberam, em média, entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00. As empresas de empregadores, por sua vez, alcançaram maior faturamento, sendo 63% delas com receita mensal superior a R\$ 2.000,00. Cabe destacar ainda que a receita média obtida pelas empresas de empregadores (R\$ 6.033,00) era cerca de cinco vezes aquela obtida pelas empresas de conta própria (R\$ 1.164,00).

**Tabela 1 - Resultados financeiros, por tipo de empresa do setor informal
Brasil - 1997/2003**

Resultados financeiros	1997 (1)			2003		
	Total	Tipo de empresa do setor informal		Total	Tipo de empresa do setor informal	
		Conta própria	Empregadores		Conta própria	Empregadores
Receita mensal média	2 183	1 448	8 822	1 754	1 184	8 033
Despesa mensal média	1 888	1 001	4 847	1 328	813	4 312
Lucro médio	977	780	2 351	911	871	2 380
Investimento	5 853	4 493	9 902	4 373	2 951	8 797

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 1997/2003.
(1) Valores corrigidos para 2003 pelo IPCA.

Os resultados obtidos mostram também que as empresas que informaram o valor da despesa, na média, tiveram um gasto menor em 2003 do que em 1997. Isto porque houve uma queda na quantidade de pequenos empreendimentos com despesa de Encargos Sociais (de 712.415 para 666.887) e Impostos e taxas (de 1.238.480 para 1.104.250) entre 1997 e 2003, bem como diminuiu o valor monetário real destes gastos no mesmo período, principalmente com mercadorias para revenda (de 5.730.319 para 5.018.560), encargos sociais (158.190 para 135.134), impostos e taxas (322.402 para 288.439), outros serviços de terceiros (224.009 para 210.981), despesas financeiras e outras despesas (635.067 para 608.530).

Em 1997, 93% das empresas do setor informal eram lucrativas, proporção que caiu para 73% em 2003, contudo, vale destacar que 87% das empresas que pertenciam a pequenos empregadores encontravam-se nessa situação. A Tabela 1 mostra que houve queda expressiva entre 1997 e 2003 no lucro médio real dos empreendimentos de conta própria, enquanto os de empregadores mantiveram o lucro no mesmo patamar anterior. Dentre as empresas lucrativas, a maior parte delas, 36%, eram do segmento do comércio e reparação. Mesmo com a queda na proporção de empresas lucrativas, 16% das empresas do setor informal fizeram investimentos e/ou aquisições nos 12 meses anteriores à pesquisa (mesma proporção estimada em 1997), sendo que a proporção de empresas que utilizaram recursos provenientes, principalmente, de lucros de exercícios anteriores para seus investimentos foi de 70%, maior do que a observada em 1997 (62%).

Somente 7% das empresas do setor informal utilizaram empréstimos bancários para viabilizar o investimento feito, sendo que 24% das empresas de transporte, armazenagem e serviço informaram estar nessa situação.

Os resultados mostram que houve uma redução, não só na quantidade de empresas do setor informal que eram lucrativas, como também no lucro médio real obtido por

elas. Aumentou, entretanto, a proporção dessas empresas que fizeram investimentos utilizando lucros de exercícios anteriores, apesar do valor real destes investimentos ter-se reduzido em relação a 1997, tanto no caso de empresas de conta própria, quanto de empregadores.

Para todos os tipos de empresas e em quase todas as atividades, a forma de determinação dos preços dos produtos ou serviços mais freqüente era a negociação com os próprios clientes, opção feita por 40% do total das empresas. As exceções eram 27% das empresas do comércio que consideravam o custo de produção mais uma parcela fixa para formação de preços, e 45% das empresas de outros serviços coletivos, sociais e pessoais juntamente com 44% das empresas de serviço de alojamento e alimentação que consideravam os preços praticados por outras empresas concorrentes para fixar os seus.

A clientela variada era predominante entre os pequenos empreendimentos em 2003, chegando a 84% do total das empresas, percentual que se manteve quando se observaram, isoladamente, tanto as empresas de trabalhadores por conta própria quanto aquelas de pequenos empregadores.

A maior parte das empresas do setor informal tinha clientes no mesmo município em que funcionavam, 33% delas eram do comércio e reparação. Também estava no comércio e reparação a maior proporção de empresas que desconheciam a origem de seus clientes, 30%, e das que tinham clientes em outros municípios, estados ou países, 32%.

A pesquisa mostrou que quase 46% das empresas de trabalhadores por conta própria realizavam suas vendas à vista e 41% o faziam à vista e a prazo. Porém, entre as de pequenos empregadores, 32% vendiam à vista e 54%, à vista e a prazo.

Trabalhavam por encomenda ou subcontrato, em 2003, 21% das empresas do setor informal, sendo a maior parte da indústria de transformação e extrativa (36%), seguida pelo comércio (24%) e pela construção civil (18%). Destas, 69% optaram por trabalhar desta forma por ter garantia de vendas ou de trabalho.

Das empresas que declararam a forma mais freqüente de pagamento das matérias-primas, grande parte, 41%, pagava as mercadorias à vista, situação comum a todos os grupos de atividade, exceção apenas à construção civil e ao transporte, armazenagem e comunicações que, por características inerentes à atividade, consumiam pouca matéria-prima. Dentre as empresas de empregadores, 36% pagavam as mercadorias a prazo, enquanto apenas 17% das de conta própria utilizavam esta forma de pagamento para as matérias-primas.

Em relação às empresas do setor informal que consumiam matéria-prima, 31% tinham como forma de obtenção mais freqüente dos produtos as empresas pequenas, principalmente no comércio e reparação, em que 38% compravam de empresas pequenas.

A atividade produtiva permaneceu igual nos 12 meses anteriores à pesquisa para 49% das empresas de trabalhadores por conta própria e 43% das empresas de pequenos empregadores, proporções que eram de 54% dos conta própria e 52% dos empregadores, em 1997. Em 2003, destacou-se ainda o fato de que para 12% das empresas de pequenos empregadores houve aumento do número de pessoas ocupadas ou da capacidade produtiva, proporção que era de apenas 8% em 1997. Por outro lado, houve redução das atividades em 31% das empresas de trabalhadores por conta própria em 2003, participação pouco inferior aos 32% de 1997, justificada, principalmente, pela construção civil que representou 32% das empresas nesta situação.

A proporção de empresas que teve ampliação na jornada de trabalho e diversificação das atividades aumentou, de 1997 para 2003, passando de 5% para 9% e de 1% para 3%, respectivamente.

Na avaliação dos proprietários, 31% deles apontou como principal dificuldade enfrentada no ano para desenvolver o negócio a falta de clientes, situação generalizada por todas as atividades, acompanhada pela concorrência muito grande, fator que passou a ter maior impacto para as empresas do setor informal em 2003 (25%) em relação a 1997 (19%), principalmente para os empregadores (aumento de 21% para 25% no período).

De forma semelhante à identificada em 1997, a grande maioria das empresas (96%) declarou, na pesquisa Ecinf 2003, não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos cinco anos. Das 374.615 empresas do setor informal que receberam algum tipo de assistência (4% do total de empresas), a maioria recebeu capacitação em gestão, e estava no grupo de comércio e reparação.

3.3.3 Quem são as pessoas ocupadas no setor informal

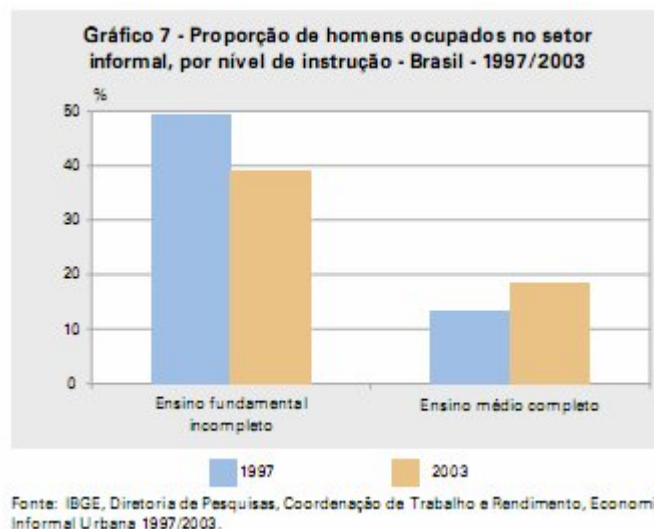
Dentre as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não-remunerados. Essas proporções pouco se alteraram em relação a 1997, quando 67% eram trabalhadores por conta própria, 12%

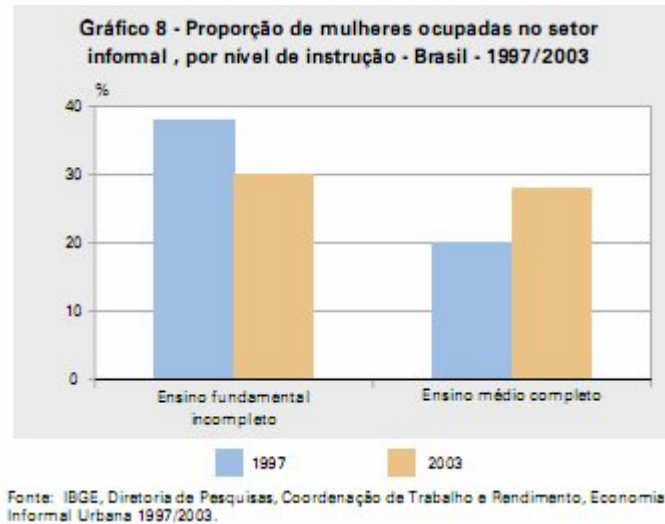
empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% não-remunerados.

Na maior parte das categorias predominava o sexo masculino, 64% das pessoas ocupadas, com exceção de não-remunerados, onde 64% eram mulheres, o que correspondia a 3% da população ocupada. O comércio e reparação e a indústria de transformação e extrativa eram as atividades que geravam a maior parcela dos postos de trabalho, 35% e 16% respectivamente.

Grande parcela dos trabalhadores com carteira assinada, 43%, estavam no comércio e reparação. Das mulheres com carteira de trabalho assinada, 34% trabalhavam em educação, saúde e serviços sociais e 23% dos homens nesta posição na ocupação estavam na indústria de transformação e extrativa.

A maioria destes trabalhadores, 36%, tinha o primeiro grau incompleto, entretanto, de 1997 para 2003, reduziu-se a proporção de trabalhadores do setor informal com apenas o 1º grau incompleto e aumentou a participação dos trabalhadores com 2º grau completo, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, conforme mostram os Gráficos 7 e 8.





3.3.4 Os proprietários de empresas do setor informal

Aproximadamente 31% dos proprietários indicaram o fato de não ter encontrado emprego como o motivo de ter iniciado o empreendimento, participação que era de apenas 25% em 1997. Quando se observaram apenas os proprietários do sexo masculino, verificou-se a mesma tendência. Já entre as mulheres, 32% indicaram a complementação da renda familiar como fator mais importante. Esse mesmo padrão se verificou em relação aos proprietários que eram conta própria, porém segundo a maioria dos empregadores, tanto para os homens quanto para as mulheres, o principal motivo que os levou a iniciar o negócio foi o desejo de se tornar independente.

A distribuição dos proprietários, segundo os grupos de idade, mostrou que 37% tinham de 25 a 39 anos e 46% de 40 a 59 anos, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. O nível de instrução preponderante dos proprietários também era o mesmo para ambos os sexos, primeiro grau incompleto. Apenas 8% do total de proprietários tinham nível superior completo, sendo que entre as mulheres este percentual alcançava 10%.

Importante ressaltar também que entre os empregadores, a maior parte, 28%, tinha concluído o ensino médio, enquanto que entre os trabalhadores por conta própria, 40% tinham apenas o ensino fundamental incompleto. Tanto entre os homens quanto entre as mulheres, observou-se que os empregadores apresentavam maior escolaridade entre os empregadores que os trabalhadores por conta própria.

Do total de proprietários, 55% não era natural do município em que residia, porém parcela significativa destes últimos já morava há cinco anos ou mais no município, 83%. Grande parte dos proprietários das empresas do setor informal, 87%, começou a

trabalhar bem jovem, com menos de 18 anos, e 25% freqüentavam ou já tinha freqüentado curso de especialização ou formação profissional.

Aproximadamente 20% dos proprietários de empresas do setor informal freqüentaram ou estavam freqüentando curso de formação profissional voltado para o negócio, sendo que, entre esses, 46% tinham de 40 a 59 anos de idade e 42% tinham entre 25 a 39 anos de idade. A participação mais expressiva daqueles que estavam nessas faixas etárias se manteve para homens e mulheres e para conta própria e empregadores. A maior parte dos proprietários alegou ter utilizado recursos próprios para financiar o curso, 59%, sendo de apenas 31% a proporção daqueles que freqüentaram cursos gratuitos.

Parcela expressiva dos proprietários das empresas do setor informal, 76%, não contribuía para plano de previdência oficial, seja por ter achado o custo elevado (41% daqueles que não fizeram este tipo de previdência), ou por desconhecer por completo as regras de aposentadoria (15%). Os empregadores (47%) contribuía relativamente mais que os trabalhadores por conta própria (20%) para planos de previdência oficial. No grupo de contribuintes de plano de previdência oficial, a maioria era de homens (70%), entretanto, estes resultados variavam conforme a posição na ocupação. A participação das mulheres que contribuía para plano de previdência oficial (53%) foi superior à participação dos homens (45%), no grupo dos empregadores.

Cerca de 97% dos trabalhadores por conta própria, proprietários de empresas do setor informal, e, aproximadamente, 89% dos empregadores dessas empresas não aderiram a planos de previdência privada em 2003. Observou-se que 12% das mulheres empregadoras e 11% dos homens empregadores contribuía para a previdência privada. E por volta de 88% dos proprietários de empresas do setor informal não utilizavam serviço de informática em 2003, sendo que 77% dos trabalhadores por conta própria e 65% dos empregadores não achavam necessário utilizá-los.

Com relação ao acesso a serviços financeiros, observou-se que 40% dos proprietários de empresas do setor informal com até cinco empregados tinham conta corrente, sendo que 32% tinham direito a talão de cheques. A maior parte efetuava pagamentos por meio de correspondente bancário (37%) e 34% utilizavam agência bancária. Tanto em relação ao crédito, quanto em relação ao acesso a instrumentos financeiros, as participações variaram conforme o tipo de empresa, como mostra a Tabela 3. Dos 10.711.673 proprietários de empresas do setor informal, apenas 9% tinham seguro de vida, 10% tinham plano de saúde e/ou dental, e somente 2% tinham seguro do imóvel correspondente à instalação do negócio. Aproximadamente 42% dos proprietários alegavam que o custo dos produtos era alto.

Os resultados indicam que poucos eram aqueles que utilizavam Internet (1%), débito em conta corrente (2%) e telefone (menos de 1%) para efetuar pagamentos. A proporção daqueles que não faziam transações financeiras chegava a 14%.

Tabela 3 - Proporção de proprietários de empresas do setor informal, por tipo de empresa, segundo tipo de acesso a instrumentos financeiros utilizados Brasil - 2003

Tipo de acesso a instrumentos financeiros utilizados	Proporção de proprietários de empresas do setor informal, por tipo de empresa (%)		
	Total	Conta própria	Empregadores
Conta corrente	40	38	88
Cheque especial	23	19	49
Caderneta de poupança	24	23	32
Cartão de crédito	27	24	48
Agência bancária	34	31	53
Correspondente bancário	37	39	27
Débito em conta	2	2	3
Telefone	-	-	-
Internet	1	1	3
Não efetua transações financeiras	14	18	5
Tipo de seguros que os proprietários tinham			
Seguro de vida	9	7	21
Imóvel correspondente à instalação do negócio	2	1	9
Saúde e/ou dental	10	8	20
Residência	3	2	7
Motivo para não ter feito seguro			
Não achava necessário	22	23	18
Custo era alto	42	44	30

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

(1) Valores corrigidos para 2003 pelo IPCA.

4. Apontamentos finais

O setor informal da economia urbana cresceu e também sua capacidade de gerar postos de trabalho. Isso demonstra que o circuito inferior da economia urbana permanece como refúgio dos excluídos e não-incluídos do mercado de trabalho formal.

Caso existisse apenas como experiência criativa daqueles que procuram garantir sua sobrevivência, alguns dados do setor informal poderiam até ser celebrados. Todavia, o que o estudo do IBGE aponta não é um modo paralelo de se ganhar a vida, mas sim a perpetuação desse mercado na marginalidade. A insistência do circuito inferior da economia urbana não é resultado de qualquer resistência da população em se manter à margem. Ele existe e permanece como realidade integrante de todo conjunto da economia urbana e do modo de produção dominante.

A perpetuação do mercado informal pode ser medida na elevação do número de pessoas que dele dependem para sobreviver. O aumento da concorrência, provocado pelo crescimento das pessoas ocupadas e das atividades, a falta generalizada de clientes, dificulta a

manutenção dos empreendimentos, sua autodependência e as condições de trabalho. Esse acúmulo de pessoas provocou um aumento significativo na proporção de empresas que tiveram ampliação na jornada de trabalho e diversificação das atividades. O inchaço determinou uma redução não só na quantidade de empresas do setor informal que eram lucrativas, como também no lucro médio real obtido por elas.

Outro dado representativo da racionalidade predominante é o total descaso do Poder Público nesse setor. Isso se evidencia no fato da grande maioria das empresas ter declarado na pesquisa não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos cinco anos.

Outro dado que diz muito sobre o papel do Estado é a redução da proporção de trabalhadores do setor informal com apenas o 1º grau incompleto e o aumento da participação dos trabalhadores com 2º grau completo – tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Isso sugere a incapacidade do circuito moderno da economia urbana oferecer empregos e do próprio Estado desenvolver políticas de mobilidade social.

O alargamento do mercado informal denota outro: o das carências sociais. Quando os indivíduos relegados à essa exterioridade experimentam privações, tornam a escassez real e reforçam a política de acumulação e concentração de riqueza. Esses processos mais “negativos” – como o circuito inferior da economia urbana e o mercado informal – parecem sustentar a insuficiência forjada dos bens necessários à satisfação das necessidades essenciais e do emprego. O circuito inferior, o mercado informal – toda a marginalidade urbana – alimenta sua própria produção e reprodução, pois são “obrigados”, pela divisão social do trabalho, a permanecerem na precariedade. A escassez que representam garante os processos de acumulação desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Manuel. *Livros das Ignorâncias*. Rio de Janeiro: Record. 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras Escolhidas V. 1. Tradução: Sergio P. Rouanet. 3ª Ed. Editora Brasiliense, 1987. Págs. 222 a 232.
- BERCOVICI, Gilberto, *Desigualdades Regionais, Estado e Constituição*. São Paulo, Max Limonad, 2003. Pág. 13 a 62.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTELLS. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Págs. 39 a 111 e 181 a 332.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*; tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação – na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- FRANK, Andrew Gunder. *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento latino-americano*. In: PEREIRA, Luiz. **Urbanização e Subdesenvolvimento**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FURTADO, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros Editores. 2004. Págs. 15 a 90.
- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução: Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec. 1980.

_____ *Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* . 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996. Págs. 12 a 65 e 115 a 140.

HINKELAMMERT, Franz J. *El proceso actual de globalización y los derechos humanos*. In: HERRERA FLORES, Joaquín et al. *El Vuelo de Anteo: Derechos Humanos y Crítica de la Razón Liberal*. Bilbao: Desclee de Brouwer, 2000.

_____ *Crítica à razão utópica*. São Paulo: Paulinas, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Cia das Letras. 1995.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a questão urbana*. Trad. Estela dos Santos Abreu. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. São Paulo em Perspectiva. Vol. 14, nº. 4. São Paulo: 2000.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política. Livro Terceiro. O processo global da produção capitalista*. Vol. VI, 3ª Ed. Tradução: Reginaldo Santana. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 1980. Pág. 845 a 943.

MAX-NEEF, Manfred. *Desarrollo a Escala Humana. Uma opción para el futuro*. Development Dialogue, CEPUR: Fundación Dag Hammarskjöld. 1986.

MOURA, Leonel. *Os homens-lixo*. Lisboa: Fenda Edições. 1996.

MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*. Max Limonad: São Paulo. 1998.

NUNES, António José Avelãs. *Industrialização e Desenvolvimento: A Economia Política do “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”*, São Paulo, Quartier Latin. 2005. Págs. 352 a 542.

_____ *Neoliberalismo e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PEREIRA, Luiz. *Urbanização e Subdesenvolvimento*. In: PEREIRA, Luiz. **Urbanização e Subdesenvolvimento**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

POCHMANN, Marcio. *Informalidade Reconfigurada*. Revista Fórum – Outro Mundo em debate. V. 5. Edição 52, julho 2007.

ROBIRA, Rosa Tello. *Áreas metropolitanas, espaços colonizados*. In: **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. Ana Fani Alessandri, Carlos Carreras. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social: tradução*; Mozart Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____ *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. – Coleção para um novo senso comum; v. 4. Págs. 240 a 290.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. Tradução: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

_____ *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*; tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____ *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. Tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998. Págs. 47 a 71 e 129 a 149.

SOTO, Willian Hector Gómez. *A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. Págs. 28 a 62 e 108 a 150.